

**RELATÓRIO  
DE  
ATIVIDADES**

**1991**

**SISTEMA BNDES**





**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

Presidente  
Fernando Collor de Mello

**MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO**

Ministro  
Márcilio Marques Moreira



**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Presidente  
Luiz Antonio Andrade Gonçalves

Vice-Presidente  
Eduardo Marco Modiano

Conselheiros  
Benjamin Steinbruch  
Dionísio Dias Carneiro Netto  
Felix de Bulhões  
João Paulo dos Reis Velloso

**DIRETORIA**

Presidente  
Eduardo Marco Modiano

Vice-Presidente  
José Pio Borges de Castro Filho

Diretores  
José Mauro Mettrau Carneiro da Cunha  
Octávio Augusto Fontes Tourinho  
Sérgio Zendron  
Venilton Tadini

Superintendentes  
Danilo Fabiano da Costa  
Guilherme Gomes Dias  
Henrique Dittmar Filho  
Ivone Hiromi Takahashi Saraiva  
Jorge Kalache Filho  
José Henrique C. da Cunha Couceiro  
Maria de Fátima Serro Pombal  
Reginaldo Treiger  
Ricardo Figueiró Silveira  
Walfredo de Andrade Pinto Schindler

Chefe do Gabinete da Presidência  
Sérgio Besserman Vianna

**CONSELHO FISCAL**

Titulares  
Ciro Dittberner  
José Antonio Carletti  
Luiz Jorge de Oliveira

Suplentes  
Alfredo de Freitas Garcia  
Lilian Gil Barbosa de Aragão  
Fernando Veiga Barros e Silva



**JUNTA DE ADMINISTRAÇÃO**

Presidente  
Eduardo Marco Modiano

Membros  
José Mauro Mettrau Carneiro da Cunha  
Antônio Teófilo de Andrade Orth  
Camillo Calazans de Magalhães  
Pedro Moreira Salles  
Paulo Roberto Nunes Guedes  
Roberto Josuá

**DIRETORIA**

Diretor Executivo  
José Mauro Mettrau Carneiro da Cunha

Diretores Adjuntos  
Beny Palatnik  
Darlan José Dórea Santos



**CONSELHO**

Presidente  
Roberto Brás Matos Macedo

Vice-Presidente  
Eduardo Marco Modiano

Conselheiros  
Ivency Brochmann Ioschpe  
Jorge Wilson Simeira Jacob  
Luiz Bevilacqua  
Paulo Guilherme Aguiar Cunha  
Roberto Teixeira da Costa

**DIRETORIA**

Diretor-Superintendente  
Sérgio Zendron

Diretores  
Júlio Manoel Andrade Monteiro de Barros  
Licínio Velasco Júnior  
Ricardo Luis de Lima Vianna



# RELATÓRIO DE ATIVIDADES 1991

## S U M Á R I O

- Apresentação
- A Economia Brasileira em 1991
- Desempenho Econômico-Financeiro
  - A Demanda de Crédito
  - Ação Setorial
- O Processo de Privatização
  - Outras Atividades
  - FINAME
  - BNDESPAR
- Demonstrações Contábeis
- Balanço das Subsidiárias
- Anexos

# A P R E S E N T A Ç Ã O



*Modernização e desenvolvimento são, hoje, reclamos consensuais da sociedade brasileira. O processo de reforma do Estado e a nova política industrial — deflagradores do processo de modernização do País e pilares do programa de governo do Presidente Fernando Collor — avançaram em 1991, e para isso em muito contribuiu a atuação do Sistema BNDES.*

*Um dos destaques nas atividades do BNDES neste ano foi o sucesso obtido no desempenho da nova missão atribuída pelo governo à instituição: a de gestor do Fundo Nacional de Desestatização e agente responsável pelo suporte administrativo, financeiro e técnico do Programa Nacional de Desestatização. Os primeiros resultados positivos foram conquistados com a realização, em 1991, de quatro leilões de venda do controle acionário de empresas estatais. Consolidou-se assim o Programa, um dos carros-chefes do processo de reformas estruturais do governo e instrumento fundamental para a reordenação estratégica do papel do Estado.*

*As primeiras privatizações propiciaram também êxitos no âmbito do esforço governamental de modernização da economia, com avanços rumo à desconcentração dos mercados, redução do peso dos monopólios e oligopólios, maior democratização da propriedade do capital e adoção de novos modelos de administração de companhias, como a gestão compartilhada resultante dos leilões da Usiminas e da Celma. Além disso, nos quatro processos de privatização concluídos incentivou-se a participação dos empregados, os quais adquiriram parte do capital das empresas e ganharam voz e voto nos novos Conselhos de Administração.*

*O BNDES contribuiu também em 1991 para a concretização de outra reforma estrutural — a nova política industrial — e para a retomada do crescimento. Nesse âmbito, o Banco dedicou sua ação financiadora à reestruturação e expansão competitiva do parque produtivo nacional e à modernização da infra-estrutura social e da agropecuária, privilegiando simultaneamente a incorporação e difusão de novos conhecimentos tecnológicos.*

*Um perfil industrial moderno delinea-se no País, e o BNDES acompanha essa mudança. O Banco promoveu, em 1991, importantes alterações em suas Políticas Operacionais, adaptando suas linhas de financiamento às novas condições da realidade brasileira e às novas necessidades da economia. Balizou essas alterações o novo Plano Estratégico do Sistema BNDES para o período 1991/94, concluído também este ano, que definiu o papel da instituição: contribuir para a expansão da capacidade produtiva e o incremento da competitividade da economia brasileira, articulando a participação de recursos privados no financiamento dos investimentos.*

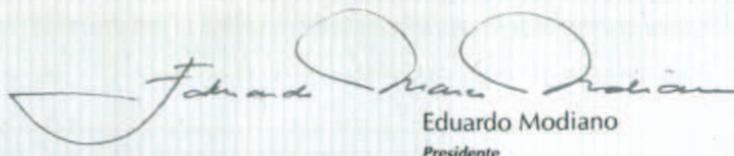
*Com programas e produtos que podem ser conjugados com flexibilidade para atender aos objetivos de modernização, retomada dos investimentos, crescimento eqüitativo e criação de oportunidades de emprego, as novas Políticas Operacionais foram muito bem recebidas pelo empresariado. Apoio e incentivo a projetos de capacitação e modernização tecnológica, à melhoria da qualidade dos produtos e à viabilização de empreendimentos de infra-estrutura sob a responsabilidade da iniciativa privada — estas são algumas das diretrizes das novas Políticas.*

*Em mais uma etapa do processo de busca da competitividade e do incentivo à modernização, o BNDES abriu suas linhas de financiamento a projetos de empresas sediadas no Brasil sob controle de capital estrangeiro. O apoio se dará sempre que houver recursos captados no exterior para tal finalidade. Essa flexibilização vai certamente contribuir para a dinamização da economia brasileira, com o aumento do número de empregos. Foram ampliados também os mecanismos de financiamento à exportação de máquinas e equipamentos, com o Finamex Pós-Embarque, e à importação.*

*A abertura da economia e do comércio exterior animou muitas empresas a investir para reduzir o atraso tecnológico e alcançar maior eficiência. Isso se refletiu nas estatísticas do BNDES, com aumento das aprovações de créditos e dos desembolsos. As aprovações para financiamentos a novos projetos tiveram aumento real de 39%, alcançando um valor total de Cr\$ 3,4 trilhões; e os desembolsos cresceram 11%, somando Cr\$ 2,7 trilhões. Houve aumento de 37,9% nos desembolsos para financiamentos a investimentos na área de infra-estrutura. O maior crescimento (105%) ocorreu nos financiamentos ao setor agrícola, devido à excelente receptividade às linhas de crédito abertas em 1991, em especial a do Finame Agrícola para pessoas físicas.*

*É importante lembrar que a garantia da continuidade dessa atuação do Sistema BNDES em favor do desenvolvimento e do combate às disparidades sociais depende, em grande parte, da preservação e ampliação dos fundos — como o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) — e dos recursos que o Banco administra e aplica com eficiência e probidade.*

*Assim como o Programa Nacional de Desestatização, a ação do Sistema BNDES de incentivo ao investimento contribuirá para que o novo ciclo de expansão econômica, que se aproxima, cumpra aquela que é a principal meta do governo: crescer distribuindo melhor a renda. Modernizar o Brasil é dar ao desenvolvimento conteúdo de justiça social.*



Eduardo Modiano  
Presidente

## A ECONOMIA BRASILEIRA EM 1991

A economia brasileira vivenciou em 1991 contraste entre o começo da adoção de reformas estruturais — necessárias à criação de condições para a retomada do crescimento — e a persistência do fenômeno da alta inflação que caracterizou os anos 80 e que o País, apesar dos esforços, ainda não conseguiu superar totalmente.

Em que pesem as dificuldades, o governo passou a executar um conjunto de medidas previamente anunciadas, que apontam no sentido da modernização. Estas dizem respeito tanto à mudança do papel do Estado na economia, como o processo de desestatização, quanto à maior interação da economia brasileira com o mercado mundial e à implementação da política de abertura comercial.

### A Evolução dos Preços

O início do ano de 1991 é marcado pelo chamado Plano Collor II, que se destinava a obter uma “trégua de preços”, mediante a qual os agentes econômicos pudessem voltar a operar com uma inflação baixa, similar à registrada logo após o Plano Collor I, de março de 1990. A mencionada “trégua” seria necessária, num primeiro momento, para assegurar a obtenção de taxas de inflação baixas, visto que o diagnóstico de seu recrudescimento indicava forte componente inercial.

Uma série de fatores, contudo, contribuiu para que a inflação imediatamente posterior ao Plano fosse maior do que a esperada. Entre eles, cabe mencionar: os efeitos adversos do reajustamento das tarifas públicas promovido pelo próprio Plano; a concentração de importantes aumentos salariais no mês de fevereiro; as conseqüências defasadas da correção cambial precedente; e, por último, o desgaste das experiências anteriores de combate à inflação, baseadas em terapias similares.

A nova equipe econômica, coordenada pelo Ministro Marcílio Marques Moreira, promoveu o “descongelamento de preços” e a conseqüente liberação de uma série de pressões inflacionárias, até então contidas. No entanto, apesar do movimento de reaceleração da taxa de variação dos preços, os últimos dois meses do ano registraram uma interrupção desse processo e até mesmo uma pequena reversão.

### O Comportamento do Produto

O comportamento da produção ao longo do ano teve uma trajetória muito similar à verificada depois da deflagração dos dois planos anteriores de combate à inflação — Verão, em 1989, e Collor I, em 1990. O índice mensal dessazonalizado da produção industrial registrou aumento da 15% entre fevereiro e julho e posterior redução de 5% entre este mês e setembro. Em todos os casos, a inicial recuperação do nível de atividade esteve associada a fatores ligados ao próprio choque — como aumentos iniciais de salário e aumento do consumo, amplificado pelo temor da reaceleração inflacionária posterior ao fim do congelamento —, enquanto que a fase recessiva obedeceu ao aperto da política econômica, mais especificamente da política monetária.

O balanço global do ocorrido em termos do comportamento da produção em 1991 (Tabela 1) mostra um crescimento ligeiramente positivo do PIB, com a agropecuária e os serviços revelando pequena recuperação.

TABELA 1

## INDICADORES DE CRESCIMENTO

SETOR	TAXAS DE CRESCIMENTO (%)		
	1989	1990	1991 <sup>1</sup>
<b>Agropecuária</b>	<b>2,8</b>	<b>-3,7</b>	<b>-2,1</b>
<b>Indústria</b>	<b>2,9</b>	<b>-7,4</b>	<b>0,0</b>
Extração Mineral	3,9	2,7	0,3
Transformação	2,9	-8,7	-0,7
• Bens Intermediários	2,7	-8,8	1,3
• Bens de Capital	0,5	-15,3	-10,7
• Bens de Consumo	3,9	-5,5	-0,1
— Duráveis	2,5	-5,9	4,8
— Não-Duráveis	4,3	-5,4	-1,2
Construção Civil	3,3	-8,4	0,3
Serv. Ind. Utilidade Pública	1,6	1,8	4,4
<b>Serviços</b>	<b>3,9</b>	<b>-0,7</b>	<b>2,1</b>
<b>PIB</b>	<b>3,3</b>	<b>-4,0</b>	<b>1,2</b>

<sup>1</sup> Provisório.

Fontes: IBGE e Ipea.

## As Mudanças no Sistema Financeiro

O mercado financeiro registrou quatro fatos marcantes ao longo de 1991:

- a) a criação da taxa referencial (TR);
- b) o aparecimento de novos mecanismos de captação de poupança, como os fundos de aplicação financeira (FAF) e os depósitos especiais remunerados (DER);
- c) a constituição de virtual reserva de mercado para a colocação de títulos públicos, representada pela compulsoriedade da aplicação nestes papéis de uma proporção rígida dos depósitos bancários captados através de diversas modalidades; e
- d) a alta expressiva da taxa de juros real no último trimestre do ano.

A TR foi criada em fevereiro com o intuito de permitir aos agentes econômicos contar com algum referencial para o reajuste de contratos, uma vez que o governo, em janeiro, havia desindexado a economia e acabado com o antigo Bônus do Tesouro Nacional (BTN). Ela é calculada no começo do mês, com base nas taxas mensalizadas de rendimento dos certificados de depósitos bancários (CDB), descontado um fator fixo de 2%. No começo, foi interpretada como uma *proxy* da inflação prevista para o futuro pelo critério denominado "ponta-a-ponta". Com o tempo essa função passou a ser colocada em dúvida, já que ao longo dos meses a taxa não se revelou muito aderente ao comportamento efetivo dos preços, ora dando origem a um rendimento real positivo, ora gerando taxas reais negativas.

Os FAF — instrumento de captação de poupança instituído pelo Plano Collor II — foram inicialmente concebidos para substituir o *overnight* como aplicação de curto prazo. Como o rendimento dos mesmos estava vinculado à variação da TR e esta ficou aquém da inflação nos meses que antecederam o começo da restituição dos cruzados novos bloqueados em março do ano passado, o governo criou em agosto os DER. Estes apresentam taxas de juros maiores do que as da caderneta de poupança e liquidez imediata, características por meio das quais o governo pretendeu conservar no sistema financeiro os cruzados novos que fossem sendo liberados a partir daquele mês.

Por outro lado, o governo estabeleceu mecanismos compulsórios para colocar seus papéis junto às instituições financeiras, obrigando-as a comprar seus títulos e/ou fazer depósitos junto à autoridade monetária, na proporção de 43% dos depósitos do FAF, 70% dos do DER e 100% do saldo de CDB que excedesse a posição verificada em 31/07/91, corrigida pela TR e acrescida em 2% ao mês.

Finalmente, o governo completou o conjunto de medidas destinadas ao maior aperto da política monetária, com a sensível elevação das taxas de juros no último trimestre do ano. Com isso, fez arrefecer a expectativa existente em outubro quanto ao risco de deflagração de um movimento de aceleração explosiva dos preços, arcando com o custo, porém, da redução do nível de atividade e dos efeitos derivados sobre o comportamento dos salários reais e do emprego.

## O Setor Externo

Em termos da balança comercial, o começo do ano de 1991 foi marcado pela combinação de um nível de atividade ainda retraído e de uma taxa de câmbio real elevada, embora ainda inferior à de 1985 (Tabela 2), como conseqüência da escalada que esta variável havia experimentado no final de 1990. Conseqüentemente, o País apresentou durante vários meses superávits comerciais expressivos, que chegaram a fazer prever um saldo acumulado final muito superior ao do ano anterior.

Com a pequena desvalorização nominal dos primeiros meses posteriores à "trégua de preços" de janeiro, ao mesmo tempo em que a taxa de inflação ainda era alta, o câmbio voltou a se apreciar e o superávit comercial começou a se retrair. No entanto, este desempenho da conta corrente era compensado por uma melhora na conta de capitais, representada pela proliferação de novos mecanismos de captação de recursos externos, caracterizando o retorno do País ao mercado de crédito voluntário. Destaca-se neste processo a captação de mais de US\$ 1 bilhão na forma de *bonds* lançados a partir de julho.

TABELA 2

### TAXA DE CÂMBIO EFETIVA REAL <sup>1</sup>

Base: média 1985 = 100,0

PERÍODO	ÍNDICE DE TAXA DE CÂMBIO
Média 1988	98,5
Média 1989	81,4
Média 1990	68,9
Média 1991	83,8
<b>1991</b>	
Janeiro	93,1
Fevereiro	87,8
Março	81,0
Abril	79,4
Maió	81,4
Junho	80,1
Julho	77,6
Agosto	77,8
Setembro	79,9
Outubro	85,6
Novembro	88,2
Dezembro	93,9

1) Índice de taxa de câmbio nominal ponderado por uma cesta de moedas x índice de preços internacionais/IPA-OG. Refere-se ao total das exportações.  
Fonte: Ipea.

Em outubro, entretanto, num momento de quebra temporária da confiança externa devido a problemas conjunturais — adiamento do primeiro leilão de privatização, aumento da inflação e dificuldades políticas do governo no Congresso —, essa fonte de recursos se retraiu. Com a necessidade urgente de melhorar o desempenho da balança comercial, o governo foi levado a sancionar uma mididesvalorização da ordem de 15% no fim de setembro — que na prática acabou sendo reduzida a pouco mais da metade disso, devido aos efeitos da aceleração inflacionária que se seguiu.

O resultado anual da balança comercial (Tabela 3) foi muito similar ao de 1990. Cabe notar o aumento gradual das importações de não-petróleo, que acumulam um aumento de 53% em relação ao valor de US\$ 11,4 bilhões registrado em 1988, quando se iniciou o processo de liberação das importações.

## As Reformas Estruturais e a Crise Fiscal

As políticas de longo prazo do atual governo têm sido guiadas pelo objetivo de modificar o modelo de desenvolvimento tradicional do País baseado no binômio estatização/substituição de importações, que caracterizou a evolução da economia brasileira ao longo de várias décadas.

No contexto mundial em que se insere a economia brasileira, caracterizado pelo acirramento da concorrência e pela globalização da produção, é de fundamental importância que a economia possa operar com níveis crescentes de competitividade e eficiência. Com esse objetivo, o governo passou a implementar duas importantes reformas estruturais: o processo de privatização e a abertura comercial. O Capítulo 5 deste Relatório é dedicado ao tema da privatização.

TABELA 3

BALANÇA COMERCIAL										
US\$ milhões										
ANO	EXPORTAÇÕES				OPERAÇÕES ESPECIAIS	TOTAL	IMPORTAÇÕES			BALANÇA COMERCIAL
	BÁSICOS	INDUSTRIALIZADOS					PETRÓLEO	OUTROS	TOTAL	
		SEMIMANUFATURADOS	MANUFATURADOS	TOTAL						
1989	9599	5803	18609	24412	372	34383	3390	14873	18263	16120
1990	8783	5107	17015	22122	509	31414	4355	16306	20661	10753
1991	8745	5358	17144	22502	389	31636	3591	17423	21014	10622

Fonte: Coordenação Técnica de Intercâmbio Comercial — MEFP

No que tange à abertura comercial, o governo implementou em 1991 cronograma de redução tarifária que deverá reduzir em mais de 50% o valor da tarifa média ao longo de um período de quatro anos (Tabela 4).

TABELA 4

ANO	Tarifa (%)	
	MÉDIA	MÁXIMA
1990	32,2	105,0
1991	25,3	85,0
1992 <sup>1</sup>	21,2	65,0
1992 <sup>2</sup>	17,1	50,0
1993 <sup>3</sup>	14,2	40,0

Fonte: Coordenação Técnica de Intercâmbio Comercial — MEFP.

1) 1992 - janeiro.

2) 1992 - outubro.

3) 1993 - julho.

Paralelamente, uma série de medidas vem sendo adotada no sentido de restabelecer os fluxos financeiros de entrada de capitais no País e de facilitar o ingresso de investimento direto.

No primeiro caso, o governo espera ter acertado até o começo de 1992 um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) que, além de implicar o recebimento de US\$ 2 bilhões, permitiria ao Brasil chegar a um acordo com os bancos privados e ter acesso ao Plano Brady, obtendo, em consequência, uma redução das transferências de pagamento de juros a esses credores.

Além disso, ao longo do ano foram regulamentados diversos mecanismos para facilitar a captação de recursos externos. Entre estes, cabe destacar: autorização para que bancos brasileiros emitam certificados de depósitos em moeda estrangeira e de *commercial papers* no mercado externo, para repasse a tomadores domésticos; autorização para emissão no exterior de debêntures conversíveis em ações; autorização para que os exportadores captem recursos externos através de títulos vinculados a contratos de exportação; redução de impostos sobre diversas modalidades de empréstimos externos; e autorização para que os investidores institucionais do exterior apliquem diretamente nas bolsas de valores do País, sem prazo de carência e sem regras de diversificação de carteira.

Em relação ao investimento direto, houve iniciativas genéricas do Banco Central para facilitar a entrada de capitais e iniciativas específicas do Itamaraty para resolver o contencioso ligado à lei de propriedade intelectual e outras restrições ao capital estrangeiro. Embora ainda cedo para uma avaliação mais categórica da melhoria do clima para investimentos externos, os dados do balanço de capitais do primeiro semestre do ano (Tabela 5) sugerem que a fase de retração desses investimentos talvez esteja chegando ao fim. De fato, com o maior ingresso bruto de capitais e a redução da repatriação e da remessa de lucros e dividendos, em 1991 o balanço das entradas e saídas dessa rubrica voltou a ser positivo.

TABELA 5

**ENTRADA LÍQUIDA DE CAPITAIS DE RISCO:  
INVESTIMENTO DIRETO E REMESSA DE  
LUCROS E DIVIDENDOS**

US\$ milhões

ANO	INGRESSO BRUTO DE INVESTIMENTOS <sup>1</sup> A	RETORNO DE CAPITAIS B	REMESSA DE LUCROS E DIVIDENDOS C	BALANÇO D=A-B-C
1989	463	731	2383	- 2651
1990	749	298	1614	- 1163
1991 <sup>2</sup>	647	54	422	171

1) Exclui conversões.

2) Primeiro semestre.

Fonte: Banco Central do Brasil.

No que diz respeito ao ajuste fiscal, no entanto, a reversão integral ainda não se deu (Tabela 6), estando prevista para 1993, conforme compromisso firmado em carta de intenções ao FMI.

TABELA 6

**NECESSIDADE DE FINANCIAMENTO  
DO SETOR PÚBLICO**

% do PIB

ANO	PRIMÁRIAS	JUROS <sup>1</sup>	OPERACIONAIS
1989	1,0	5,9	6,9
1990	-4,6	3,3	-1,3
1991 <sup>2</sup>	-1,0	3,2	2,2
1992 <sup>3</sup>	-3,0	5,7	2,7
1993 <sup>3</sup>	-4,0	3,5	-0,5

1) Internos e externos.

2) Preliminar.

3) Compromisso da Carta de Intenções com o FMI.

(-) = Superávit.

Fonte: Banco Central do Brasil.

O déficit operacional obtido em 1991 foi menor do que o projetado pelo governo, embora não tenha chegado a surpreender, confirmando o diagnóstico de que o retorno das taxas de inflação a níveis elevados se devia ao caráter parcial e não duradouro do ajuste feito em 1990. Vale lembrar que na carta de intenções encaminhada ao FMI em dezembro constava o reconhecimento oficial de que, caso o governo não aprovasse nenhuma nova medida, as contas consolidadas do setor público — devido à continuidade da queda da receita e ao aumento dos benefícios da Previdência Social — voltariam a apresentar um déficit primário de 1% do PIB, ou seja, exatamente igual ao resultado de 1989, quando o País esteve no limiar da hiperinflação.

Contudo, com as propostas aprovadas em dezembro de 1991 para vigorar já em 1992 e, mais ainda, com o ajuste complementar anunciado pelo governo para ser aprovado em 1992 e que incidiria nas contas de 1993, planeja-se fazer uma espécie de "sobreajuste" que, caso se concretize, estabeleceria as bases para uma política antiinflacionária firme e consistente, que poderia, eventualmente, contar com o auxílio de uma política de rendas, permitindo, assim, que em 1993/94 o País volte a registrar taxas positivas de crescimento da renda *per capita*, num contexto de estabilidade de preços.

## DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

O Sistema BNDES administra recursos no valor de Cr\$ 26,07 trilhões (equivalentes a US\$ 24,4 bilhões), aplicados em seus diversos programas de investimento pelo Banco ou através de suas subsidiárias, a BNDESPAR e a FINAME, ou ainda mediante repasse a bancos de investimento e de desenvolvimento.

Desse volume, Cr\$ 4,1 trilhões (US\$ 3,9 bilhões) se referem aos fundos administrados pelo Banco, destacando-se o Fundo da Marinha Mercante (FMM), o Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND) e o Fundo de Participação Social (FPS).

Os recursos ordinários do Sistema, Cr\$ 21,9 trilhões (US\$ 20,5 bilhões), são provenientes basicamente do PIS-Pasep, do Fundo de

Amparo ao Trabalhador (FAT) e de empréstimos externos, além do patrimônio líquido do Banco (Tabelas 7 e 8).

Ao final do exercício de 1991, o valor do ativo do BNDES atingiu Cr\$ 21,9 trilhões. A maior parcela do ativo, englobando cerca de 64% do seu total, foi formada pelo saldo de empréstimos e financiamentos, que soma Cr\$ 14,1 trilhões.

Os investimentos representaram 26% do total, contra 14% em 1990, atingindo Cr\$ 5,7 trilhões no exercício, enquanto outros ativos e créditos junto ao Tesouro mantiveram sua participação relativa em 10% (Tabela 7).

A evolução anual do passivo do BNDES, assim como os fundos administrados, de 1986 a 1991, é apresentada na Tabela 8.

TABELA 7 — BNDES

### ASPECTOS RELEVANTES DA ESTRUTURA PATRIMONIAL

Posição em 31 de dezembro

DISCRIMINAÇÃO	1990		1991	
	Cr\$ MILHÕES (Ajustado Lei nº 8.200)	%	Cr\$ MILHÕES	%
<b>Ativo</b>	<b>3.665.000</b>	<b>100</b>	<b>21.932.744</b>	<b>100</b>
Empréstimos e Financiamentos	2.385.004	65	14.087.330	64
Créditos perante o Tesouro Nacional	106.271	3	492.878	2
Investimentos	933.369	25	5.720.843	26
Outros Ativos	240.356	7	1.631.693	8
<b>Passivo</b>	<b>3.665.000</b>	<b>100</b>	<b>21.932.744</b>	<b>100</b>
Fundo de Participação PIS-Pasep	1.567.625	43	8.429.698	38
FAT	375.397	10	3.623.612	17
Empréstimos e Financiamentos no País	113.248	3	392.089	2
Empréstimos e Financiamentos no Exterior	338.670	9	1.861.234	8
Outros Exigíveis	165.143	5	1.053.071	5
Patrimônio Líquido	1.104.917	30	6.573.040	30

TABELA 8 — BNDES

ESTRUTURA PATRIMONIAL DO PASSIVO												
Cr\$ milhões constantes												
	1986	%	1987	%	1988	%	1989	%	1990	%	1991	%
									AJUSTADO LEI nº 8200			
<b>BNDES</b>												
1. Recursos Institucionais	5.995.360	57	6.564.698	57	7.798.179	63	9.993.767	61	9.348.193	53	12.054.905	55
PIS-Pasep	5.944.746	57	6.534.583	57	7.764.562	62	9.601.003	58	7.541.453	43	8.429.698	38
FAT	0	—	0	—	0	—	365.675	2	1.805.941	10	3.623.612	17
Finsocial	50.614	—	30.115	—	33.617	—	27.089	—	799	—	1.595	—
2. Empréstimos no País	348.635	3	624.589	5	625.393	5	613.520	4	821.999	5	850.862	4
3. Empréstimos Externos	1.558.678	15	1.585.109	14	1.396.994	11	1.450.513	9	1.629.257	9	1.861.234	8
4. Outros Exigíveis	465.950	1	808.673	7	443.431	4	847.823	5	516.473	3	592.703	3
5. Patrimônio Líquido	2.135.319	20	1.840.415	16	2.208.077	18	3.589.710	22	5.315.480	30	6.573.040	30
<b>TOTAL</b>	<b>10.503.942</b>	<b>100</b>	<b>11.423.484</b>	<b>100</b>	<b>12.472.074</b>	<b>100</b>	<b>16.495.333</b>	<b>100</b>	<b>17.631.402</b>	<b>100</b>	<b>21.932.744</b>	<b>100</b>
<b>FUNDOS ADMINISTRADOS</b>												
FMM	1.610.716	86	1.743.113	92	1.520.255	38	1.965.168	44	1.957.687	49	2.066.047	50
FND	0	—	0	—	2.200.611	55	1.978.710	44	1.750.088	44	1.544.323	37
FPS	260.175	14	157.999	8	286.013	7	537.000	12	258.366	7	531.832	13
<b>TOTAL</b>	<b>1.870.891</b>	<b>100</b>	<b>1.901.112</b>	<b>100</b>	<b>4.006.879</b>	<b>100</b>	<b>4.480.878</b>	<b>100</b>	<b>3.966.141</b>	<b>100</b>	<b>4.142.202</b>	<b>100</b>

Nota: Valores atualizados para preços de dezembro de 1990 pela variação do BTN e para dezembro de 1991 pela variação do IPC.

As fontes institucionais representam atualmente cerca de 55% dos recursos do Banco. Destas, o PIS-Pasep e o FAT são as principais, visto que os recursos do Finsocial não mais são aplicados pelo BNDES, restando apenas o saldo dos contratos administrados.

O PIS-Pasep, maior fonte de recursos do BNDES durante os últimos anos, foi substituído, a partir da Constituição promulgada em outubro de 1988, pelo FAT. Os retornos provenientes das aplicações do PIS-Pasep têm sido reaplicados em projetos que se enquadram nas políticas de desenvolvimento do Banco, sem prejuízo das devoluções necessárias a custear os abonos e rendimentos pagos anualmente aos trabalhadores cotistas do fundo.

De acordo com as boas práticas bancárias, vale destacar que o BNDES, através de aplicações criteriosas dos recursos do PIS-Pasep, sempre proporcionou ao fundo rentabilidade acima da contratual.

Em 1991, o FAT, apesar de representar apenas 17% dos recursos do Banco (Tabela 8), é a principal fonte de novos ingressos do Sistema, indispensável ao financiamento dos projetos de desenvolvimento. A esse fundo é assegurada uma remuneração de 6% a.a. acima da variação da taxa referencial (TR).

Os empréstimos contraídos no país incluem principalmente dívidas do Tesouro Nacional e recursos do Bacen para financiamentos específicos, contratados em moeda nacional e estrangeira.

Os empréstimos externos foram, ao longo dos primeiros anos da década de 80, uma importante fonte de recursos do Sistema, obtidos junto a instituições financeiras privadas ou organismos internacionais como o Banco Mundial (Bird) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

A partir de 1987, no entanto, entraves relacionados à negociação da dívida externa ocasionaram grande redução nos ingressos, fazendo com que seus saldos apresentassem uma tendência de redução devido às amortizações efetuadas sem as respectivas renovações das linhas de crédito.

Enquanto para os empréstimos de instituições financeiras privadas permanece a tendência de amortização sem novos ingressos, no caso dos organismos internacionais estão sendo assinados contratos permitindo a retomada do fluxo de ingresso de recursos externos para o Banco.

O patrimônio líquido do BNDES, da ordem de Cr\$ 6,5 trilhões (Tabela 8), vem mantendo uma relação adequada em comparação aos recursos totais do Sistema. A evolução do patrimônio líquido nesse período foi obtida graças ao bom desempenho econômico-financeiro do Banco. Por oportuno, observa-se que os aportes de capital de parte do governo ocorreram até 1984 e quase sempre com integralização através de cessão de ações de empresas estatais (Eletrobrás, Petrobrás e outras).

As despesas de pessoal e administração foram de Cr\$ 40,8 bilhões (Tabela 9), o que representou apenas 0,27% da média dos recursos administrados pelo BNDES (Cr\$ 15 trilhões), mantendo-se como nos anos anteriores em nível bem inferior ao limite máximo para tal relação, fixado em 1% pelo Decreto nº 88.101/83.

TABELA 9 — BNDES

**RELAÇÃO ENTRE A DESPESA ADMINISTRATIVA E OS RECURSOS**

**ADMINISTRADOS — 1986/1991**

ANO	Cr\$ mil correntes		
	DESPESAS DE PESSOAL E ADMINISTRAÇÃO	MÉDIA DOS RECURSOS ADMINISTRADOS <sup>1</sup>	RELAÇÃO PERCENTUAL <sup>2</sup>
	A	B	A/B
1986	615,9	299.499,6	0,21
1987	2.297,0	1.203.089,2	0,19
1988	19.098,1	11.140.217,3	0,17
1989	328.731,3	184.348.163,9	0,18
1990	6.293.871,4	2.159.339.170,5	0,29
1991	40.829.188,8	15.073.197.255,2	0,27

1) Recursos Administrados: ativo contábil do Banco acrescido do saldo das aplicações de fundos e/ou programas por ele administrados, registrados apenas no passivo pela diferença entre o saldo dos recursos e o das aplicações.

2) O Decreto n.º 88.101, de 10.02.83, fixa em 1% o limite máximo para tal relação.

Cabe ainda destacar que o total das operações aprovadas pelo BNDES em 1991 atingiu o valor de Cr\$ 1,7 trilhão, com a participação direta do Banco representando 69% desse total. As operações indiretas representaram 31% do valor das aprovações, mantendo-se estável este percentual em relação a 1990 (Tabela 10).

No que se refere aos desembolsos, em 1991 o Banco liberou Cr\$ 1,5 bilhão, sendo Cr\$ 1,2 bilhão diretamente e Cr\$ 300 milhões via Agentes Financeiros. Em termos percentuais, esses valores correspondem, respectivamente, a 78 e 22% do total desembolsado. Observa-se que, em comparação com 1990, cresceu ligeiramente a participação das operações diretas em relação ao total desembolsado pelo Banco.

TABELA 10 — BNDES

**APROVAÇÕES E DESEMBOLSOS SEGUNDO**

**A MODALIDADE OPERACIONAL**

MODALIDADE	Cr\$ milhões constantes			
	1990		1991	
	VALOR	%	VALOR	%
<b>Aprovações</b>	<b>1.198.391</b>	<b>100</b>	<b>1.713.404</b>	<b>100</b>
Diretas	818.957	68	1.186.343	69
Indiretas	379.434	32	527.061	31
<b>Desembolsos</b>	<b>1.499.070</b>	<b>100</b>	<b>1.584.588</b>	<b>100</b>
Diretas	1.123.781	75	1.243.371	78
Indiretas	375.289	25	341.217	22

Nota: Valores mensais atualizados para preços de dezembro/91, com base no IGP-DI.

## A DEMANDA DE CRÉDITO

O Sistema BNDES é constituído pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e por suas duas subsidiárias, a Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME) e a BNDES Participações S.A. (BNDESPAR).

Sua atribuição básica é apoiar os empreendimentos prioritários ao desenvolvimento da economia brasileira, com ênfase no estímulo à iniciativa privada nacional. De forma integrada, o BNDES, a FINAME e a BNDESPAR dispõem de um conjunto de modalidades operacionais permanentemente atualizadas, visando assegurar o atendimento às necessidades de investimento de longo prazo de empresas privadas e entidades públicas.

A ação financiadora do Sistema BNDES objetiva alocar os recursos à sua disposição de forma a garantir o maior e melhor impacto possível sobre o desenvolvimento nacional, promovendo o crescimento da produção de bens e serviços, a modernização e a capacitação tecnológica, a geração de empregos, a ampliação da gama de produtos competitivos no mercado externo e a conservação do meio ambiente.

Essa característica sempre exigiu do Banco uma visão dinâmica das questões econômicas brasileiras e a identificação permanente dos problemas estruturais e dos pontos de estrangulamento a serem superados, bem como dos setores-chave para aplicação de recursos.

O Sistema BNDES tem orientado sua atuação, nos últimos anos, no sentido de incrementar o grau de competitividade do setor industrial. Assim, vem sendo enfatizado o apoio a empreendimentos voltados para o aumento da capacidade instalada e que atendam aos seguintes requisitos: capacitação tecnológica; reorganização do sistema de produção e gerenciamento e adoção de técnicas de gestão e de produção que propiciem aumento da produtividade.

Além dos macroobjetivos de aumentar a produção industrial brasileira e de gerar mais renda e novas oportunidades de emprego, uma das metas assumidas pelo Sistema BNDES tem sido a de, através de sua ação financiadora, intensificar a exportação de bens manufaturados em condições de competir nos mercados externos.

A modernização da infra-estrutura nacional, inclusive com a busca de novas fontes de recursos para investimento, representou relevante alvo do Sistema BNDES, que historicamente tem desempenhado papel fundamental nesse setor.

Paralelamente às atividades de financiamento, o BNDES foi designado pelo governo federal, em agosto de 1990, gestor do Fundo Nacional de Desestatização, à luz de sua experiência anterior bem-sucedida, conduzida pela BNDESPAR, de transferir ao setor privado o controle e a gestão de empresas em que detinha participação societária majoritária. O BNDES é atualmente responsável pelo suporte administrativo, financeiro e técnico do Programa Nacional de Desestatização.

A presença do Sistema BNDES no cenário econômico e financeiro do País é primordial para viabilizar os investimentos de longo prazo necessários à formação bruta de capital fixo. Ao longo dos últimos cinco anos, o Sistema BNDES desembolsou, em média, US\$ 3,5 bilhões. Em 1991, os desembolsos atingiram US\$ 2,5 bilhões.

Considerando que a participação do Sistema BNDES cobre, na média, 50% das necessidades dos projetos por ele apoiados (sendo os outros 50% constituídos por recursos próprios do empresário e/ou recursos de terceiros), ao longo dos últimos cinco anos o Sistema alavancou, anualmente, cerca de US\$ 7 bilhões em investimentos no setor moderno da economia brasileira.

Essa expressiva canalização de recursos atende a uma demanda que se distribui por amplo leque de atividades:

- no que se refere aos empreendimentos industriais, o Sistema BNDES apóia praticamente todos os seus segmentos;
- na infra-estrutura, são prioritários os sistemas de transporte e armazenagem, telecomunicações e geração, transmissão e conservação de energia, incluindo-se ainda a infra-estrutura econômica e social de grandes projetos industriais;
- desenvolvimento agrícola, apoiando a empresa rural e as atividades de reflorestamento e financiando a aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas por intermédio das pessoas físicas;
- construção naval;
- comércio e serviços;
- comercialização de máquinas e equipamentos;
- proteção ao meio ambiente;
- desenvolvimento tecnológico; e
- fortalecimento do mercado de capitais e participação acionária.

Em 1991, o Sistema BNDES teve como principal fonte de recursos o retorno dos financiamentos concedidos, que, no ano, respondeu por 46% do total do volume das aplicações (Tabela 11). A segunda maior fonte de recursos na composição do orçamento do BNDES é o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), constituído a partir do PIS-Pasep. Em 1991, as transferências do FAT para o Sistema BNDES foram de Cr\$ 1,6 trilhão, equivalentes a 36% do total das aplicações no ano. Numa escala menor de participação, os recursos do Fundo da Marinha Mercante (FMM) representaram 5% do total das aplicações do Sistema BNDES.

TABELA 11 — SISTEMA BNDES

## EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DISCRIMINAÇÃO	1990		1991	
	Cr\$ milhões	%	Cr\$ milhões	%
<b>(+) RECURSOS</b>	<b>4.039.253</b>	<b>100</b>	<b>4.414.718</b>	<b>100</b>
<b>Recursos Operacionais</b>	<b>2.480.405</b>	<b>61</b>	<b>1.994.816</b>	<b>45</b>
Retorno	2.028.412	50	1.827.483	41
Outros	451.993	11	167.333	4
<b>Recursos Não-Operacionais</b>	<b>247.350</b>	<b>6</b>	<b>474.375</b>	<b>11</b>
<b>Recursos do Tesouro</b>	<b>558</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Encargos Financeiros da União	558	0	0	0
Ressarcimento Decreto-Lei 1.452	0	0	0	0
Vinculados	0	0	0	0
Finsocial	0	0	0	0
Outros (Jari)	0	0	0	0
<b>Operações de Crédito - Externas</b>	<b>34.712</b>	<b>1</b>	<b>90.591</b>	<b>2</b>
<b>Outros Recursos</b>	<b>1.276.228</b>	<b>32</b>	<b>1.854.936</b>	<b>42</b>
Transferência FAT	961.758	24	1.622.782	37
CDB/RDB	28.273	1	15.028	0
FMM	284.861	7	217.126	5
Diversos	1.335	0	0	0
<b>(-) DISPÊNDIOS</b>	<b>3.716.872</b>	<b>100</b>	<b>4.131.747</b>	<b>100</b>
<b>Correntes e de Capital</b>	<b>1.289.774</b>	<b>35</b>	<b>1.430.744</b>	<b>35</b>
Dispêndios Administrativos	88.167	2	134.087	3
Tributos	369.946	10	143.094	3
Serviço da Dívida	582.226	16	606.532	15
Cobertura do Benefício PIS/Pasep-FAT	249.435	7	531.975	13
Outros	0	0	15.056	0
<b>Aplicações</b>	<b>2.427.098</b>	<b>65</b>	<b>2.701.003</b>	<b>65</b>
Recursos Ordinários	2.143.307	58	2.331.450	56
Recursos Vinculados	283.791	8	369.553	9

Nota: Valores mensais atualizados para preços de dezembro/91, com base no IGP-DI.

## Consultas e Enquadramentos

A expansão da demanda por crédito do Sistema BNDES, entre 1990 e 1991, está ilustrada na Tabela 12, que se refere às consultas submetidas à instituição financeira. Em moeda constante, o total das consultas cresceu 9% entre 1990 e 1991, refletindo um acréscimo de Cr\$ 5,1 trilhões para Cr\$ 5,6 trilhões.

No período, os setores em que as consultas cresceram mais expressivamente foram os de extração de minerais (108%), indústria de transformação (45%) e agropecuária (28%).

No que se refere à distribuição regional, enquanto houve um decréscimo expressivo das consultas provenientes das regiões Norte (-48%) e Nordeste (-20%), a demanda de crédito permaneceu estável no Sudeste e cresceu consideravelmente no Sul (38%) e no Centro-Oeste (141%).

TABELA 12 — SISTEMA BNDES

### CONSULTAS SEGUNDO OS RAMOS DE ATIVIDADE, GRANDES REGIÕES E OBJETIVO DO PROJETO

Cr\$ milhões constantes

DISCRIMINAÇÃO	1990	1991	VARIAÇÃO (%)
<b>Ramos de Atividade</b>	<b>5.141.134</b>	<b>5.583.715</b>	<b>9</b>
Extração de Minerais	35.296	73.474	108
Agropecuária	280.488	360.346	28
Indústria de Transformação	2.288.503	3.308.179	45
Serviços	2.166.487	1.841.717	-15
Outros	370.360	0	-
<b>Grandes Regiões</b>	<b>5.141.134</b>	<b>5.583.715</b>	<b>9</b>
Norte	392.944	202.972	-48
Nordeste	797.682	636.017	-20
Sudeste	2.775.324	2.779.465	0
Sul	843.671	1.165.771	38
Centro-Oeste	331.513	799.490	141
<b>Objetivo do Projeto</b>	<b>5.141.134</b>	<b>5.583.715</b>	<b>9</b>
Investimento Fixo/Misto <sup>1</sup>	4.854.014	5.407.366	11
Fortalecimento e Saneamento Financeiro	100.058	163.230	63
Outros <sup>2</sup>	187.063	13.120	-93

Nota: Valores atualizados para preços de dezembro/91, com base no IGP-DI.

1) Compreende operações de: ampliação ou adequação da capacidade instalada, racionalização/modernização, comercialização de equipamentos nacionais e desenvolvimento tecnológico.

2) Inclui objetivos sociais.

Obs.: As diferenças verificadas em alguns somatórios decorrem dos arredondamentos realizados mecanicamente.

O mesmo fenômeno de expansão da demanda de crédito se repete no caso dos enquadramentos do Sistema BNDES (Tabela 13), que refletem as prioridades concedidas no ano. De um total de Cr\$ 3,4 trilhões em 1990, os enquadramentos elevaram-se a Cr\$ 4,9 trilhões em 1991, registrando acréscimo de 41%.

Em termos setoriais, os resultados positivos mais expressivos se referem à extração de minerais (232%), agropecuária (82%), indústria de transformação (47%) e serviços (25%).

Por regiões, observa-se uma elevação generalizada das prioridades concedidas, com destaque para o Centro-Oeste (167%), o Sul (58%) e o Sudeste (36%). O crescimento do Nordeste foi de 8%. A única região que registra um decréscimo dos enquadramentos (-34%) é a Norte.

TABELA 13 — SISTEMA BNDES

ENQUADRAMENTOS SEGUNDO OS RAMOS DE ATIVIDADE, GRANDES REGIÕES E OBJETIVO DO PROJETO			
Cr\$ milhões constantes			
DISCRIMINAÇÃO	1990	1991	VARIACÃO (%)
<b>Ramos de Atividade</b>	<b>3.480.567</b>	<b>4.902.066</b>	<b>41</b>
Extração de Minerais	23.831	79.053	232
Agropecuária	171.047	310.781	82
Indústria de Transformação	1.876.152	2.754.593	47
Serviços	1.409.127	1.757.638	25
Outros	410	0	-
<b>Grandes Regiões</b>	<b>3.480.567</b>	<b>4.902.066</b>	<b>41</b>
Norte	228.184	151.119	-34
Nordeste	547.381	590.665	8
Sudeste	1.873.125	2.548.347	36
Sul	560.551	887.389	58
Centro-Oeste	271.325	724.547	167
<b>Objetivo do Projeto</b>	<b>3.480.567</b>	<b>4.902.066</b>	<b>41</b>
Investimento Fixo/Misto <sup>1</sup>	3.478.181	4.885.604	40
Fortalecimento e Saneamento Financeiro	2.385	6.445	170
Outros <sup>2</sup>	0	10.017	-

1) Compreende operações de: ampliação ou adequação da capacidade instalada, racionalização/modernização, comercialização de equipamentos nacionais e desenvolvimento tecnológico.

2) Inclui objetivos sociais.

Obs.: As diferenças verificadas em alguns somatórios decorrem dos arredondamentos realizados mecanicamente.

## Aprovações

A análise da Tabela 14 demonstra que a intensidade da retomada das aprovações do Sistema BNDES, registrada em 1991 após três anos de contínua retração, não tem paralelo nos últimos dez anos. Se em 1990 as aprovações foram de Cr\$ 2,4 trilhões, em 1991 registraram um acréscimo de 39%, elevando-se a Cr\$ 3,4 trilhões. No entanto, convém observar que, em moeda constante, 1990 e 1991 apresentaram os menores valores de aprovações num período de dez anos.

TABELA 14 — SISTEMA BNDES

EVOLUÇÃO DAS APROVAÇÕES		
Cr\$ milhões constantes		
ANO	VALOR	VARIAÇÃO (%)
1982	5.767.913	-48
1983	6.287.251	9
1984	6.875.606	9
1985	5.429.926	-21
1986	6.404.219	18
1987	8.288.867	29
1988	7.523.950	-9
1989	4.522.963	-40
1990	2.441.617	-46
1991	3.382.985	39

Sob o ponto de vista dos objetivos do projeto (Tabela 15), 96% do total das aprovações em 1991, ou seja, Cr\$ 3,2 trilhões, foram canalizados para operações de ampliação ou adequação da capacidade instalada, racionalização e/ou modernização, comercialização de equipamentos nacionais e desenvolvimento tecnológico. Observe-se que entre 1990 e 1991 este percentual permaneceu praticamente estável. As operações aprovadas de fortalecimento e saneamento financeiro foram pouco expressivas, representando apenas 4% do total.

Quanto à distribuição espacial dos recursos do Sistema BNDES, observa-se que a participação do Nordeste no total das aprovações do Sistema BNDES cresceu de 17% em 1987 para 21% em 1990 e, finalmente, para 24% em 1991, ultrapassando a participação da região Sul, que foi de 22% (Tabela 16). Já o Sudeste, apesar de deter a maior parcela (42%), vê esse percentual cair progressivamente desde 1988, quando atingiu o nível recorde de 55%. Por sua vez, a região Norte registrou o maior nível de participação nos últimos cinco anos (7%), enquanto o Centro-Oeste se manteve no mesmo patamar (4%).

TABELA 15 — SISTEMA BNDES

APROVAÇÕES SEGUNDO OS OBJETIVOS DO PROJETO					
Cr\$ milhões constantes					
OBJETIVO	1990		1991		VARIAÇÃO (%)
	VALOR	%	VALOR	%	
Investimento Fixo/Misto <sup>1</sup>	2.398.369	98	3.231.160	96	35
Fortalecimento e Saneamento Financeiro	41.967	2	146.258	4	249
Outros <sup>2</sup>	1.281	0	5.567	0	335
<b>Total</b>	<b>2.441.617</b>	<b>100</b>	<b>3.382.985</b>	<b>100</b>	<b>39</b>

Nota: Valores mensais atualizados para preços de dezembro/91, com base no IGP-DI.

1) Compreende operações de: ampliação ou adequação da capacidade instalada, racionalização/modernização, comercialização de equipamentos nacionais e desenvolvimento tecnológico.

2) Inclui objetivos sociais.

TABELA 16 — SISTEMA BNDES

APROVAÇÕES SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES										
Cr\$ milhões constantes										
GRANDES REGIÕES	1987		1988		1989		1990		1991	
	VALOR	%								
Norte	343.142	4	241.968	3	278.532	6	74.707	3	248.127	7
Nordeste	1.381.750	17	1.481.920	20	1.089.507	24	504.471	21	825.552	24
Sudeste	4.423.366	53	4.117.170	55	2.098.567	46	1.139.153	47	1.404.555	42
Sul	1.805.180	22	1.354.821	18	894.771	20	627.429	26	757.256	22
Centro-Oeste	335.430	4	328.072	4	161.587	4	95.857	4	147.496	4
<b>Brasil</b>	<b>8.288.868</b>	<b>100</b>	<b>7.523.950</b>	<b>100</b>	<b>4.522.963</b>	<b>100</b>	<b>2.441.617</b>	<b>100</b>	<b>3.382.985</b>	<b>100</b>

Nota: Valores atualizados para preços de dezembro/91, com base no IGP-DI.

Obs.: As diferenças verificadas em alguns somatórios decorrem dos arredondamentos realizados mecanicamente.

Preocupado com os desequilíbrios na distribuição espacial da renda, o Sistema BNDES pratica, há anos, uma política de taxa de juros diferenciada, privilegiando com custos mais baixos os financiamentos para projetos nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

A análise das aprovações segundo os ramos de atividade demonstra claramente a posição de destaque da indústria de transformação. De fato, 61% do total das aprovações beneficiaram projetos industriais (Tabela 17).

TABELA 17 — SISTEMA BNDES

APROVAÇÕES SEGUNDO OS RAMOS DE ATIVIDADE										
Cr\$ milhões constantes										
RAMOS DE ATIVIDADE	1987		1988		1989		1990		1991	
	VALOR	%								
Extração de Minerais	185.054	2	94.996	1	105.063	2	21.560	1	43.345	1
Agropecuária	140.500	2	198.695	3	208.399	5	80.263	3	324.490	10
Indústria de Transformação	4.405.518	53	4.683.837	62	3.253.669	72	1.733.558	71	2.076.096	61
Serviços	3.134.931	38	2.379.956	32	932.293	21	604.804	25	936.291	28
Outros	422.864	5	166.467	2	23.540	1	1.432	0	2.763	0
<b>Total</b>	<b>8.288.867</b>	<b>100</b>	<b>7.523.950</b>	<b>100</b>	<b>4.522.963</b>	<b>100</b>	<b>2.441.617</b>	<b>100</b>	<b>3.382.985</b>	<b>100</b>

Nota: Valores atualizados para preços de dezembro/91, com base no IGP-DI.

Obs.: As diferenças verificadas em alguns somatórios decorrem dos arredondamentos realizados mecanicamente.

O setor de serviços absorveu 28% das aprovações, enquanto extração de minerais e agropecuária responderam por 1 e 10%, respectivamente.

O total das aprovações do Sistema BNDES para a indústria de transformação se elevou a Cr\$ 2 trilhões (Tabela 22). Deste total, 26% foram direcionados para projetos no setor de papel e celulose, 15% para o de química, 10% para produtos alimentares, 8% para metalurgia, 7% para material de transporte e 6% para a mecânica e o setor têxtil. Os outros gêneros de atividade tiveram participação reduzida.

Para as atividades de serviços foram aprovados projetos no valor de Cr\$ 936 bilhões (Tabela 23), sendo 44% para o setor de transporte e 33% para os serviços industriais de utilidade pública, representando Cr\$ 414 bilhões e Cr\$ 313 bilhões, respectivamente.

## Desembolsos

A evolução dos desembolsos do Sistema BNDES, a partir de 1982, está descrita na Tabela 18. Observa-se que os desembolsos

TABELA 18 — SISTEMA BNDES  
EVOLUÇÃO DOS DESEMBOLSOS

Cr\$ milhões constantes		
ANO	VALOR	VARIAÇÃO (%)
1982	5.402.844	29
1983	6.281.931	16
1984	5.575.795	-11
1985	5.192.237	-7
1986	5.475.204	5
1987	5.946.830	9
1988	5.016.771	-16
1989	3.065.620	-39
1990	2.427.098	-21
1991	2.701.003	11

em moeda constante caíram drasticamente entre 1988 e 1990. Em 1991, elevaram-se em 11%, passando de Cr\$ 2,4 trilhões no ano anterior para Cr\$ 2,7 trilhões.

Praticamente o total dos desembolsos do Sistema BNDES (95%) beneficiou projetos de investimento fixo e/ou misto, reservando-se somente 4% para operações de fortalecimento e saneamento financeiro (Tabela 19).

TABELA 19 — SISTEMA BNDES

DESEMBOLSOS SEGUNDO OS OBJETIVOS DO PROJETO					
Cr\$ milhões constantes					
OBJETIVO	1990		1991		VARIAÇÃO (%)
	VALOR	%	VALOR	%	
Investimento Fixo/Misto <sup>1</sup>	2.311.809	95	2.567.825	95	11
Fortalecimento e Saneamento Financeiro	105.094	4	107.024	4	2
Outros <sup>2</sup>	10.195	0	26.154	1	157
<b>Total</b>	<b>2.427.098</b>	<b>100</b>	<b>2.701.003</b>	<b>100</b>	<b>11</b>

Nota: Valores mensais atualizados para preços de dezembro/91, com base no IGP-DI.

1) Compreende operações de: ampliação ou adequação da capacidade instalada, racionalização/modernização, comercialização de equipamentos nacionais e desenvolvimento tecnológico.

2) Inclui objetivos sociais.

Obs.: As diferenças verificadas em alguns somatórios decorrem dos arredondamentos realizados mecanicamente.

Em termos regionais, ressaltou-se o crescimento progressivo da participação da região Nordeste no total dos desembolsos: de 17% em 1987, elevou-se a 25% em 1991. Para o Sudeste foram canalizados 44%, enquanto o Sul recebeu 21% e o Norte 6%. Já o Centro-Oeste permaneceu com 4% de participação (Tabela 20).

Segundo os ramos de atividade, os desembolsos acompanham o comportamento das aprovações, com supremacia absoluta da

indústria de transformação. De um montante de Cr\$ 2,7 trilhões desembolsados em 1991, Cr\$ 1,8 trilhão, ou seja, 66% do total, foram injetados na indústria. O setor de serviços recebeu Cr\$ 687 bilhões, representando 25% dos desembolsos. A participação dos ramos de agropecuária e de extração de minerais foi pouco expressiva: 7 e 1%, respectivamente (Tabela 21).

TABELA 20 — SISTEMA BNDES

DESEMBOLSOS SEGUNDO AS GRANDES REGIÕES										
Cr\$ milhões constantes										
GRANDES REGIÕES	1987		1988		1989		1990		1991	
	VALOR	%								
Norte	442.161	7	334.471	7	287.622	9	202.218	8	170.365	6
Nordeste	1.037.496	17	797.261	16	575.016	19	556.125	23	680.312	25
Sudeste	2.865.760	48	2.839.948	57	1.463.477	48	1.024.165	42	1.191.436	44
Sul	1.373.462	23	847.405	17	629.292	21	537.654	22	554.352	21
Centro-Oeste	227.952	4	197.686	4	110.214	4	106.937	4	104.537	4
<b>Brasil</b>	<b>5.946.830</b>	<b>100</b>	<b>5.016.771</b>	<b>100</b>	<b>3.065.620</b>	<b>100</b>	<b>2.427.098</b>	<b>100</b>	<b>2.701.003</b>	<b>100</b>

Nota: Valores atualizados para preços de dezembro/91, com base no IGP-DI.

Obs.: As diferenças verificadas em alguns somatórios decorrem dos arredondamentos realizados mecanicamente.

TABELA 21 — SISTEMA BNDES

DESEMBOLSOS SEGUNDO OS RAMOS DE ATIVIDADE										
Cr\$ milhões constantes										
RAMOS DE ATIVIDADE	1987		1988		1989		1990		1991	
	VALOR	%								
Extração de Minerais	217.804	4	89.510	2	64.570	2	36.051	1	23.842	1
Agropecuária	75.738	1	95.962	2	99.436	3	92.544	4	195.346	7
Indústria de Transformação	3.036.142	51	3.061.489	61	1.972.571	64	1.791.759	74	1.790.100	66
Serviços	2.459.971	41	1.586.872	32	880.374	29	498.645	21	687.648	25
Outros	157.175	3	182.938	4	48.668	2	8.099	0	4.067	0
<b>Total</b>	<b>5.946.830</b>	<b>100</b>	<b>5.016.771</b>	<b>100</b>	<b>3.065.620</b>	<b>100</b>	<b>2.427.098</b>	<b>100</b>	<b>2.701.003</b>	<b>100</b>

Nota: Valores atualizados para preços de dezembro/91, com base no IGP-DI.

Obs.: As diferenças verificadas em alguns somatórios decorrem dos arredondamentos realizados mecanicamente.



A distribuição setorial dos desembolsos do Sistema BNDES (Tabela 22) ressalta que, dos Cr\$ 1,8 trilhão direcionados para a indústria de transformação, Cr\$ 547 bilhões (31%) foram canalizados para o setor de papel e celulose e Cr\$ 376 bilhões (21%) para o de química. Tanto a metalurgia como o setor de produtos alimentares receberam 9% dos desembolsos, enquanto o de material de transporte obteve 6%.

A Tabela 23 mostra a alocação dos desembolsos do Sistema BNDES segundo os gêneros das atividades de serviços. De um total de Cr\$ 687 bilhões, 64% foram direcionados para a melhoria dos sistemas de transportes, 14% para os serviços industriais de utilidade pública e 8% para a construção.

TABELA 22 — SISTEMA BNDES

APROVAÇÕES E DESEMBOLSOS SEGUNDO OS GÊNEROS DE ATIVIDADE								
DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO								
INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	Cr\$ milhões constantes							
	APROVAÇÕES				DESEMBOLSOS			
	1990		1991		1990		1991	
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
Transf. Prods. Min. Não-Metálicos	47.376	3	78.191	4	45.244	3	32.621	2
Metalurgia	176.696	10	162.653	8	255.196	14	164.562	9
Mecânica	75.296	4	119.560	6	61.932	3	66.960	4
Mat. Elétrico e de Comunicação	75.032	4	86.639	4	54.463	3	36.647	2
Material de Transporte	36.053	2	149.854	7	118.776	7	108.809	6
Madeira	29.406	2	19.659	1	27.991	2	14.614	1
Mobiliário	10.999	1	10.010	0	10.707	1	7.178	0
Papel e Papelão (inclui Celulose)	406.195	23	544.212	26	587.395	33	547.277	31
Borracha	15.423	1	8.553	0	6.160	0	12.244	1
Couros e Peles e Artef. para Viagem	5.915	0	5.350	0	4.867	0	4.287	0
Química	358.759	21	316.739	15	263.575	15	376.734	21
Prods. Farmacêuticos e Veterinários	5.523	0	6.240	0	5.756	0	3.302	0
Perfumaria, Sabões e Velas	4.223	0	1.723	0	2.323	0	855	0
Produtos de Matérias Plásticas	72.028	4	81.019	4	61.205	3	58.780	3
Têxtil	101.867	6	123.934	6	82.395	5	81.033	5
Vest., Calç. e Artefatos de Tecidos	25.793	1	24.213	1	17.081	1	21.831	1
Produtos Alimentares	222.247	13	208.915	10	140.736	8	164.554	9
Bebidas	42.868	2	60.547	3	30.629	2	33.137	2
Fumo	522	0	43.154	2	390	0	38.281	2
Editorial e Gráfica	13.711	1	18.036	1	8.646	0	9.938	1
Diversas	7.626	0	6.893	0	6.292	0	6.454	0
<b>Total</b>	<b>1.733.558</b>	<b>100</b>	<b>2.076.096</b>	<b>100</b>	<b>1.791.759</b>	<b>100</b>	<b>1.790.100</b>	<b>100</b>

Nota: Valores atualizados para preços de dezembro/91, com base no IGP-DI.

Obs.: As diferenças verificadas em alguns somatórios decorrem dos arredondamentos realizados mecanicamente.

TABELA 23 — SISTEMA BNDES

## APROVAÇÕES E DESEMBOLSOS SEGUNDO OS GÊNEROS DE ATIVIDADE DE SERVIÇOS

Cr\$ milhões constantes

SERVIÇOS	APROVAÇÕES				DESEMBOLSOS			
	1990		1991		1990		1991	
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
Ativ. Apoio (Utilid.) e Serv. Car. Indl.	4.026	1	30.059	3	1.376	0	25.365	4
Atividades Administrativas	5	0	69	0	5	0	7	0
Construção	43.106	7	77.606	8	25.227	5	55.961	8
Serviços Industriais de Util. Pública	83.785	14	313.411	33	87.989	18	97.292	14
Comércio Varejista	15.960	3	30.570	3	10.580	2	23.722	3
Comércio Atacadista	3.177	1	5.715	1	2.487	0	3.154	0
Inst. Créd. Seguros e Capitalização	123	0	504	0	33	0	355	0
Com. Inc. Adm. Imov. Tit. Val. Mob.	192	0	750	0	497	0	359	0
Transportes	390.854	65	414.199	44	295.187	59	441.285	64
Comunicações	3.732	1	214	0	16.382	3	59	0
Alojamento e Alimentação	13.803	2	20.399	2	15.454	3	11.215	2
Repar. Manut. e Confeção	1.673	0	1.991	0	532	0	1.757	0
Hig. Pess., Saunas, Termas e Fisioterapia	4	0	10	0	3	0	0	0
Diversões, Radiodifusão e Televisão	619	0	3.506	0	1.784	0	2.068	0
Diversos	35.803	6	25.727	3	29.212	6	17.397	3
Serviços Profissionais	5.550	1	11.494	1	4.163	1	6.676	1
Adm. Púb. Direta e Autarquia	2.390	0	67	0	2.648	1	807	0
Entidade de Desenvolvimento	0	0	0	0	5.087	1	169	0
<b>Total</b>	<b>604.804</b>	<b>100</b>	<b>936.291</b>	<b>100</b>	<b>498.645</b>	<b>100</b>	<b>687.648</b>	<b>100</b>

Nota: Valores atualizados para preços de dezembro/91, com base no IGP-DI.

Obs.: As diferenças verificadas em alguns somatórios decorrem dos arredondamentos realizados mecanicamente.

## ACÇÃO SETORIAL

O objetivo deste capítulo é descrever detalhadamente o apoio do Sistema BNDES à indústria, à agricultura e à infra-estrutura.

### Indústria

#### Papel e Celulose

As operações aprovadas mais significativas no setor de papel e celulose foram:

**Bahia Sul** — Projeto de implantação, em Mucuri (BA), de fábrica para produção de 500 mil t/ano de celulose de eucalipto branqueada e de 250 mil t/ano de papéis para imprimir e escrever.

No investimento total de Cr\$ 1.242,7 bilhões, a participação do Sistema BNDES está estimada em Cr\$ 693,4 bilhões, distribuída entre o Banco (Cr\$ 333 bilhões), a FINAME (Cr\$ 203,3 bilhões) e a BNDESPAR (Cr\$ 157 bilhões). Em junho foi assinado contrato de suplementação de recursos do BNDES.

A previsão de partida da planta de celulose é março de 1992 e a da máquina de papel julho de 1992.

**Monte Dourado** — Projeto de modernização da fábrica de Almeirim (PA) e do programa de plantio necessário ao atendimento da demanda industrial de madeira.

O investimento total do projeto é de cerca de Cr\$ 283 bilhões, com participação do Sistema BNDES de Cr\$ 192,2 bilhões, sendo Cr\$ 10,6 bilhões referentes ao aumento de capital da empresa, Cr\$ 22,1 bilhões da FINAME e Cr\$ 159,5 bilhões do Banco.

**Papel Simão** — Foi aprovado em dezembro o apoio ao programa de expansão, abrangendo, numa primeira fase, a construção de nova caldeira de recuperação, com capacidade equivalente a mil t/dia de celulose de eucalipto, além de outros investimentos nas instalações industriais de Jacaref (SP).

Estima-se investimento total de Cr\$ 241,9 bilhões, com participação do Sistema BNDES de Cr\$ 102,9 bilhões, sendo Cr\$ 55,3 bilhões da FINAME e o restante do Banco.

**Inpacel** — O projeto objetiva a implantação de fábrica em Arapoti (PR) para produção de 200 mil t/ano de papéis para imprimir e escrever, à base de pasta de alto rendimento, com previsão de entrada em operação em março de 1992.

O investimento total alcançava, em valores de dezembro de 1991, o montante equivalente a Cr\$ 497,9 bilhões.

A participação do Sistema BNDES está prevista em Cr\$ 240,6 bilhões, assim distribuída: Cr\$ 97,1 bilhões do BNDES, Cr\$ 11,7 bilhões da linha BNDES/Bird, Cr\$ 12,1 bilhões em debêntures via BNDESPAR e BNDES e Cr\$ 119,7 bilhões da FINAME.

**Papirus** — Projeto de reforma e otimização da máquina de cartão, a partir de papel reciclado, aumentando a sua capacidade de 160 t/dia para 190 t/dia, na fábrica localizada em Limeira (SP).

O investimento total é de Cr\$ 13,7 bilhões, com participação do BNDES de Cr\$ 3,5 bilhões e da FINAME de Cr\$ 2,9 bilhões.

**Ripasa** — O grupo é composto por cinco empresas localizadas no Estado de São Paulo, integrando uma planta industrial de celulose de eucalipto com 12 máquinas de papel para imprimir e escrever e cartão.

O Sistema BNDES vem apoiando o projeto de implantação de uma nova máquina de papel para imprimir e escrever, localizada na unidade de Limeira (SP), com capacidade de cerca de 140 mil t/ano. No investimento total de Cr\$ 122,4 bilhões, o Sistema BNDES participará com Cr\$ 49,6 bilhões. Em dezembro foi assinado contrato de suplementação de recursos.

**Klabin** — O projeto prevê a ampliação, modernização e transferência da unidade industrial de Vila Anastácio, bairro de São Paulo, para Jundiaí (SP).

A unidade de Vila Anastácio, que iniciou suas atividades em 1961, tem capacidade para fabricar apenas 45 mil t/ano de caixas de papelão ondulado, ao passo que a nova unidade produzirá 65 mil t/ano, dentro de um novo conceito de *layout* de fábrica e com equipamentos modernos. Quanto a chapas de papelão ondulado, a unidade de Jundiaí estará capacitada a produzir 7 mil t/ano, enquanto a atual está limitada a 5 mil t/ano.

O investimento total, estimado em Cr\$ 28,7 bilhões, contou com a colaboração financeira do Sistema BNDES de Cr\$ 17 bilhões, equivalente a 59% do investimento total, envolvendo Cr\$ 8,4 bilhões referentes a gastos no Brasil financiáveis pelo Banco, Cr\$ 7,9 bilhões para importação de equipamentos e cerca de Cr\$ 537 milhões relativos a operações da FINAME.

**Celpav** — Projeto de implantação de unidade industrial integrada para produção de celulose e papel no município de Luiz Antônio (SP), com capacidade para produção de 750 t/dia de celulose branqueada e de 780 t/dia de papel para imprimir e escrever. O investimento total previsto é de Cr\$ 646,7 bilhões, sendo a participação do Sistema BNDES de Cr\$ 169,6 bilhões.

A colaboração financeira do Sistema compreende Cr\$ 67,3 bilhões do Banco e Cr\$ 40,3 bilhões previstos através de operações da FINAME. Note-se, ainda, que a BNDESPAR, que detém 33,33% do capital total da empresa, vem realizando novos aportes de recursos à medida que evoluem os investimentos, de modo a manter a sua participação acionária no mesmo nível.

## Química, Petroquímica e Plásticos

As principais operações aprovadas pelo Sistema BNDES nestes segmentos, em 1991, foram:

**Braspol** — Projeto de implantação de unidade industrial de polipropileno, com capacidade nominal de 100 mil t/ano, em Duque de Caxias (RJ). O investimento total previsto é de Cr\$ 143,7 bilhões, sendo a participação do Sistema de Cr\$ 43,8 bilhões, dos quais Cr\$ 28,7 bilhões do Banco, Cr\$ 9,4 bilhões da FINAME e Cr\$ 5,7 bilhões de repasse de recursos do BID. Encontra-se em análise um pedido de suplementação de Cr\$ 10,9 bilhões.

**Copene** — Responsável pela Central de Matérias-Primas do Pólo Petroquímico do Nordeste, a empresa está ampliando sua capacidade de produção de eteno de 460 mil t/ano para 910 mil t/ano, com início de operação previsto para março de 1992. Em 1991 a Copene obteve apoio suplementar do BNDES de Cr\$ 91,8 bilhões para este projeto, que, somado ao apoio anterior de Cr\$ 269,4 bilhões, totaliza uma participação direta de Cr\$ 361,3 bilhões em um investimento total de Cr\$ 1.045,5 bilhões. O BNDES concedeu também, neste ano, apoio no valor de Cr\$ 23,8 bilhões a projetos de meio ambiente e aumento de qualidade e produtividade da Copene, orçados em Cr\$ 53,4 bilhões.

**Soplast** — Localizada em São Bernardo do Campo (SP), a empresa produz peças e componentes de plásticos voltados para a indústria automobilística.

Os objetivos do projeto são o desenvolvimento de novos produtos, a informatização e a implantação de uma nova unidade produtiva.

O crédito concedido, no valor de Cr\$ 10,5 bilhões, é parte de um investimento total de Cr\$ 27 bilhões, dos quais a FINAME participa com Cr\$ 3,7 bilhões.

**Braspet** — O projeto tem por objetivo a implantação de unidades produtoras de vasilhames, com capacidade de 18 mil t/ano, situadas em Poços de Caldas (MG) e na cidade de São Paulo, em complementação à operação contratada em 1988.

O investimento de Cr\$ 45,6 bilhões contou com a colaboração financeira do Sistema BNDES de Cr\$ 18,3 bilhões, dos quais 80% são recursos do BNDES, que foram em sua grande parte repassados à empresa através do Banco de Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais (BDMG), e o restante é constituído de recursos da FINAME. Cerca de Cr\$ 2,5 bilhões foram destinados à importação de equipamentos, via repasse de recursos do Banco Mundial.

**Celbrás** — Localizada no município de Poços de Caldas (MG), a empresa pretende duplicar sua capacidade de produção de polímeros para 72 mil t/ano. Em 1991, foi aprovada suplementação de recursos para término de seu projeto de expansão.

O investimento total previsto é de Cr\$ 70,1 bilhões, com a participação do Sistema BNDES de Cr\$ 29,2 bilhões, sendo Cr\$ 10,1 bilhões via apoio do BNDES, Cr\$ 6,6 bilhões de recursos da FINAME e Cr\$ 863 milhões representando o repasse do Banco Mundial para importação de equipamentos.

Além dos recursos próprios, o *funding* do projeto é composto também de aportes da BNDESPAR, via aquisição de debêntures, e da International Finance Corporation (IFC), subsidiária do Banco Mundial.

**Poliderivados** — Projeto de implantação de unidade industrial em Mauá (SP), para a produção de 10 mil t/ano de filmes de polipropileno biorientado.

O investimento total previsto é de Cr\$ 40,6 bilhões, com participação do Sistema BNDES somando Cr\$ 10,5 bilhões, sendo Cr\$ 9,6 bilhões referentes a recursos do Banco e Cr\$ 968 milhões da FINAME.

**Cetrel** — Trata-se de apoio financeiro, através do Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia, para repasse de recursos a um grupo de 17 empresas usuárias dos serviços prestados pela Central de Tratamento de Efluentes Líquidos S.A. (Cetrel), no Pólo Petroquímico de Camaçari. Os aportes de recursos visam à ampliação e adequação do sistema de efluentes líquidos orgânicos, envolvendo, inclusive, a construção de um emissário com 15 km de comprimento, sendo 10 km em terra e 5 km submersos. Os investimentos foram orçados em Cr\$ 58,2 bilhões, dos quais Cr\$ 32,6 bilhões referem-se à colaboração financeira do BNDES.

Ressalte-se que o projeto de ampliação da Cetrel é essencial do ponto de vista de controle ambiental para o Pólo de Camaçari, em virtude das características poluentes da atividade petroquímica, representando um volume de investimentos significativo para o setor.

**Norclor** — Localizado no Pólo Petroquímico de Alagoas, no município de Marechal Deodoro, o projeto tem por objetivo a implantação de uma unidade para a produção de 200 mil t/ano de MVC e PVC. O investimento total eleva-se a Cr\$ 329,2 bilhões, com a participação do Sistema assim distribuída: BNDES (Cr\$ 109,7 bilhões), FINAME (Cr\$ 56,7 bilhões), BNDESPAR (Cr\$ 35,61 bilhões) e linha BNDES/Bird/BID (Cr\$ 25,6 bilhões).

**Morro Verde** — Empresa localizada em Guarapuava (PR), seu projeto tem por objetivo a reativação e modernização da unidade de soda-cloro e da pequena usina hidrelétrica, cuja capacidade é de 2 MW, além da construção de outra hidrelétrica, com instalação de dois novos conjuntos de turbina, com potência de 1,6 MW cada uma.

O investimento total eleva-se a Cr\$ 28,2 bilhões, cabendo ao BNDES Cr\$ 8 bilhões, à FINAME Cr\$ 2,1 bilhões e à linha BNDES/Bird Cr\$ 2,5 bilhões.

**Enia** — Localizada em Itupeva (SP), o projeto visa implantar um centro de pesquisa para adaptar e absorver tecnologia de novos produtos intermediários, matérias-primas e produtos semi-acabados para produção de corantes e pigmentos, bem como a própria síntese de corantes. O investimento total eleva-se a Cr\$ 2,3 bilhões: Cr\$ 2,1 bilhões do BNDES e Cr\$ 137 milhões da FINAME.

### **Mineração e Metalurgia**

No setor de mineração e metalurgia, em 1991, foram as seguintes as principais operações aprovadas pelo BNDES:

**Cia. Ferroligas do Amapá** — Pertencente ao Grupo Caemi, a empresa produz ferroligas de manganês, absorvendo grande quantidade de minérios marginais finos, acumulados por outra empresa do grupo, a Icomi. Seu projeto tecnológico está sendo desenvolvido em Santa Catarina, e a unidade-piloto será instalada no Amapá. O objetivo é a pesquisa tecnológica e o desenvolvimento experimental de um processo alternativo para a produção de ferro-cromo em forno elétrico através da instalação e operação de uma unidade-piloto, visando reduzir o risco tecnológico envolvido na implantação de uma unidade de porte industrial.

O crédito concedido pelo BNDES, no valor de Cr\$ 912 milhões, é parte de um investimento total de Cr\$ 2,1 bilhões, dos quais a FINAME participa ainda com Cr\$ 175 milhões.

**Peval Mineração** — A empresa desenvolve a produção e comercialização de britas e areia, para consumo na indústria da construção civil, e de corretivo de solo, além de prestar serviços especializados de mineração para lavra e beneficiamento de mina de terceiros, com a utilização de pessoal, equipamentos e tecnologia próprios.

O projeto apoiado localiza-se na Bahia e tem por objetivo a produção e exportação de 15.400 m<sup>3</sup>/ano de bloco de rochas e a implantação de unidade industrial para a produção de 144 mil m<sup>2</sup>/ano de chapas de granito destinadas ao mercado externo.

O crédito concedido pelo BNDES, com recursos provenientes do Bird, é de Cr\$ 5,1 bilhões, para um investimento total de Cr\$ 27,5 bilhões, dos quais a BNDESPAR participa ainda com Cr\$ 8,9 bilhões.

**Cosigua** — Empresa do Grupo Gerdau, a Cosigua solicitou colaboração financeira para dois projetos. O primeiro para implantação de 1.103,6 ha e manutenção de 30.926 ha de florestas de eucalipto nas localidades mineiras de Bom Sucesso, Oliveira, Lassance, Santo Antônio do Amparo e Carmo da Cachoeira. O investimento do projeto é de Cr\$ 10,2 bilhões, sendo Cr\$ 5,6 bilhões através de repasse do BNDES ao Unibanco.

O segundo para implantação do sistema de despoejamento na unidade de Santa Cruz, na cidade do Rio de Janeiro, no âmbito do Programa de Conservação do Meio Ambiente. O investimento previsto é de Cr\$ 15,1 bilhões, com participação do Sistema BNDES de Cr\$ 8,8 bilhões dividida entre o Banco, através de repasse ao BFII (US\$ 1,6 bilhão), e a FINAME (Cr\$ 4,8 bilhões).

## **Metal-Mecânica, Bens de Capital e o Complexo Eletrônico**

O Sistema BNDES vem conferindo, ao longo dos últimos anos, alta prioridade aos segmentos de metal-mecânica, bens de capital e, particularmente, ao complexo eletrônico.

Nesse contexto, convém ressaltar as principais operações aprovadas pelo Sistema BNDES em 1991:

**Itautec Informática** — Localizada em São Paulo, a empresa teve aprovada operação para implantar sistema de informática de porte médio (superminicomputadores S/400), com tecnologia de fabricação e testes adquiridos da IBM. Os investimentos estão ligados à linha de produção industrial, à assistência técnica, ao treinamento, ao desenvolvimento de *software* e ao acréscimo de capital de giro necessário para atingir novo patamar de vendas da empresa.

Os investimentos totais foram de US\$ 42,8 milhões, tendo o BNDES participado com US\$ 20,5 milhões.

**Grupo Philco** — Ramo do Grupo Itaú ligado à eletrônica de entretenimento, o Grupo Philco teve seu projeto de modernização e expansão da capacidade produtiva aprovado no final de 1991. O projeto será desenvolvido nas cinco plantas industriais da empresa, compreendendo ainda a construção de uma nova-fábrica de televisores em Manaus. O investimento total do projeto equivale a Cr\$ 56,4 bilhões, sendo que a participação do Sistema BNDES é de Cr\$ 35,1 bilhões.

O apoio do Banco se dará através de financiamento direto ao Grupo no valor equivalente a Cr\$ 19,5 bilhões e via repasse externo para financiamento de importações de equipamento, até o montante de US\$ 6,3 milhões (Cr\$ 7,5 bilhões). Adicionalmente a FINAME participará com Cr\$ 8 bilhões para a aquisição de máquinas e equipamentos nacionais.

**Filsan** — Localizada na cidade de São Paulo, a Filsan Equipamentos e Sistemas dedica-se ao desenvolvimento e fornecimento de equipamentos e instalações às áreas de granéis sólidos. O projeto tem como objetivo financiar a expansão da configuração de microcomputadores nos diversos setores da empresa, o desenvolvimento de um sistema de administração da produção e, nas áreas de engenharia, a adoção de sistema CAD (Computer Aided Design).

O valor total do projeto é de Cr\$ 6,4 bilhões, sendo a participação do BNDES de Cr\$ 2,5 bilhões. A parcela relativa a *hardwares* e *softwares* importados está sendo financiada com recursos do Banco Mundial, no montante de até US\$ 1,5 milhão.

**Forjas Taurus** — O projeto objetiva reorganizar e modernizar a administração e produção da empresa, líder nacional no mercado de armas leves.

A Taurus, cujas exportações têm participação ponderável em seu faturamento, vem se preparando para melhorar o poder de competição, através da sua modernização e do aprimoramento do produto. A empresa adotará técnicas de gestão da qualidade total e de organização da produção, e a atividade da engenharia será modernizada pela adoção do conceito de engenharia simultânea para desenvolvimento de produto e implantação de sistemas.

O investimento total é de Cr\$ 13,3 bilhões, dos quais metade é proveniente de recursos do Sistema BNDES.

**Macchi** — O projeto visa ao desenvolvimento de tecnologia para viabilizar a produção, em escala industrial, em sua unidade fabril na cidade de São Paulo, de máquina hemodialisadora de mistura automática proporcional (rim artificial). Após a conclusão do projeto, a empresa estará apta a produzir 60 unidades no primeiro ano de operação, 140 unidades no segundo e 250 unidades/ano nos subseqüentes sete anos. A operação prevê um investimento total de Cr\$ 342 milhões, com colaboração do BNDES mediante repasse feito através do Credibanco no valor de Cr\$ 239 milhões.

### **Bens de Consumo**

**Dako** — A empresa atua no setor de bens de consumo duráveis, com a fabricação de fogões domésticos e industriais. O projeto prevê a rolocalização de unidades fabris da empresa, localizadas em bairros residenciais de Campinas, para o distrito industrial, ocasionando também a expansão da capacidade produtiva de 1.112.000 peças/ano para 1.320.000, modernização e redução de custos.

O investimento total é de Cr\$ 15,4 bilhões, sendo a participação do Sistema BNDES de Cr\$ 6,6 bilhões, com recursos do Banco no valor de Cr\$ 4,5 bilhões e da FINAME de Cr\$ 2,1 bilhões.

**Nadir Figueiredo** — Empresa do setor de vidros domésticos, embalagens de vidro e louças, com fábricas no Rio de Janeiro e em São Paulo, seu projeto, cujo investimento total eleva-se a Cr\$ 38,9 bilhões, objetiva: modernização, com o uso de tecnologia de processos e equipamentos japoneses de última geração; aprimoramento dos sistemas de controle de matérias-primas na área de composição do vidro; automação; controle de qualidade; e expansão na capacidade produtiva de vidro em 8% e de louça em 30%.

O apoio do Sistema BNDES, aprovado e contratado em 1991, se realiza através de recursos do Banco (Cr\$ 5,8 bilhões), da FINAME (Cr\$ 3,9 bilhões) e da linha BNDES/BID (Cr\$ 10,9 bilhões).

### **Agricultura e Agroindústria**

Neste setor, em 1991, a grande maioria dos projetos apoiados pelo Sistema BNDES teve como finalidade a implantação ou a expansão de unidades produtivas, ampliando a utilização de tecnologias modernas de campo com o objetivo de proporcionar incrementos de produtividade e de competitividade das empresas agrícolas e/ou agroindustriais.

**Caramuru** — Além de operar no processamento de milho e soja, o Grupo Caramuru dispõe de uma rede de armazenagem de grãos com capacidade estática total de 620 mil toneladas. O projeto objetiva a implantação de uma unidade de refino de óleos vegetais com capacidade para processar 300 TPD de óleo bruto degomado no parque industrial da empresa em Itumbiara (GO).

O valor total do projeto é de Cr\$ 8,3 bilhões, com participação do Sistema BNDES de Cr\$ 5 bilhões.

**Minuano** — A Cia. Minuano de Alimentos, com sede em Lajeado (RS), possui instalações agrícolas e industriais voltadas para a produção de ovos e pintos, abate de aves e produção de embutidos e rações.

O financiamento contempla a ampliação das instalações, elevando a capacidade de corte de aves e estocagem de congelados. A capacidade de produção básica da empresa será ampliada em 55%, crescendo o volume de abate para 140 mil aves/dia. O investimento total é de Cr\$ 15 bilhões, sendo a participação do BNDES de Cr\$ 4,6 bilhões e a da FINAME de Cr\$ 2,1 bilhões.

**Agropecuária Grimm** — Trata-se de implantação de projeto agropecuário na Fazenda Bela Miragem, em São Gabriel do Oeste (MS), compreendendo cultivo irrigado por aspersão, implantação de bovinocultura confinada, ampliação de pequena central hidrelétrica e rede de distribuição com capacidade para até 526 KVA, armazenagem, implantação de 80 ha de floresta energética e de 284 ha de heveicultura como quebra-vento, aquisição de máquinas e implementos agrícolas e informatização.

Trata-se de operação cujo investimento total é de Cr\$ 7,6 bilhões, participando o BNDES com Cr\$ 4,5 bilhões.

**Projeto Luiz Osório** — Produtor rural estabelecido no região de Pelotas (RS), Luiz Osório Rechsteiner Filho dedica-se ao cultivo de arroz irrigado e à criação de gado para corte. O projeto visa à integração em cadeia da comercialização do arroz beneficiado e à elevação da produtividade em sua exploração agrícola.

Nessa operação estão previstos recursos financeiros no valor de Cr\$ 10 bilhões, que serão aplicados na recuperação de 2.700 metros do canal de irrigação que beneficia uma área de cultura de 2.600 ha, em Santa Vitória do Palmar (RS). Também nesse município será implantada unidade de armazenagem com capacidade de estocar 12 mil toneladas de grãos. Nas proximidades dos silos serão construídas casas e escolas para empregados e suas famílias. Em Pelotas, serão realizados investimentos visando à ampliação da capacidade de armazenamento, implantação da unidade de beneficiamento de arroz e construção de escritório central.

A participação do Sistema BNDES no projeto atinge a cifra de Cr\$ 5,5 bilhões.

**Frigorífico Bertin** — O projeto visa à implantação, em Lins (SP), de unidades de processamento industrial de produtos de carne destinados ao mercado externo. A empresa, que atualmente se dedica ao abate de bovinos, produzindo carne *in natura* destinada basicamente ao mercado interno, passará a operar com dois centros produtivos, o de frigorífico e o de indústria. A operação prevê um investimento total de Cr\$ 9,8 bilhões, com participação de Cr\$ 3,5 bilhões do Sistema BNDES.

**Cooperativa Central de Laticínio do Paraná** — Projeto de melhoria e expansão do sistema integrado de produtos derivados de suínos, consistindo na implantação de 222 granjas, distribuídas em diversos municípios da região de Castro e Ponta Grossa (PR), e na ampliação da indústria frigorífica localizada em Castro, com elevação de sua capacidade anual de produtos industrializados, de 22.162 toneladas para 32.319.

A operação prevê um investimento total de Cr\$ 25,3 bilhões, com participação do Sistema BNDES de Cr\$ 12,2 bilhões, dos quais Cr\$ 10 bilhões do BNDES, aprovados mediante repasse através do Unibanco, e Cr\$ 2,2 bilhões da FINAME.

**Itambé** — O projeto prevê a implantação, em Pará de Minas (MG), de nova fábrica de laticínios, a realocação de atividades produtivas hoje existentes em Brasília, Piracanjuba (GO) e Belo Horizonte, e a expansão da capacidade produtiva. O investimento total é de Cr\$ 26,7 bilhões, com participação do Sistema BNDES de Cr\$ 13,6 bilhões, dos quais Cr\$ 6,8 bilhões do BNDES e Cr\$ 6,8 bilhões da FINAME.

**Programa de Apoio aos Fumicultores da Região Sul** — O programa tem como objetivo beneficiar cerca de 25 mil pequenos produtores de fumo dos Estados de Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul. Os investimentos são da ordem de Cr\$ 72 bilhões, sendo de Cr\$ 39,5 bilhões o financiamento do Banco para a construção de 10.670 estufas, 8.756 galpões e 8.984 paióis.

O programa está em fase de conclusão e os resultados foram surpreendentes, constatando-se efetiva mudança no padrão tecnológico dos fumicultores para tornar mais eficiente a atividade de cura e secagem do fumo.

**Vagro** — Trata-se de empresa constituída em 1990, sucessora da Agripec, com o objetivo de concentrar as atividades agropecuárias do Grupo Varig, que, além do transporte aéreo, atua em vários outros setores: financeiro, hotelaria, serviços, comunicação e agropecuária.

Os investimentos serão realizados em três Estados:

— No Rio Grande do Sul, apoio à ovinocultura e agricultura, com a produção de milho, trigo, soja e forrageiras para o gado, sendo o investimento total de Cr\$ 2,1 bilhões, com a participação do BNDES de Cr\$ 362 milhões e da FINAME de Cr\$ 831 milhões.

— Em Pernambuco, apoio às atividades de avicultura, agricultura, agroindústria e confinamento bovino. O investimento total é de Cr\$ 9,7 bilhões, sendo a participação do BNDES de Cr\$ 4,2 bilhões e a da FINAME de Cr\$ 1,8 bilhão.

— No Maranhão, apoio à agricultura, avicultura, pecuária de corte e beneficiamento de grãos. Neste projeto o investimento total é de Cr\$ 2,1 bilhões, dos quais o BNDES participa com Cr\$ 840 milhões e a FINAME com Cr\$ 552 milhões.

## Infra-Estrutura

### Telecomunicações

O BNDES, em 1991, dedicou especial atenção ao setor de telecomunicações. Nesse sentido, foi estruturada linha de financiamento que, a par de contribuir para o atendimento da crescente necessidade de investimento do setor, estimula a participação privada em empreendimentos tradicionalmente sob a responsabilidade do setor público.

Os projetos que podem ser acolhidos nesta linha contemplam a expansão de sistemas de telefonia básica, a serem implantados pela iniciativa privada, aos quais esteja associada a comercialização dos terminais.

Em síntese, o risco do empreendimento é privado, mantendo-se a exploração do serviço no âmbito do setor público.

Esta linha foi criada no último trimestre de 1991, tendo sido recebidas, nesse período, consultas firmes que totalizam investimentos no montante de US\$ 80 milhões.

Espera-se para 1992 a consolidação dessa linha de financiamento em razão da boa receptividade demonstrada no setor.

## Energia

Os principais projetos aprovados em 1991 no setor de energia foram:

**Celtins** — Projetos de linhas de transmissão, redes de distribuição e subestações no Estado do Tocantins e expansão da usina hidrelétrica de Isamu Ikeda, localizada em Ponte Alta do Tocantins. O investimento total do projeto é de cerca de Cr\$ 35,5 bilhões, sendo Cr\$ 15,3 bilhões através de financiamento direto do Banco, prevendo-se apoio da FINAME no valor de Cr\$ 2,7 bilhões.

**Coelce** — Projeto de implantação e reforma de subestações, linhas de transmissão e aquisição de equipamentos de informática e de veículos para manutenção do sistema elétrico, com o objetivo de aumentar a eficiência na prestação do serviço público de energia elétrica no Estado do Ceará. O investimento total do projeto é de cerca de Cr\$ 10,8 bilhões, sendo Cr\$ 5,6 bilhões de apoio do Banco.

**São Patrício** — Localizado em Goiás, o projeto visa modernizar e ampliar os sistemas de transmissão e distribuição, implantar um programa de eletrificação rural, além da aquisição de veículos de apoio, montagem de departamento de manutenção eletromecânica e construção de escritório de atendimento a consumidores. O investimento total do projeto é de cerca de Cr\$ 3,3 bilhões, sendo Cr\$ 1,3 bilhão de apoio direto do Banco e mais Cr\$ 130 milhões da FINAME.

**Cimento Portland Rio Branco** — Projeto de apoio à aquisição de energia elétrica para entrega futura pela Companhia Paranaense de Energia Elétrica (Copel), correspondendo a cerca de 416 MWh/mês. O valor global da aquisição é de Cr\$ 1,86 bilhão e o apoio financeiro do Banco é de Cr\$ 1,02 bilhão. Trata-se de um projeto pioneiro, para o qual são captados recursos privados visando concluir a usina hidrelétrica de Segredo, obra de elevada prioridade para o setor elétrico e de baixo custo de implantação. Esta operação representa uma tentativa de pulverização deste tipo de apoio, que em muito pode contribuir para a conclusão de obras públicas de reconhecida importância.

**Inpacel** — Trata-se de aquisição de energia elétrica para entrega futura pela Copel, correspondendo a cerca de 8.080 MWh/mês. A energia elétrica pré-adquirida atenderá a cerca de 15% do consumo previsto para a fábrica de papel, cuja capacidade é de 140 mil t/ano. O valor global da aquisição é de cerca de Cr\$ 33,6 bilhões e o apoio financeiro do Banco é de Cr\$ 18,5 bilhões. Trata-se de projeto nos mesmos moldes do anterior, que beneficia a Cimento Portland Rio Branco, contribuindo também para a finalização das obras da hidrelétrica de Segredo.

## Serviços de Infra-Estrutura Urbana

Em 1991, as operações aprovadas mais significativas no setor de infra-estrutura urbana foram:

**Município de Sorocaba** — Projeto de implantação de sistema integrado de transporte, com construção de terminais e vias exclusivas e compra de 151 ônibus. O financiamento de cerca de Cr\$ 13,5 bilhões (Cr\$ 1,3 bilhão do BNDES e Cr\$ 12,2 bilhões da FINAME) foi concedido às duas empresas privadas operadoras de transportes urbanos de Sorocaba, que serão ressarcidas de seus gastos através de um pequeno acréscimo na tarifa. O investimento total do projeto é da ordem de Cr\$ 24,4 bilhões.

**Município de Curitiba** — Expansão e modernização da rede integrada de transporte de Curitiba, considerada padrão entre as capitais brasileiras. Está prevista a criação de cinco novas linhas troncais, a partir de cinco terminais de integração a serem construídos com os recursos da operação. Ao projeto também está associada a compra de 425 ônibus *padron* e articulados, bem como de 1.319 catracas automáticas, que substituirão o atual sistema de cobrança manual. O financiamento, de cerca de Cr\$ 30,9 bilhões, foi concedido a nove operadoras privadas de transporte de Curitiba e equivale a 77% do investimento total (o BNDES contribui com Cr\$ 4,2 bilhões e a FINAME com Cr\$ 26,7 bilhões).

**Bahia Sul** — Projeto de desenvolvimento da infra-estrutura social da região de influência da planta industrial e da área florestal da Bahia Sul Celulose (sul da Bahia e norte do Espírito Santo), compreendendo os segmentos de habitação, saneamento básico, educação, saúde e lazer.

Os investimentos previstos (Cr\$ 39,3 bilhões, dos quais Cr\$ 18 bilhões provenientes do Sistema BNDES) objetivam equacionar as externalidades do projeto industrial que, dada sua magnitude, gera uma gama de repercussões sociais, econômicas e ambientais na região onde se instala, alterando-a significativamente. As precárias condições existentes na área inviabilizam a operacionalidade do empreendimento, salvo se realizados investimentos em infra-estrutura, notadamente visando ao assentamento de empregados recrutados externamente à região.

**Estado do Rio de Janeiro** — A Linha Vermelha constitui um novo acesso ao Rio de Janeiro e, quando concluída, permitirá a ligação, em via expressa de alta capacidade, da Zona Norte à Zona Sul da cidade, interligando as rodovias federais Presidente Dutra e Washington Luiz à Estrada do Galeão (acesso ao Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro). Representa a primeira alternativa de tráfego em relação à Avenida Brasil, artéria que já esgotou sua capacidade de transportar a população que se dirige ao centro do Rio de Janeiro, proveniente da Leopoldina, Ilha do Governador, Zona Oeste e Baixada Fluminense, e cujo trecho de maior saturação é exatamente o que será atendido pela primeira etapa de implantação da Linha Vermelha.

Objeto do contrato de financiamento efetivado entre o BNDES e o Estado do Rio de Janeiro, tem extensão de 7,2 km, sendo metade em vias elevadas, e liga o Campo de São Cristóvão ao Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro e à Ilha do Governador. O valor da colaboração financeira é de Cr\$ 58,8 bilhões, correspondendo a aproximadamente 51% do investimento total.

## Transporte de Carga, Armazenagem e Portos

**Socepar** — A Sociedade Cerealista Exportadora de Produtos Paranaense solicitou financiamento para a expansão do terminal portuário da empresa no porto de Paranaguá (PR). O projeto consiste na ampliação da capacidade de armazenagem em 117 mil toneladas e na implantação de tombadores de vagão nas moegas ferroviárias a serem construídas. O valor total do investimento é de Cr\$ 9 bilhões, sendo Cr\$ 1,8 bilhão com recursos do BNDES, repassados através do Banco Multiplic.

**ORL** — Suplementação de recursos para a conclusão da terceira ponte, ligando os municípios de Vitória e Vila Velha (ES), com ressarcimento da empresa através da cobrança de pedágio. O projeto soma Cr\$ 26,3 bilhões, com participação do BNDES de Cr\$ 15,8 bilhões, dos quais Cr\$ 3,2 bilhões através desta suplementação, totalmente desembolsados em 1991.

**Tequimar** — O Terminal Químico de Aratu obteve financiamento para a expansão dos terminais de tancagem de produtos petroquímicos nos portos de Aratu (BA) e Suape (PE). Do investimento total de Cr\$ 7,9 bilhões, o Sistema BNDES participou com 60% dos recursos, sendo Cr\$ 3,5 bilhões via BNDES e Cr\$ 1,3 bilhão através da FINAME.

**Interportos** — A empresa solicitou financiamento para a implantação de terminal de tancagem de produtos petroquímicos junto ao porto de Rio Grande (RS), além de implantação de posto de serviço de reparos em embarcações no porto de Porto Alegre. A operação, que tem como agente financeiro o Badesul, monta a Cr\$ 4 bilhões, para um valor total de investimento de Cr\$ 7,4 bilhões.

**Itapemirim** — A Transportadora Itapemirim foi apoiada através de suplementação de recursos para o término de implantação de um centro de triagem e transferência de cargas em Guarulhos (SP), com capacidade de processamento de 360 mil t/ano de carga. O investimento do projeto é de Cr\$ 74,7 bilhões, com participação do Sistema BNDES de Cr\$ 26,4 bilhões, prevendo-se o apoio da FINAME da ordem de Cr\$ 1,7 bilhão.

Também foi aprovado outro projeto de centro de triagem e transferência de cargas, em Manaus, com capacidade de processamento de 200 mil t/ano, possibilitando à empresa desenvolver sua opção pelo intermodalismo nos transportes (ônibus/caminhão/avião). O investimento total é de Cr\$ 2,5 bilhões, com participação do Sistema de Cr\$ 1,3 bilhão, prevendo-se o apoio da FINAME da ordem de Cr\$ 113 milhões.

## Transporte Aquaviário

Com recursos vinculados do Fundo da Marinha Mercante, os principais projetos apoiados foram:

**Mepla** — Construção de seis comboios para navegação na hidrovia Tietê-Paraná, a ser executada pelo Estaleiro Centro-Oeste, visando ao transporte de granéis agrícolas e carga em geral. A operação foi aprovada em dezembro de 1991, no valor de Cr\$ 7,9 bilhões, para um investimento total de Cr\$ 11,3 bilhões.

**Petrobrás** — Construção, pelo Estaleiro Mauá, de três navios de 55 mil TPB e dois de 36 mil TPB, para o transporte de cabotagem de derivados de petróleo. O investimento total previsto para as cinco embarcações é de Cr\$ 484,7 bilhões, com participação do BNDES de Cr\$ 329 bilhões.

**Ministério da Marinha** — Construção de um navio-tanque de 6.180 TPB, para abastecimento de outras embarcações em movimento. O investimento total é de Cr\$ 78,2 bilhões, participando o Banco com Cr\$ 62,7 bilhões. O navio foi entregue em novembro.

**Imbirussu** — Construção de quatro comboios fluviais, compostos de um empurrador de 800 HP e quatro chatas de 300 TPB cada. O investimento total é de Cr\$ 32,4 bilhões, sendo a participação do BNDES de Cr\$ 11,8 bilhões. Durante o ano de 1991, foram entregues e entraram em operação dois comboios. Os dois últimos deverão operar ainda no primeiro semestre de 1992.

Também foi aprovada a construção de dois terminais no Rio São Francisco e a modernização do porto de Petrolina (PE). O investimento total é de Cr\$ 18,3 bilhões. O projeto encontra-se em fase de desembolso, sendo a participação do Banco de Cr\$ 6,3 bilhões.

**Mozanave** — Construção de três empurradores de 700 BHP e de três balsas de 1.617 TPB cada, para transporte de derivados de petróleo na Bacia Amazônica. O investimento total é de Cr\$ 4,1 bilhões, com participação do BNDES de Cr\$ 2,9 bilhões. O projeto encontra-se em fase de desembolso.

**Frota Amazônica** — Construção de dois navios *multi-purpose* de 10.900 TPB cada. O investimento total é de Cr\$ 62,9 bilhões. Trata-se de operação aprovada pela Diretoria do BNDES em dezembro de 1991, sendo a participação do Banco de Cr\$ 51,1 bilhões.

**Transroll** — A empresa colocou em operação o navio *Intrépido*, construído no Estaleiro Caneco, permanecendo em construção o navio *Independente*, ambos *roll-on-roll-off (ro-ro)*, com capacidade de 1.100 TEU. Outros dois navios, construídos no Estaleiro Emaq, foram lançados em junho e dezembro, respectivamente, ambos com capacidade de 2 mil TEU. Foram aprovados recursos para suplementação de crédito no montante de Cr\$ 19,8 bilhões referentes à construção destas embarcações.

**Di Gregório** — Para esta empresa o Estaleiro Caneco está construindo dois navios *ro-ro*, com capacidades de 1.100 TEU, tendo sido lançado o primeiro casco em setembro.

Foram aprovados recursos para suplementação de crédito no montante de Cr\$ 20,7 bilhões referentes à construção destes navios.

**Ishikawajima** — No decorrer de 1991 foram entregues dois petroleiros de 150 mil TPB destinados à exportação para o armador Mitsui Co., com investimento total de Cr\$ 132,4 bilhões, tendo o BNDES participado com Cr\$ 92,7 bilhões, liquidados integralmente na data de entrega das embarcações e com grande significado para a indústria de construção naval brasileira, que se mostrou apta a concorrer no mercado internacional.

Foi ainda contratada uma nova operação de financiamento para a produção de mais dois petroleiros para o mesmo armador, estes com a característica de "casco duplo" — estritamente dentro das atuais normas internacionais de preservação ecológica —, com capacidade de 130 mil TPB, confirmando a competitividade da indústria naval nacional, tanto no que diz respeito ao preço quanto no que se refere à capacitação tecnológica. O investimento total é de Cr\$ 120,5 bilhões, participando o BNDES com Cr\$ 82 bilhões.

**Ministério do Exército** — Construção de 14 embarcações, inseridas no âmbito do Projeto Calha Norte, da Presidência da República, destinadas ao apoio logístico ao Exército nas regiões de fronteira. Foram construídos e entregues quatro empurradores de 300 HP cada, quatro *ferry-boats* de 21 metros cada e cinco lanchas de patrulha. O investimento total é da ordem de Cr\$ 5 bilhões.

**Secretaria de Assessoramento Especial da Presidência da República** — Construção de 12 embarcações, já entregues, no âmbito do Projeto Calha Norte, destinadas à integração de prefeituras da Amazônia situadas em área de fronteira. O investimento total monta a Cr\$ 715 milhões, tendo sido desembolsados Cr\$ 613 milhões.

## O PROCESSO DE PRIVATIZAÇÃO

### Programa Nacional de Desestatização (PND)

O Programa Nacional de Desestatização (PND) do Governo Federal, aprovado pelo Congresso Nacional em abril de 1990, apresentou seus primeiros resultados concretos em 1991, com a transferência para o setor privado de cinco empresas estatais. O BNDES, na qualidade de órgão gestor do Fundo Nacional de Desestatização (FND), coordena a execução desse Programa, que terá continuidade ao longo de 1992/94.

O Programa visa atingir seis objetivos básicos fixados pela lei que o criou:

- reordenar a posição estratégica do Estado na economia do País, transferindo para a iniciativa privada as atividades econômicas indevidamente exploradas pelo setor público;
- contribuir para a redução da dívida pública (interna e externa) e para o saneamento financeiro do setor público;
- viabilizar a retomada dos investimentos nas empresas que forem privatizadas e, assim, estimular um novo ciclo de crescimento na economia brasileira;
- contribuir para a modernização do parque industrial do País, através da ampliação da competitividade;
- permitir que a administração pública federal concentre seus esforços nas atividades em que a presença do Estado seja fundamental para a concretização das prioridades nacionais, principalmente na área social; e
- contribuir para o fortalecimento do mercado de capitais, pelo aumento da oferta pública de valores mobiliários e pela democratização do capital das empresas transferidas ao setor privado.

As privatizações ocorridas em 1991 dão continuidade àquelas realizadas no decorrer da década de 80, durante a qual o Governo Federal — contando, na maioria dos casos, com a decisiva atuação do Sistema BNDES — desestatizou 38 empresas, com um valor de venda superior a US\$ 700 milhões.

O programa de privatização agora em curso, contudo, diferencia-se das experiências anteriores de 1981/84 e de 1985/89, por uma série de características. Entre elas, cabe mencionar, em primeiro lugar, a sua magnitude, já que envolve empresas cujas vendas representam volume significativamente mais expressivo que o obtido durante toda a década de 80. Em segundo lugar, o atual programa, ao contrário do ocorrido até 1989, inclui empresas de grande porte, como a Usiminas, do setor siderúrgico, e a Copesul, do petroquímico. Em terceiro lugar, cabe destacar a natureza tradicionalmente estatal de grande parte das empresas a serem transferidas ao controle privado, em contraste com aquelas vendidas no período 1981/89, que de um modo geral eram, originalmente, privadas e foram absorvidas por intervenção do setor público, devido a problemas de gestão operacional e/ou financeira. Por último, o caráter institucional do PND talvez seja a diferença mais importante entre os dois programas. O atual, ao contrário do anterior, resulta de uma lei aprovada pelo Congresso Nacional e, portanto, é fruto da vontade da sociedade, expressa por seus representantes.

## Estrutura Institucional do PND

O PND tem a sua estrutura institucional definida pela Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, regulamentada pelo Decreto nº 99.463, de 16 agosto de 1990, que encarregou o BNDES da implementação do programa. O FND é constituído pelas ações de propriedade direta ou indireta da União nas empresas incluídas no PND, através de decreto da Presidência da República. Pela gestão do FND, o BNDES recebe uma remuneração de 0,2% do valor líquido das vendas efetuadas, destinada à cobertura dos custos, despesas operacionais e encargos próprios incorridos na execução do processo.

A Comissão Diretora do PND, presidida pelo Presidente do BNDES, é composta por até 12 membros (com representantes, em sua maioria, do setor privado), aprovados pelo Congresso Nacional e nomeados pelo Presidente da República, e tem como atribuições principais:

- propor ao Presidente da República a inclusão de empresas no PND;
- aprovar ajustes de natureza operacional, contábil ou jurídica, bem como o saneamento financeiro eventualmente necessário ao projeto de privatização;
- aprovar as condições gerais de venda de ações de controle, de participações minoritárias e de outros bens e direitos da empresa, inclusive o preço mínimo de alienação; e
- fornecer as linhas mestras e regulamentos para o PND;

O BNDES tem um conjunto de atribuições, entre as quais:

- ser o gestor do FND;
- dar apoio administrativo e operacional à Comissão Diretora do PND;
- estabelecer as exigências necessárias para o registro das empresas de consultoria e auditoria, e contratá-las mediante licitações públicas;

- submeter à Comissão Diretora os ajustes de natureza operacional, contábil ou jurídica, bem como o saneamento financeiro, eventualmente necessários ao projeto de privatização;

- submeter à Comissão Diretora as condições gerais de venda de ações de controle, de participações minoritárias e de outros bens e direitos da empresa, inclusive o preço mínimo de alienação;

- levar a cabo as tarefas encaminhadas pela Comissão Diretora; e

- coordenar o trabalho dos auditores e consultores nos processos de privatização.

Para atender ao desafio de proceder às atividades de desestatização que lhe foram incumbidas, o BNDES instituiu Grupos de Trabalho (GTs) coordenados por Diretores do BNDES e compostos cada um por, no mínimo, sete técnicos, em tempo parcial, encarregados de acompanhar a execução dos processos individuais. A coordenação geral de todos os processos de desestatização é realizada por um Comitê Gestor, composto por todos os Diretores e por cinco Superintendentes do Sistema BNDES. Para apoiar os trabalhos dos GTs, foram formados um Gabinete de Apoio ao PND, um Comitê Jurídico e três comissões com finalidades específicas: Cadastramento, Licitação e Divulgação.



## As Atividades Operacionais do PND

O processo de desestatização inicia-se com a inclusão de empresas no PND, através de decreto do Presidente da República. Até dezembro de 1991, três decretos incluíram no programa 20 empresas estatais e, adicionalmente, as participações acionárias da Petroquisa nas empresas dos Pólos Petroquímicos da Bahia, Rio Grande do Sul e São Paulo, bem como as participações acionárias da Petrofértil em duas empresas de fertilizantes em Minas Gerais e São Paulo.

Todas as ações das empresas incluídas no PND, de propriedade direta ou indireta da União, são depositadas no FND no prazo máximo de cinco dias, contados a partir da data de publicação no *Diário Oficial* da inclusão da empresa no programa. O FND, então, emite Recibos de Depósitos de Ações, intransferíveis e inegociáveis a qualquer título, em favor dos depositantes, que deverão manter as ações escrituradas em seus registros, sem alteração de critérios, até o encerramento do processo de alienação desses títulos.

Para cada empresa em processo de desestatização são realizadas pelo menos duas avaliações independentes por parte de firmas de consultoria econômica com experiência comprovada, selecionadas através de licitação pública, constituindo parte dos chamados Serviços "A" e "B".

O Serviço "A" envolve a avaliação econômica da empresa e a indicação do preço mínimo de venda. Já a firma vencedora do Serviço "B", além da avaliação econômica e da sugestão do preço mínimo, atua também como agente de desestatização, exercendo as seguintes atividades:

- avaliação patrimonial da empresa, incluindo levantamento de pendências jurídicas e financeiras, e proposição de ajustes prévios;
- montagem e execução do processo de desestatização;
- sugestão de sistemática para alienação das ações;
- atuação junto ao mercado de capitais;
- identificação de potenciais interessados;
- preparação de informações a terceiros;
- acompanhamento e assessoria do procedimento de venda; e
- auditoria especial de empresa.

Todo o processo de privatização é acompanhado por uma empresa de auditoria externa, registrada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), selecionada através de carta-convite encaminhada a, no mínimo, cinco empresas.

Até dezembro de 1991, haviam sido estabelecidos 16 Grupos de Trabalho no BNDES, encarregados de dar andamento a processos envolvendo 26 empresas — das quais 20 são controladas pelo setor público, tendo o Estado participação minoritária nas demais. O Quadro 1 apresenta as empresas e participações acionárias incluídas no PND até dezembro de 1991.

Por sua vez, o Quadro 2 apresenta as empresas objeto de processos de privatização já iniciados operacionalmente, com as características das diversas licitações realizadas para os serviços de consultoria econômica e de auditoria do processo de privatização.

QUADRO 1

EMPRESAS E PARTICIPAÇÕES ACIONÁRIAS INCLUÍDAS NO PROGRAMA NACIONAL DE  
DESESTATIZAÇÃO ATÉ DEZEMBRO DE 1991

	EMPRESAS	UF	SETOR DE ATIVIDADE
Decreto 99464 de 16.08.90	1 Companhia Siderúrgica do Nordeste - Cosinor	PE	Siderurgia
	2 Aços Finos Piratini S.A.	RS	Siderurgia
	3 Companhia Siderúrgica de Tubarão - CST	ES	Siderurgia integrada
	4 Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais - Usiminas	MG	Siderurgia integrada
	5 Usiminas Mecânica S.A. - Usimec	MG	Bens de capital
	6 Mafersa S.A.	SP	Material de transporte
	7 Companhia Petroquímica do Sul - Copesul	RS	Petroquímica básica
	8 Indústria Carboquímica Catarinense - ICC	SC	Fertilizantes fosfatados
	9 Goiás Fertilizantes S.A. - Goiasfértil	GO	Fertilizantes fosfatados
	10 Mineração Caraíba Ltda.	BA	Mineração de cobre
Decreto 99523 de 11.09.90	11 Fertilizantes Nitrogenados do Nordeste - Nitrofértil	SE	Fertilizantes nitrogenados
	12 Fertilizantes Fosfatados S.A.	MG	Fertilizantes fosfatados
	13 Ultrafértil S.A. Ind. e Com. de Fertilizantes	SP	Fertilizantes nitrogenados
Decreto 99666 de 01.11.90	14 Petrobrás Fertilizantes S.A. - Petrofértil	RJ	Holding setorial
	15 Empresas de Navegação da Amazônia S.A. - Enasa	PA	Navegação fluvial
	16 Serviço de Navegação da Bacia do Prata - SNBP	MS	Navegação fluvial
	17 Companhia de Navegação do São Francisco - Franave	MG	Navegação fluvial
	18 Companhia Eletromecânica Celma	RJ	Material aeronáutico
	PARTICIPAÇÕES ACIONÁRIAS DA PETROQUISA E DA PETROFÉRTIL	UF	SETOR DE ATIVIDADE
	1 Petroquímica do Nordeste S.A. - Copene	BA	Petroquímica básica
	<i>Da Petroquisa nas empresas de segunda geração do Pólo Petroquímico de Triunfo</i>		
	2 Petroquímica Triunfo S.A.	RS	Petroquímica
	3 Polisul Petroquímica S.A.	RS	Petroquímica
	4 Companhia Industrial de Polipropileno S.A.	RS	Petroquímica
	<i>Da Petroquisa nas empresas de segunda geração do Pólo Petroquímico de Camaçari</i>		
Decreto 99464 de 16.08.90	5 Acrilonitrila do Nordeste S.A. - Acrinor	BA	Petroquímica
	6 Companhia Brasileira de Poliuretano - CBP	BA	Petroquímica
	7 Ciquine Companhia Petroquímica	BA	Petroquímica
	8 Companhia Petroquímica de Camaçari - CPC	BA	Petroquímica
	9 Deten Química S.A.	BA	Petroquímica
	10 Estireno do Nordeste S.A.	BA	Petroquímica
	11 Metanol do Nordeste S.A. - Metanor	BA	Petroquímica
	12 Nitrocarbono S.A.	BA	Petroquímica
	13 Nitroclor Produtos Químicos	BA	Petroquímica
	14 Polialden Petroquímica S.A.	BA	Petroquímica
15 Políteno Indústria e Comércio S.A.	BA	Petroquímica	
16 Pronor Petroquímica S.A.	BA	Petroquímica	
	<i>Da Petrofértil nas empresas</i>		
	17 Arafértil S.A.	MG	Fertilizantes
	18 Indag S.A.	SP	Fertilizantes
	<i>Da Petroquisa nas empresas</i>		
Decreto 99666 de 01.11.90	19 Salgema Indústrias Químicas S.A.	AL	Produção de soda/cloro
	20 Alclor Química de Alagoas S.A.	AL	Alcoolquímica
	21 Companhia Alagoas Industrial - Cinal	AL	Petroquímica
	22 Companhia Pernambucana de Borracha Sintética - Coperbo	PE	Elastômeros
	23 Alcoolquímica Nacional	PE	Alcoolquímica
	24 Petroflex Indústria e Comércio S.A.	RJ	Elastômeros
	25 Nitriflex S.A. Indústria e Comércio	RJ	Elastômeros
	26 Companhia Nacional de Álcalis - CNA	RJ	Química (Na <sub>2</sub> CO <sub>3</sub> )
	27 Fábrica Carioca de Catalisadores S.A. - FCC	RJ	Catalisadores

QUADRO 2

LICITAÇÕES DE EMPRESAS DE CONSULTORIA E AUDITORIA DE PROCESSO

AVLIAÇÃO ECONÔMICA (SERVIÇO A) E PATRIMONIAL (SERVIÇO B)

EMPRESAS E PARTICIPAÇÕES ACIONÁRIAS A PRIVATIZAR <sup>1</sup>	DATAS			NÚMERO DE PROPOSTAS: SERVIÇO A SERVIÇO B	EMPRESA VENCEDORA: SERVIÇO A SERVIÇO B	AUDITOR EXTERNO DO PROCESSO	
	PUBLICAÇÃO DO EDITAL	APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS	ASSINATURA DO CONTRATO			PROPOSTAS RECEBIDAS	EMPRESA VENCEDORA
01 Cia. Sid. de Tubarão - CST	31.08.90	05.10.90	04.12.90	11 07	Booz Allen Capitaltec <sup>2</sup>	02	Boucinhas
02 Usinas Sid. de MG - Usiminas Usimec - Usiminas Mecânica S.A.	06.09.90	11.10.90	06.12.90	09 05	Máxima <sup>2</sup> Consemp <sup>2</sup>	04	Loudon
03 Material Ferroviário S.A. - Mafersa	14.09.90 25.10.90 (B)	16.10.90 14.11.90 (B)	14.12.90	07 02	Arbi Coparibe <sup>2</sup>	04	Rodyo's
04 Goiasfértil	21.09.90 08.11.90 (B)	23.10.90 29.11.90 (B)	21.12.90 27.12.90 (B)	12 02	Coopers & L. Jaakko Poyry <sup>2</sup>	04	Loudon
05 ICC	27.09.90 11.12.90 (B)	25.10.90 09.01.91 (B)	07.01.91 20.02.91 (B)	12 03	Price W. <sup>2</sup> Jaakko Poyry <sup>2</sup>	04	Assete
06 Ultrafértil/Nitrofértil/Fosfértil	02.10.90 22.07.91 (B)	14.11.90 20.08.91 (B)	14.01.91 22.10.91	08 04	Price W. <sup>2</sup> Atlantic <sup>2</sup>	04	F. Motta
07 Cosinor	11.10.90	20.11.90	17.01.91	10 02	Coopers & L. L. L. Projetos <sup>2</sup>	04	F. Mendes
08 Aços Finos Piratini	16.10.90	22.11.90	16.01.91	13 03	Balm Brasilpar <sup>2</sup>	05	KPMG
09 Mineração Caraíba	29.10.90	27.11.90	23.01.91	07 01	Desenvolvimento L. L. Projetos <sup>2</sup>	05	Indep
10 Copesul/Triunfo/Polisul/PPH	16.09.90	21.12.90	25.02.91	05 10	Inter Atlântico <sup>2</sup> Projeta <sup>2</sup>	04	Nardon
11 Celma	30.11.90	18.12.90	14.02.91	07 03	Desenvolvimento Balm <sup>2</sup>	04	Coopers
12 Enasa/SNBP/Franave	10.12.90	09.01.91	18.03.91	10 02	AFI KPMG <sup>2</sup>	05	Teixeira
13 Indag/Arafértil	20.12.90	11.01.91	19.03.91	09 05	AFI Máxima <sup>2</sup>	04	F. Motta
14 Petroflex/Nitriplex	24.01.91	04.03.91	29.04.91	09 08	Price <sup>2</sup> Atlantic <sup>2</sup>	03	Deloitte
15 Cia. Nacional de Álcalis	08.03.91	10.04.91	18.06.91	10 06	Price <sup>2</sup> Deloitte <sup>2</sup>	05	F. Motta
16 Acesita	29.04.91	04.06.91	14.08.91	13 10	Máxima <sup>2</sup> Icatu <sup>2</sup>	03	Teixeira

1) As 26 empresas a privatizar foram consideradas em 16 grupos de trabalho.

2) Líderes de associações ou consórcios.

Após aprovação, pela Comissão Diretora do PND, das conclusões dos estudos, são definidos a modelagem do processo de alienação, os ajustes prévios necessários e os preços mínimos de venda em leilão e de ofertas aos empregados e ao público, conforme a sistemática recomendada.

O processo se completa com a realização dos procedimentos de venda, acompanhados de uma ampla divulgação, de modo a propiciar ao público conhecimento de todas as características do processo de desestatização.

As ações podem ser adquiridas com moedas de uso corrente — o antigo cruzado novo e o cruzeiro — ou com dívidas vencidas assumidas pelo setor público e títulos representativos de dívida pública, enunciados a seguir:

- Debêntures da Siderbrás;
- Certificados de Privatização (CPs);
- Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento (OFNDs);
- Títulos da Dívida Agrária (TDAs) vencidos;
- dívidas internas vencidas da União ou de entidades por ela direta ou indiretamente controladas, utilizadas em cada processo de privatização a critério da Comissão Diretora do PND; e
- títulos e créditos externos representativos de dívidas vencidas e renegociadas.

Todas as opções de pagamento são aceitas pelo seu valor de face, com exceção dos títulos e créditos externos, que sofrem a incidência de um deságio prévio de 25%.

Finalmente, vale destacar que as empresas estatais tiveram permissão para participar dos leilões das empresas privatizadas; sua participação agregada, porém, foi restrita pela Comissão Diretora do PND, cujo limite, definido caso a caso pela própria Comissão Diretora, não pode exceder a 15% do capital com direito a voto. Com relação ao capital estrangeiro, a principal restrição é a de que ele não pode ultrapassar 40% do capital votante da empresa privatizada.

## Ofertas Realizadas

Das 26 empresas que tiveram seu processo de desestatização iniciado com a contratação de consultores para sua avaliação, cinco tiveram a transferência do seu controle acionário realizada em 1991: Usiminas, Celma, Mafersa, Cosinor e Usiminas Mecânica. Esta última foi incorporada à Usiminas como ajuste prévio no processo de desestatização da usina siderúrgica mineira.

A Usiminas é uma empresa siderúrgica integrada, sediada no Estado de Minas Gerais, considerada uma das mais eficientes em termos mundiais. Entretanto, devido às sérias dificuldades financeiras do setor público, corria o risco de ficar tecnologicamente defasada, dada a falta de recursos para a realização dos investimentos requeridos para a sua modernização.

A alienação das ações da Usiminas foi uma operação complexa, que envolveu quatro tipos de ofertas:

- leilão de ações ordinárias (75,3% das ações ordinárias da empresa);
- oferta a preço fixo aos empregados (10% das ações ordinárias e 10% das ações preferenciais da empresa);
- oferta a preço fixo ao público (20% das ações preferenciais, tendo sido colocadas 12,8%); e
- leilão de ações preferenciais (63,1% das ações preferenciais da empresa, incluídas as sobras da oferta anterior).

Foram alienadas 82,6% das ações ofertadas, tendo havido uma sobra apenas de parte das ações preferenciais, cuja colocação deverá se completar em 1992.

Após o leilão de ações ordinárias, o controle acionário da Usiminas ficou compartilhado entre instituições financeiras (27,5%), fundos de pensão (26,1%), Cia. Vale do Rio Doce (15,0%, atingindo o limite máximo de participação estatal), Nippon Usiminas (efetivo de 5,0% e opção de adicionais 8,9%), empregados da empresa (10,0%), distribuidores de aço (4,4%) e outros (3,1%).

A Celma é uma empresa de reparo de turbinas e fabricante de peças de motores de aviação, localizada no Estado do Rio de Janeiro. Foi restituída ao controle privado, uma vez que tinha sido assumida pelo setor público em 1965.

Após o leilão de ações, o capital da Celma ficou distribuído entre Banco Boavista (21,4%), Banco Safra (21,4%), Construtora Andrade Gutierrez (21,4%), General Electric do Brasil (9,7%), Fundo de Pensão dos Funcionários da Telebrás — Telos (5,3%) e outros adquirentes (7,0%), além da Pratt & Whitney (que já detinha 10,8%), os empregados da firma (3,0%), ficando, ainda, a União com uma ação de classe especial.

A Mafersa, por sua vez, é uma empresa baseada em São Paulo. Produtora de vagões e carros ferroviários, carros de metrô, ônibus urbanos e rodas forjadas, teve seu controle (89,9%), adquirido pelo Fundo de Pensão dos Funcionários da Rede Ferroviária Federal (Refer).

Finalmente, a Companhia Siderúrgica do Nordeste (Cosinor) é uma empresa estabelecida em Pernambuco, com sucessivos prejuízos acumulados e que também foi leiloada em bloco, sendo adquirida pelo Grupo Gerdau, que ficou com 89,8% do total de ações da empresa.

Com relação ao conjunto das quatro empresas, obteve-se um sobrepreço médio de 17,5% sobre o preço mínimo fixado pela Comissão Diretora do PND (Quadro 3).

QUADRO 3

RESULTADO DOS LEILÕES DE VENDA			
DE CONTROLE — DEZEMBRO 1991			
	VALOR DE VENDA (US\$ MILHÕES)		ACRÉSCIMO SOBRE PREÇO MÍNIMO (%)
	MÍNIMO	REALIZADO	
Usiminas	973.4	1112.4	14,3
Celma	72.5	90.7	25,1
Mafersa	18.6	48.4	160,3
Cosinor	12.1	13.7	12,8
<b>TOTAL</b>	<b>1076.6</b>	<b>1265.1</b>	<b>17,5</b>

Em todos os casos, os empregados de cada empresa tiveram oportunidade de adquirir, com financiamento, até 10% das ações em oferta a preço fixo, opção essa que foi exercida integralmente pelos funcionários da Usiminas. Em relação à Celma, a participação dos empregados foi exercida apenas parcialmente, ficando limitada a 3%. Nos casos da Mafersa e da Cosinor, a venda de ações aos funcionários só será encerrada no final do primeiro trimestre de 1992.

Os resultados parciais alcançados na privatização dessas empresas até a presente data encontram-se no Quadro 4. Com a arrecadação agregada das vendas realizadas atingindo US\$ 1,644 milhões, reduziu-se a dívida pública em aproximadamente 1%. O Quadro 5 complementa o anterior, ao mostrar a composição dos direitos de crédito utilizados pelos compradores, discriminada por empresas.

QUADRO 4

## RESULTADO GERAL DA VENDA DE AÇÕES — DEZEMBRO 1991

EMPRESA/TIPO DE OFERTA	DATA DA OFERTA <sup>1</sup>	% CAPITAL TOTAL		VALOR DA VENDA (Cr\$ bilhões)	VALOR DA VENDA <sup>2</sup> (US\$ Milhões)
		OFERTADO	VENDIDO		
<b>Usiminas</b>					
Leilão/ordinárias	24.10.91	37,6	37,6	709,6	1112,4
Leilão/preferenciais	18.11.91	27,9	16,7	204,5	264,3
Oferta/empregados	05.11.91	10,0	10,0	24,2	34,6
Oferta/público	08.11.91	10,0	6,0	40,2	51,3
Total I		85,5	70,3	978,5	1462,6
Opção compra minoritários		8,8	8,8	28,2	28,5
Total II		94,3	79,1	1.006,7	1491,1
<b>Celma</b>					
Leilão/ordinárias	01.11.91	79,1	86,1	61,4	90,7
Oferta/empregados	01.10.91	10,0	3,0	0,2	0,4
Total		89,1	89,1	61,6	91,1
<b>Mafersa</b>					
Leilão/ordinárias/preferenciais	11.11.91	89,9	89,9	35,9	48,4
Oferta/empregados	18.03.92	10,0			
Total		99,9	89,9	35,9	48,4
<b>Cosinor</b>					
Leilão/ordinárias/preferenciais	14.11.91	89,8	89,8	10,4	13,6
Oferta/empregados	18.03.92	10,0			
Total		99,8	89,8	10,4	13,6
<b>TOTAL GERAL<sup>3</sup></b>				<b>1.114,6</b>	<b>1644,3</b>

1) Data do leilão, ou do encerramento da oferta a preço fixo.

2) Pelo dólar na data de liquidação financeira da operação.

3) Não inclui o resultado das ofertas a preço fixo a empregados da Mafersa e da Cosinor, ainda em andamento. As sobras do leilão de preferenciais da Usiminas ainda não tiveram destinação definida.

QUADRO 5

**MOEDAS UTILIZADAS NAS OFERTAS DE PRIVATIZAÇÃO — DEZEMBRO 1991**

Valores em US\$ milhões (convertidos na data da liquidação financeira)

EMPRESA/TIPO DE OFERTA	DEBÊNTURES	CERTIFI-	OBRIGAÇÕES	DÍVIDA SE-	TÍTULOS DA	TÍTULOS DA	CRUZADOS	CRUZEIROS	TOTAL	EM %
	SIDERBRÁS	CADOS DE	DO FND	CURITIZADA	DÍVIDA	DÍVIDA	NOVOS			
	SIBR	PRIVATI-	OFND	DVR	AGRÁRIA	EXTERNA	NCz\$	Cr\$		
		ZAÇÃO			TDA	MDFa				
		CP								
<b>Usiminas</b>										
Leilão/ordinárias	500.1	176.3	191.9	205.8	33.6	4.4	0.4	0.0	1112.4	
Leilão/preferenciais	37.4	124.8	56.0	17.7	28.5	0.0	0.1	0.0	264.4	
Oferta/empregados	1.5	2.4					0.9	29.9	34.6	
Oferta/público	5.4	20.6		1.9	3.5		10.8	9.2	5.3	
Total I	544.3	324.0	247.9	225.4	65.4	4.4	12.1	39.1	1462.6	
Opção compra minoritários							28.5		28.5	
Total II	544.3	324.0	247.9	225.4	65.4	32.9	12.1	39.1	1491.1	90,7
<b>Celma</b>										
Leilão/ordinárias	54.0	8.5	4.2	7.6	16.4				90.7	
Oferta/empregados	0.4						0.0	0.0	0.4	
Total	54.4	8.5	4.2	7.6	16.4		0.0	0.0	91.1	5,5
<b>Maferesa</b>										
Leilão/ordinárias/preferenciais	23.3		25.1						48.4	
Oferta/empregados										
Total	23.3		25.1						48.4	2,9
<b>Cosinor</b>										
Leilão/ordinárias/preferenciais		13.6							13.6	
Oferta/empregados										
Total		13.6							13.6	0,8
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>622.0</b>	<b>346.2</b>	<b>277.3</b>	<b>233.0</b>	<b>81.8</b>	<b>32.9</b>	<b>12.1</b>	<b>39.1</b>	<b>1644.3</b>	<b>100,0</b>
<b>EM %</b>	<b>37.8</b>	<b>21.1</b>	<b>16.9</b>	<b>14.2</b>	<b>5.0</b>	<b>2.0</b>	<b>0.7</b>	<b>2.4</b>	<b>100.0</b>	

Observações:

- Não inclui o resultado das ofertas a preço fixo aos empregados da Maferesa e Cosinor, ainda em andamento.
- As sobras do leilão de preferenciais da Usiminas ainda não tiveram destinação definida.

## Os Desdobramentos do Programa

A intensificação do programa de privatização abrange a ação combinada em três áreas.

Em primeiro lugar, dar-se-á seqüência à execução do cronograma de privatização das empresas cuja venda já foi autorizada pelo Presidente da República.

Em segundo lugar, novas empresas serão incorporadas ao programa em 1992. O BNDES deverá operar ao longo do ano com um conjunto de 15 a 20 empresas em processo de desestatização. Entre as novas empresas a integrarem o processo pode-se destacar o Lloyd Brasileiro, a Açominas, a Cosipa, a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e a Embraer.

O terceiro campo de atuação do BNDES deverá ser de caráter institucional, contribuindo positivamente para uma série de modificações legais voltadas para a liberalização da economia.

Entre estas, merece destaque a proposta, já encaminhada ao Congresso Nacional, de quebra do monopólio estatal no setor de telecomunicações, cuja aprovação propiciará enorme impulso ao processo de modernização da economia brasileira. Outra medida de grande impacto, já sob exame no Poder Legislativo, é a regulamentação, através de lei, do Artigo 175 da Constituição Federal, que trata da concessão de serviços públicos à iniciativa privada. Finalmente, a legislação que rege a participação do capital estrangeiro deverá ser significativamente flexibilizada, o que certamente aumentará o interesse do investidor estrangeiro no PND, ampliando a possibilidade de conversão da dívida externa em capital de risco.

## OUTRAS ATIVIDADES

### Planejamento e Estudos

Em 1991 teve continuidade o ciclo do processo de planejamento iniciado no ano anterior. Estabelecido o Plano Estratégico 1991/94, cuja idéia central diz respeito ao aprofundamento da estratégia de aumento de competitividade e eficiência do sistema produtivo brasileiro, procurou-se traduzir tais questões no campo operacional. Foram atualizadas as Políticas Operacionais do Sistema BNDES, adequando-se programas, produtos e serviços ao compromisso com o aumento da competitividade.

Uma alteração importante introduzida nas Políticas Operacionais refere-se à concepção dos subprogramas. Embora mantida a divisão setorial a nível de programa-indústria, infra-estrutura, comércio e serviços e agropecuária, os subprogramas operacionais não mais se destinam a setores específicos — como, por exemplo, energia e insumos básicos —, passando a se referir às características e objetivos dos empreendimentos: qualidade e produtividade, capacitação tecnológica etc. Difere deste tratamento o destaque que as Políticas Operacionais atribuem à questão do meio ambiente. Além de os impactos de natureza ambiental serem pré-requisitos para cada programa setorial citado, manteve-se um programa operacional específico para financiar a correção de eventuais impactos dessa natureza.

As Políticas Operacionais retratam também algumas mudanças importantes na atuação do Sistema BNDES:

- Abertura à empresa estrangeira, incluindo-a como cliente do Sistema BNDES. Foi considerada na elaboração das Políticas Operacionais a diretriz formulada pelo governo de implementar modificações no tratamento dado às empresas estrangeiras, tendo em vista a importância atribuída ao investimento direto estrangeiro na nova estratégia industrial.

- Redução do índice mínimo de nacionalização requerido para financiamento a máquinas e equipamentos, através da FINAME: de 85 para 60%.

- Ampliação do Programa de Comercialização Externa de Máquinas e Equipamentos (Finamex), através da modalidade Pós-Embarque, um mecanismo importante de apoio às empresas exportadoras brasileiras.

- Ênfase na atração de capitais privados para os empreendimentos de infra-estrutura, buscando a participação crescente do setor privado na prestação de serviços públicos, através dos mecanismos de concessão e permissão.

Também em 1991, a Área de Planejamento, objetivando a eficiência do sistema produtivo e visando maior eficácia institucional, procedeu a uma reestruturação interna. Suas unidades administrativas estão, entre outras atribuições, voltadas para:

- coordenar a formulação de estratégias gerais de atuação do Sistema BNDES, no contexto de uma visão integrada do desenvolvimento econômico e social do País e consistente com as diretrizes e políticas governamentais;

- coordenar a formulação de estratégias setoriais e acompanhar estratégias empresariais, com vistas à formulação de programas, produtos e condições de apoio do Sistema BNDES, de modo a atingir os objetivos estratégicos da instituição e das políticas governamentais;

- desenvolver, de forma coordenada, instrumentos de acompanhamento e avaliação de desempenho do Sistema, abrangendo a elaboração e execução orçamentária e a gestão empresarial; e
- sistematizar as informações necessárias às atividades operacionais, de planejamento e de gestão do Sistema BNDES.

Com vistas a balizar o processo de planejamento do Sistema, foram elaborados os seguintes trabalhos:

**Financiamento do Investimento** — Analisa as principais transformações que vêm ocorrendo no sistema financeiro internacional, identificando, particularmente, as tendências que se apresentam no financiamento ao investimento.

O trabalho apresenta as características dos principais instrumentos de captação de recursos no sistema financeiro internacional, em particular os diversos tipos de títulos utilizados para este fim. São analisados, ainda, os instrumentos básicos de gestão de riscos, bem como a relação destes com os demais mercados. Entre os aspectos abordados inclui-se o papel desempenhado pelos bancos comerciais e de investimento, outras instituições financeiras e empresas.

**Organização da Produção e Gestão da Qualidade** — O trabalho teve por objetivo avaliar a utilização, na indústria brasileira, das denominadas inovações organizacionais, aqui entendidas como as modernas concepções e técnicas de organização da produção e gestão da qualidade, tais como *just in time (JIT)* e *total quality management (TQM)*. Estas, associadas às inovações tecnológicas, representaram pilares das transformações observadas na indústria mundial.

As inovações organizacionais detectadas abrangem modificações estruturais nas formas de gerenciamento das organizações como um todo, bem como nas relações entre empresa e trabalhador, no sentido da valorização dos recursos humanos. Estes passam a ser entendidos como capazes de participar ativamente do processo de trabalho de forma cooperativa, criativa, multifuncional e com maior responsabilidade.

Outras duas importantes tendências observadas foram a busca de melhoria na relação entre as empresas e seus fornecedores, em um contexto de maior cooperação e parceria, e a iniciativa de maior aproximação com os clientes.

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) apoiou este trabalho, através do estágio de profissional do BNDES no German Development Institute (GDI), sediado em Berlim, que desenvolve atividades nesse campo.

**Indicadores de Competitividade da Indústria Brasileira** — Avaliando a competitividade internacional da indústria brasileira, este trabalho visa subsidiar o posicionamento do Sistema BNDES frente a questões relativas à política comercial e industrial.

A conclusão da primeira fase do trabalho compreendeu a construção de um índice de auto-suprimento (relação entre a produção e a demanda interna) e do custo unitário da mão-de-obra (relação entre os custos da mão-de-obra e a produção), referentes ao agregado e aos gêneros da indústria de transformação.

O prosseguimento deste trabalho em 1992 envolverá o cálculo do índice de auto-suprimento desagregado pelos setores da Matriz de Relações Intersetoriais, da FIBGE, e a elaboração do Custo Unitário Relativo da Mão-de-Obra. Dessa forma, se disporá de dois indicadores que permitirão aferir a competitividade internacional da indústria brasileira e dos setores que a compõem.

Este trabalho tem se realizado com base em consultoria externa, contando, para tanto, com o apoio do PNUD.

**Conjuntura Nacional** — Mantém disponíveis e acessíveis informações de um conjunto de variáveis macroeconômicas, como suporte à interpretação da evolução da conjuntura econômica nacional, subsidiando a tomada de decisão e as ações do Sistema BNDES. Em 1992 este trabalho deverá envolver também o acompanhamento e análise da conjuntura internacional, através de países selecionados.

**Modelo Multissetorial de Consistência** — Resultado de convênio entre o Ipea e o BNDES, este documento apresenta projeções até o ano 2000 para a economia brasileira, sob diferentes hipóteses de comportamento de variáveis macroeconômicas e setoriais. Entre seus resultados encontram-se as necessidades de investimento e as prováveis demandas por recursos do Sistema BNDES, o que possibilita traçar diversas configurações de estratégias de apoio setorial, em sintonia com o comportamento das demandas futuras da economia brasileira.

**Análise de Estratégias Empresariais e de Políticas Industriais de Países** — Dentro da análise de competitividade internacional da economia brasileira, foi desenvolvido estudo com o objetivo de compor um quadro mais abrangente das condições competitivas do País, dotando o Sistema BNDES de capacitação para o exame destas condições em setores relevantes para sua atuação.

Neste sentido, técnicos do Sistema BNDES, com o apoio do PNUD, realizaram estágio de treinamento e troca de experiências no Observatoire de Stratégie Industrielle (OSI), órgão ligado diretamente ao Ministério da Indústria da França. A principal função do OSI é assessorar a equipe ministerial na formulação da política industrial francesa, desenvolvendo, para tanto, atividades de acompanhamento e análise de estratégias empresariais de empresas líderes atuantes em setores relevantes para a economia francesa e de políticas industriais de países selecionados.

Também foi realizado o acompanhamento das negociações no âmbito do Gatt. A posição brasileira neste foro é defendida pelo Ministério das Relações Exteriores, que conta, para auxiliá-lo, com um Comitê Interministerial de Assessoramento, do qual participa o Sistema BNDES.

## Administração

Em 1991 o Sistema BNDES consolidou as reformas iniciadas no ano anterior e desencadeou o processo de modernização administrativa, destacando-se os seguintes pontos:

**Busca de Maior Eficiência e Produtividade** — A Área de Administração implantou a filosofia de prestação de serviços baseada na “qualidade total/visão do cliente (prazo, qualidade e atitude adequados)”.

Sob esse enfoque, foram analisados todos os serviços produzidos/prestados pela Área nos segmentos de informática, recursos humanos e administração, estabelecendo-se metas para a sua realização, a partir de um processo negociado.

Também foram instalados 15 Círculos de Controle de Qualidade (CCQ) objetivando a racionalização e a permanente busca da qualidade dos serviços.

**Política de Recursos Humanos** — Foi iniciado o processo de modernização da administração desses recursos, considerados como estratégicos para a instituição.

Procedeu-se à unificação dos Planos de Cargos e Salários das três empresas que compõem o Sistema, racionalizando, sobremaneira, a sua administração.

Iniciou-se a discussão de nova política de recursos humanos, integrada pelas subpolíticas de: Plano de Carreira, Movimentação de Pessoal, Programa de Formação e Desenvolvimento Profissional e Avaliação de Desempenho.

Realizou-se uma pesquisa de clima e cultura denominada "O Sistema BNDES e Você com o objetivo de compreender, sob esse ângulo, a repercussão da Nova Política de RH.

**Política de Informática** — Foi definido o Plano Estratégico de Informações, constando, basicamente, de:

- estabelecimento da plataforma *mainframe/micro*;
- estrutura centralizada para planejamento, normatização e desenvolvimento, e descentralização para as demais atividades; e
- melhoria dos processos e desenvolvimento de sistemas gerenciais e estratégicos.

Foi concretizado o desenvolvimento de diversos *softwares* que resultaram em sensível melhoria nos controles e informações.

**Modernização de Equipamentos** — Desenvolveram-se estudos objetivando dotar o Edifício de Serviços, no Rio de Janeiro, de condições tecnológicas modernas em seus equipamentos, para torná-los mais ágeis e seguros, destacando-se o sistema de telefonia e o projeto de modernização dos elevadores.

Também foi instalado Sistema de Controle Eletrônico de Acesso, Circulação e Freqüência, dotando o prédio de efetivas condições de segurança.

## Relações Internacionais

O ano de 1991 apresentou uma mudança particularmente importante no relacionamento do BNDES com a comunidade financeira internacional, a partir de alterações introduzidas pelo Banco Central no pagamento da dívida externa brasileira contratada junto às instituições financeiras privadas.

O BNDES foi classificado, juntamente com as demais instituições do sistema financeiro nacional, exceto o Bacen, como entidade devedora do setor privado, passando, por conseguinte, a partir de 1º de janeiro, a efetuar os pagamentos de principal, juros e demais encargos dos seus compromissos externos diretamente aos seus credores no exterior. Deste modo, suspendeu-se a retenção dos pagamentos aos bancos credores por parte da autoridade monetária.

Nesse novo contexto, apresentou-se a oportunidade de o BNDES retornar ao mercado internacional de capitais, após ter realizado oito emissões no final da década de 70, com uma operação no valor de US\$ 55 milhões. Em dezembro o BNDES iniciou os procedimentos necessários à realização de uma nova emissão de títulos no mercado internacional, no valor de US\$ 100 milhões.

O ano em retrospectiva permitiu também maior aproximação do Sistema BNDES com os organismos internacionais, representada pela captação de US\$ 550 milhões junto ao Bird e ao BID e pela continuação de diversas negociações, entre as quais a do Projeto de Controle de Poluição Industrial, que deverá ser firmado em 1992.

## **Emissão de Bonds no Mercado Internacional**

Em setembro de 1991 o BNDES realizou uma emissão de *bonds* no euromercado, no valor de US\$ 55 milhões, sob a liderança da Merrill Lynch e do Bank of America. O produto da emissão foi utilizado na recompra, com desconto, de dívida externa vincenda do BNDES, em idêntico montante. A operação permitiu ao Banco uma redução de custo de cerca de 10% a.a. (taxa variável) para 5,2% a.a. (taxa fixa) e o alongamento do prazo de amortização, além de representar o retorno do BNDES ao mercado internacional de capitais.

## **Contratos de Empréstimo Externo**

Em janeiro de 1991 foram assinados com o Banco Mundial e com o Banco Interamericano de Desenvolvimento os contratos Bird-3.268/BR e BID 602/OC-BR.

O primeiro, firmado em 15 de janeiro de 1991, no valor de US\$ 300 milhões, destina-se a implementar o Projeto de Financiamento do Setor Privado, provendo recursos para investimentos de empresas privadas, em especial no financiamento de suas importações. Durante o ano de 1991, foram comprometidos recursos no valor de US\$ 138 milhões, dos quais já desembolsados US\$ 81 milhões, beneficiando mais de 400 empresas.

Firmado em 14 de janeiro de 1991, no valor de US\$ 250 milhões, o contrato com o BID estabeleceu o Programa Multissetorial de Crédito, destinando recursos para o financiamento de importações e gastos locais em projetos de empresas privadas apoiadas pelo BNDES, diretamente ou por intermédio de sua rede de agentes financeiros. Do total do empréstimo, foram comprometidos durante o ano US\$ 66 milhões, dos quais US\$ 21 milhões já desembolsados, atendendo a 71 empresas.

**Convênios e Cooperação Técnica** — No âmbito da Declaração Conjunta do Ministro da Economia do Brasil e dos Ministros de Planejamento e de Fomento da Venezuela, de 14 de agosto de 1991, o Sistema BNDES iniciou os contatos com entidades venezuelanas visando à conclusão de acordos em diversas áreas, em especial no que se refere a mercado de capitais e investimentos mútuos.

Durante todo o ano de 1991, o BNDES colaborou intensamente com o Ministério das Relações Exteriores, participando de diversas reuniões internacionais e grupos de trabalho ligados à Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente (Rio-92) e ao Protocolo de Montreal sobre Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio.

## FINAME

### Introdução

A FINAME tem por objetivo promover o desenvolvimento, a consolidação e a modernização do parque brasileiro fabricante de bens de capital, mediante financiamento à comercialização de máquinas e equipamentos.

Atuando através de ampla rede de instituições financeiras credenciadas, a FINAME ganha agilidade e abrangência, operando em todo o território nacional. Para se ter uma idéia de sua agilidade operacional, basta mencionar que de 1986 a 1991 a subsidiária aprovou 163.477 operações, o que representa 27.246 pleitos por ano, ou seja, 2.270 por mês. Em termos de valor aprovou, no período 1986/91, em média, US\$ 1,8 bilhão e liberou US\$ 1,2 bilhão.

Atualmente a FINAME opera os Programas Automático, Especial, Agrícola e Finamex, que se enquadram nas Políticas Operacionais do Sistema BNDES e respondem adequadamente às necessidades do mercado.

### Programa Automático

Este programa, atualmente dividido em quatro faixas, visa financiar a aquisição de máquinas e equipamentos, de produção geralmente seriada:

**Automático A** — Destinado ao segmento das micro e pequenas empresas cujos equipamentos sejam destinados à produção industrial ou à prestação de serviços básicos.

**Automático B** — Voltado para financiar empresas de médio e grande portes cujos equipamentos se destinem à produção industrial ou à prestação de serviços básicos.

**Automático C** — Apóia a comercialização de equipamentos adquiridos por empresas de qualquer porte que se enquadrem nas seguintes modalidades:

- informática e produção agropecuária;
- transporte rodoviário; e
- outros equipamentos a critério da FINAME.

**Automático D** — Destinado a financiar caminhões para coleta de lixo e ambulâncias adquiridos por prefeituras ou empresas de qualquer porte que prestem serviços às prefeituras. Como esta faixa foi desmembrada das demais no final de 1991, não há estatísticas em separado.

### Programa Especial

Voltado ao apoio à produção de bens de capital sob encomenda, geralmente constantes de grandes projetos, este programa se destaca pelos prazos mais dilatados de carência e amortização em relação ao Programa Automático.

Financia também ônibus a gás e veículos de transporte urbano de passageiros sobre pneus, desde que façam parte de um plano integrado de transporte aprovado pelo BNDES.

### Programa Agrícola

Este programa apóia especificamente a aquisição de máquinas e equipamentos voltados para a produção agropecuária, por empresas, cooperativas e pessoas físicas com efetiva atuação no setor. Funciona nos moldes do Programa Automático, tendo por objetivo incentivar a mecanização agrícola e o aumento da produtividade no campo.

## Programa Finamex

Criado em 1990, o Programa de Financiamento às Exportações de Máquinas e Equipamentos apóia financeiramente indústrias brasileiras exportadoras de bens de capital. Começou a operar em novembro de 1990 e teve seu primeiro desembolso em fevereiro de 1991 na modalidade Pré-Embarque, que corresponde a um adiantamento de recursos ao fabricante para fazer face aos custos de produção de máquinas e equipamentos destinados à exportação. No final de 1991 entrou em operação a modalidade Pós-Embarque, que visa financiar a comercialização no exterior de bens de capital produzidos no País, obedecida a legislação brasileira que disciplina os financiamentos à exportação.

## Atuação em 1991

As aprovações e os desembolsos da FINAME em 1990 e 1991, segundo os ramos de atividade, estão descritos na Tabela 24 e, segundo os programas, na Tabela 25. Nota-se que entre 1990 e 1991, em moeda constante, as aprovações cresceram 38% e os desembolsos 17%.

A reversão na tendência de queda observada no ano anterior no valor das operações da FINAME deveu-se sobretudo ao aumento da participação nos financiamentos a partir de setembro, com destaque para o setor de transportes no Programa Automático, que teve sua participação elevada de 30 para 50%.

TABELA 24 — FINAME

APROVAÇÕES E DESEMBOLSOS SEGUNDO OS RAMOS DE ATIVIDADE								
Cr\$ milhões constantes								
RAMOS DE ATIVIDADE	APROVAÇÕES				DESEMBOLSOS			
	1990		1991		1990		1991	
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
Extração de Minerais	9.773	1	18.652	1	12.225	2	10.607	1
Agropecuária	33.145	3	225.517	15	23.700	3	144.385	15
Indústria de Transformação	813.547	75	671.261	45	598.779	75	503.656	54
Serviços	222.903	21	576.267	39	161.940	20	275.467	29
Outros	151	0	0	0	144	0	0	0
<b>Total</b>	<b>1.079.519</b>	<b>100</b>	<b>1.491.696</b>	<b>100</b>	<b>796.789</b>	<b>100</b>	<b>934.115</b>	<b>100</b>

Nota: Valores atualizados para preços de dezembro/91, com base no IGP-DI.

Obs.: As diferenças verificadas em alguns somatórios decorrem dos arredondamentos realizados mecanicamente.

TABELA 25 — FINAME

APROVAÇÕES E DESEMBOLSOS SEGUNDO OS PROGRAMAS OPERACIONAIS				
Cr\$ milhões constantes				
PROGRAMAS	1990		1991	
	VALOR	%	VALOR	%
<b>Aprovações</b>	<b>1.079.519</b>	<b>100</b>	<b>1.491.696</b>	<b>100</b>
Especial	472.180	44	542.050	36
Automático	590.197	55	678.518	45
BNDESMAQ	2.886	0	10.098	1
Agrícola	14.255	1	216.371	15
Finamex	0	0	44.660	3
<b>Desembolsos</b>	<b>796.789</b>	<b>100</b>	<b>934.115</b>	<b>100</b>
Especial	371.011	47	322.506	35
Automático	416.139	52	438.459	47
BNDESMAQ	1.593	0	6.327	1
Agrícola	8.046	1	138.659	15
Finamex	0	0	28.164	3

Nota: Valores atualizados para preços de dezembro/91, com base no IGP-DI.

Obs.: As diferenças verificadas em alguns somatórios decorrem dos arredondamentos realizados mecanicamente.

Do total de Cr\$ 934,1 bilhões liberados pela FINAME, 91% foram destinados à iniciativa privada. Os outros 9% suplementaram a carência de recursos do setor público, absorvidos em grande parte pela Chesf e pela Copel, que juntas obtiveram Cr\$ 57,1 bilhões.

Cenário semelhante se observa com relação às aprovações. Em 1991, a FINAME aprovou operações no montante de Cr\$ 1,5 trilhão (Tabela 24). O setor privado respondeu por 80% desse total e o setor público por 20%. Considerando-se que em 1990 esses índices foram de 97,3 e 2,7%, respectivamente, verifica-se que em 1991 houve um aumento de participação do setor público, o que se deve principalmente à aprovação de Cr\$ 220,3 bilhões para a usina hidrelétrica de Xingó, da Chesf, cujas liberações deverão ocorrer nos exercícios seguintes.

No que se refere ao número de operações, a FINAME em 1991 aprovou 113,6% a mais do que em 1990, com um total de 31.230 operações, das quais o Programa Automático respondeu por 49,2%, o Agrícola por 46,1%, o Especial, que se caracteriza por operações de maior valor, ficou com 4,5% e o Finamex com apenas 0,2%.

Ao se enfocar o desempenho segundo os programas operacionais, merece destaque o Programa Agrícola, cujos desembolsos cresceram 1.623% em relação a 1990. O incremento das aprovações deste programa no período foi de 1.418%. Esse extraordinário aumento se deve à abertura do programa às pessoas físicas, a partir de maio de 1991. Em termos de participação nos desembolsos da FINAME, o Programa Agrícola passou de 1% em 1990 para 15% em 1991.

Com relação ao número de operações aprovadas, o desempenho deste programa foi ainda mais expressivo: cresceu 3.228,4%. Cotejando-se o valor das aprovações com o número de operações aprovadas, nota-se que o programa apresenta valor médio por operação bem inferior aos demais, pois a maior parte de seus financiamentos é dirigida às pessoas físicas e a pequenos projetos agrícolas.

Somando-se todas as faixas do Programa Automático, seus desembolsos totalizaram Cr\$ 438,5 bilhões e as aprovações atingiram Cr\$ 678,5 bilhões, correspondendo a participações sobre os valores globais de 47 e 45% (Tabela 25).

O Programa Especial apresentou desembolsos de Cr\$ 322,5 bilhões, que representam declínio de 13,1% em relação a 1990, confirmando sua tendência de queda, derivada dos entraves aos investimentos do setor público, que já foi o principal demandante de recursos nesse programa, e da falta de grandes projetos do setor privado (Tabela 25).

O desempenho do Finamex ficou muito abaixo do esperado devido às dificuldades enfrentadas pela modalidade Pós-Embarque. Sua participação nos desembolsos da FINAME em 1991 representou apenas 3%.

Quanto à distribuição dos desembolsos pelos setores demandantes, a liderança coube ao de transportes, com 17,1% na participação e acréscimo de 4,4 pontos percentuais em relação a 1990; a agricultura aparece em segundo lugar com 16,1% de participação, contra 3% no ano anterior; o setor de papel e celulose, que liderou os desembolsos da FINAME em 1990 com 23,3% de participação, caiu para o terceiro lugar com

10,9%, seguido de perto pelo setor de energia elétrica com 9,2%, ficando química e petroquímica com 6,8%, enquanto o setor de metalurgia e siderurgia teve participação de 6,6%, indicando tendência de queda já verificada em anos anteriores, e o de produtos alimentares ficou com 5,8%. Em conjunto, esses sete setores absorveram 72,5% dos financiamentos liberados pela FINAME em 1991.

Considerando-se a atuação regional da FINAME, o Sudeste manteve, em 1991, a liderança nos desembolsos, com 39,6%, indicando que a tendência de perda de participação da região continua, uma vez que essa relação era de 51% em 1989 e de 44,9% em 1990.

À região Sul foram destinados 28,4% dos financiamentos, contra 24,6% no ano anterior. O Nordeste obteve 20,7%, contra 22,7% em 1990. Obtendo significativo ganho de participação, a região Centro-Oeste recebeu 7,6% dos recursos, contra 3,4% em 1990. Com a participação de apenas 3,7%, a região Norte registrou ligeira perda com relação à posição de 1990, que foi de 4,4%.

Dentre os projetos apoiados no Programa Especial destacam-se: as usinas hidrelétricas de Xingó, da Chesf, e de Segredo, da Copel; o projeto de expansão da Copene, na Bahia; e, no setor de papel e celulose, as fábricas de celulose da Bahia Sul, na Bahia, da Inpacel, no Paraná, da Catarinense, pertencente ao Grupo Klabin, em Santa Catarina, e da Celpav, do Grupo Votorantim, em São Paulo.

As empresas que mais recursos obtiveram no Programa Automático foram: Cia. Antártica Paulista, Cambuhy Citrus Agroindústria e Comércio, Empresa São Luiz Viação, Equatorial, Arisco, Etsul Transportes, Citrovia, Cervejaria Kaiser São Paulo, CCE Componentes da Amazônia e Cervejaria Antartica Niger.

# BNDESPAR

## Introdução

A BNDES Participações S.A. (BNDESPAR) tem como função aportar recursos, através da subscrição de valores mobiliários (ações, bônus e debêntures conversíveis), a empresas cujos planos de negócios contemplem aumento em sua eficiência e em seu poder de competição.

A participação em operações de subscrição de valores mobiliários poderá ser direta, nas emissões privadas, ou indireta, nas emissões públicas ou de garantia firme de subscrição de debêntures ou ações.

A presença da BNDESPAR no capital social de empresas privadas é necessariamente transitória e minoritária. A alienação dos títulos ocorre através da colocação pulverizada de ações no mercado secundário, democratizando o capital da companhia e fortalecendo o mercado de capitais, ou mediante a realização de *block trades*, em bolsa de valores.

Em dezembro de 1991, o valor da Carteira de Participações Societárias da BNDESPAR alcançava Cr\$ 6,1 trilhões, equivalentes a US\$ 5,8 bilhões, englobando 159 empresas (168 em 1990) dos setores elétrico, papel e celulose, petróleo, petroquímico, alimentício, fertilizantes, têxtil, informática, eletroeletrônico, siderúrgico, metalúrgico, bens de capital e outros. A relação das empresas que compõem esta carteira é apresentada no Anexo 9 deste Relatório.

## Atuação em 1991

A BNDESPAR encerrou o exercício de 1991 com um volume desembolsado de Cr\$ 182 bilhões, o que representou 38% de crescimento real em relação ao exercício anterior.

Do total dos desembolsos, 33% foram direcionados a operações de participação acionária, 44% a honra de garantias (Tabela 26) e 22% à compra de debêntures.

TABELA 26 — BNDESPAR

MODALIDADE	Cr\$ milhões constantes			
	1990		1991	
	VALOR	%	VALOR	%
<b>Aprovações</b>	<b>163.708</b>	<b>100</b>	<b>177.885</b>	<b>100</b>
Participação Acionária	155.271	95	159.669	90
Compra de Debêntures	1.528	1	16.734	9
Financiamento	2.532	2	0	0
Outras	4.377	3	1.482	1
<b>Desembolsos</b>	<b>131.239</b>	<b>100</b>	<b>182.300</b>	<b>100</b>
Participação Acionária	97.275	74	59.286	33
Compra de Debêntures	16.464	13	40.421	22
Honra de Garantias	15.301	12	80.870	44
Outras	2.200	2	1.723	1

Nota: Valores atualizados para preços de dezembro/91, com base no ICP-DI.

Obs.: As diferenças verificadas em alguns somatórios decorrem dos arredondamentos realizados mecanicamente.

A geração própria de recursos totalizou Cr\$ 120,6 bilhões, assim distribuídos: vendas à vista (Cr\$ 50,7 bilhões/42%), dividendos (Cr\$ 30 bilhões/25%), vendas a prazo (Cr\$ 18,9 bilhões/16%), debêntures (Cr\$ 12,7 bilhões/10%) e outros recebimentos (Cr\$ 5,2 bilhões/4%).

A BNDESPAR participou com 7% no Orçamento de Aplicações com Recursos Ordinários do Sistema BNDES.

As aplicações realizadas em 1991 foram canalizadas, em grande parte, para empresas ainda não participantes da carteira (60%, contra 34% em 1990), sendo que, das novas operações, 6% foram destinadas para compor a carteira de ações do Condomínio de Capitalização da Empresa Privada Nacional (Concap), administrado pela BNDESPAR.

Com relação à distribuição regional dos desembolsos, verificou-se um equilíbrio entre o Nordeste e o Sudeste, que absorveram, respectivamente, 36 e 37% dos recursos liberados, enquanto que à região Sul foram destinados 27% das liberações. Quatro setores responderam por 84% dos desembolsos: papel e celulose (39%); alimentício (20%); químico e petroquímico (16%); e metalúrgico e siderúrgico (8%).

**Mercado Primário** — A atuação da BNDESPAR junto ao mercado primário enfatizou a alavancagem de recursos do setor financeiro privado, buscando-se a efetivação de um maior volume de operações públicas, de subscrição de ações e debêntures.

A BNDESPAR assumiu, em 1989, a administração das operações de *underwriting* do Sistema BNDES, passando a gerenciar o Programa de Apoio à Capitalização da Empresa Privada Nacional (Procap). Este programa apóia o desenvolvimento do mercado de capitais, através da prestação de garantia firme à subscrição de valores mobiliários e da concessão de empréstimos, no âmbito da linha Financiamento a Acionistas (Finac), para a subscrição de ações em aumentos de capital de empresas privadas nacionais.

Em 1991, a BNDESPAR apoiou 40 emissões (34 em 1990) através dessa modalidade operacional, prestando garantias à subscrição no montante de Cr\$ 116,3 bilhões, representando 17% do volume total dessas emissões. A subscrição efetiva alcançou Cr\$ 61,7 bilhões (53% do total garantido e 11% das emissões globais), sendo as ações subscritas repassadas para as diversas carteiras administradas pelo Sistema BNDES (Concap, BNDESPAR, Fundo de Participação Social e Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES).

Com recursos do Finac foram realizadas 16 operações, correspondentes a Cr\$ 17,6 bilhões.

Foram contratadas 20 operações com empresas ainda não pertencentes à carteira da BNDESPAR (13 no exercício anterior), quatro por subscrição de debêntures conversíveis e 16 por ações. As operações mais significativas contemplaram a Cia. Petroquímica de Camaçari, a Ceval Agroindústria, a Celbrás Química e Têxtil, a Dixie Lalekla e a Norclor.

Merece ainda destaque a operação realizada com a Bese (Bio Engenharia de Sistema e Equipamentos), primeira no âmbito do Condomínio de Capitalização de Pequenas Empresas de Base Tecnológica (Contec), regulamentado em 1991 e que visa apoiar empreendimentos de elevada densidade tecnológica, com perspectivas de crescimento acelerado.

**Exercício de Direito** — Foram realizadas duas operações (15 em 1990) no valor de Cr\$ 65 bilhões, volume 13% inferior ao efetivado no ano anterior.

Referem-se à participação da BNDESPAR no capital social de duas empresas do setor de papel e celulose — Bahia Sul e Celpav —, empreendimentos em fase final de implantação, ambos com perspectivas de abertura de capital no máximo em dois anos.

**Empresas Controladas** — A atuação do Programa Nacional de Desestatização, conduzido pelo BNDES, reduziu o número de controladas da carteira da BNDESPAR a somente uma empresa, a Mineração Caraíba. Neste exercício foram privatizadas a Mafersa e a Cosinor, que exigiram reduzido volume de recursos para seu projeto de ajuste administrativo-operacional, visando adequá-las para alienação no âmbito do PND.

**Alienações** — Foram alienadas ações de propriedade da BNDESPAR que alcançaram cerca de Cr\$ 65 bilhões, em operações realizadas através de leilões de ações (*block trade*) de empresas de capital aberto e fechado, de pregões em bolsas de valores, de privatizações e outros, conforme descrito a seguir.

As alienações realizadas em 1991 englobaram ações do capital social de 34 empresas nacionais nas quais a BNDESPAR detinha posição acionária, tendo sido alienada a totalidade das ações de propriedade da BNDESPAR no capital social de 25 empresas. Houve um predomínio de operações de venda de ações de companhias abertas através de leilões (50% do total alienado). As vendas mais significativas englobaram títulos da Petrobrás, Light e Bombril, além das privatizações da Mafersa e Cosinor.

O fraco desempenho do mercado bursátil em quase todo o exercício de 1991 não ensejou que fosse mais significativo o volume de vendas através de pregão.

#### DESINVESTIMENTOS REALIZADOS EM 1991

DISCRIMINAÇÃO	Nº DE OPERAÇÕES	VALOR (CR\$ MIL CORRENTES)	%
Privatização	2	18.698.680	28,57
Pregão	Diversas	5.014.341	7,66
Leilão (empresas de capital aberto/fechado)	22	40.672.116	62,14
Outros	6	1.066.792	1,63
<b>TOTAL</b>		<b>65.451.928</b>	<b>100,00</b>

# DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

**Exercício findo em 31 de dezembro de 1991**

Balço Patrimonial

Demonstração do Resultado

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

*Parecer dos Auditores Independentes*

## BNDES

## BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 1991 E 1990

Cr\$ milhões

	1991	1990 (Ajustado)
<b>ATIVO</b>		
CIRCULANTE E REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	<b>16.146.980</b>	<b>2.717.198</b>
DISPONIBILIDADES	<b>10.954</b>	<b>1.159</b>
Caixa	14	1
Depósitos bancários	10.258	1.030
Reservas livres	682	128
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	<b>136.202</b>	<b>45.611</b>
Aplicações no mercado aberto — País	136.202	45.611
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	<b>942.765</b>	<b>97.140</b>
Debêntures	560.589	86.571
Letras Financeiras do Tesouro	30.648	—
Outros	364.447	12.613
(—) Provisão para perdas de títulos e valores mobiliários	( 12.919)	( 2.044)
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	<b>148.002</b>	<b>26.763</b>
Créditos vinculados — Banco Central	40.317	1.355
Valores à Ordem do Banco Central — Lei nº 8.024/90	107.685	25.408
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	<b>14.045.384</b>	<b>2.386.417</b>
Financiamentos e repasses	14.116.585	2.397.542
Operações de crédito de liquidação duvidosa	1.428.515	193.736
Financiamentos agroindustriais	780	428
(—) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	( 473.631)	( 172.692)
(—) Rendas a apropriar	( 1.026.865)	( 32.597)
CRÉDITOS PERANTE O TESOUREIRO NACIONAL	<b>553.607</b>	<b>114.646</b>
Decretos-Leis nº 1452/76 e 1.679/79	492.878	106.271
Outros	60.729	8.375
OUTROS CRÉDITOS	<b>309.933</b>	<b>45.427</b>
Avais e fianças honrados	57.421	5.978
Rendas a receber	39.589	3.986
Operação da carteira de câmbio	189.404	28.935
Operações de crédito em liquidação	19.221	8.285
Diversos	24.087	6.587
(—) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	( 19.789)	( 8.344)
OUTROS VALORES E BENS	<b>133</b>	<b>35</b>
Outros valores e bens	121	16
Despesas antecipadas	12	19
PERMANENTE	<b>5.838.064</b>	<b>947.802</b>
Investimentos	5.720.843	933.369
Imobilizado de uso	117.221	14.433
Custo corrigido	162.454	18.794
(—) Depreciações acumuladas	( 45.233)	( 4.361)
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>21.985.044</b>	<b>3.665.000</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Presidente  
Eduardo Marco Modiano

Vice-Presidente  
José Pio Borges de Castro Filho

Diretor  
José Mauro Mettrau Carneiro da Cunha

Diretor  
Sérgio Zendron

BNDES

**BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 1991 E 1990**

Cr\$ milhões

1991

1990 (Ajustado)

**PASSIVO**

CIRCULANTE E EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	<b>15.412.004</b>	<b>2.560.083</b>
Depósitos	<b>103.799</b>	<b>13.940</b>
Depósitos a prazo	29.050	1.940
Depósitos vinculados	61.516	9.002
Outros	13.233	2.998
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	<b>10.445</b>	<b>3.171</b>
Recebimentos e pagamentos a liquidar		
Valores à Ordem do Banco Central — Lei nº 8.024/91	10.445	3.171
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS	<b>4.598.062</b>	<b>596.985</b>
Empréstimos no País	3.939.276	459.351
Empréstimos no Exterior	658.786	137.634
OBRIGAÇÕES POR REPASSES	<b>9.976.265</b>	<b>1.819.905</b>
No País	8.773.816	1.616.644
No Exterior	1.202.449	203.261
OUTRAS OBRIGAÇÕES	<b>723.433</b>	<b>126.082</b>
Carteira de câmbio	189.090	28.803
Administrativas e tributárias	130.278	23.478
Disponibilidades dos fundos bloqueados	69.281	21.013
Vinculados ao Tesouro Nacional	211.368	30.360
Outras	123.416	22.428
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<b>6.573.040</b>	<b>1.104.917</b>
Capital — de domiciliados no País	331.637	35.089
Correção monetária do capital realizado	3.503.583	629.796
Reservas de capital	1.746.651	302.805
Reservas de reavaliação	776.262	79.534
Reservas de lucros	47.035	154.121
Lucros (prejuízos) acumulados	<b>167.872</b>	<b>( 96.428)</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b><u>21.985.044</u></b>	<b><u>3.665.000</u></b>

Diretor  
Venilton Tadini

Diretor  
Octávio Augusto Fontes Tourinho

Superintendente da Área  
Financeira e internacional  
Guilherme Gomes Dias

Chefe do Departamento de  
Contabilidade  
Antonio Carlos Soares - CRC-RJ 023.108-0

## BNDES

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Cr\$ milhões

	SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 1991	EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 1991
<b>RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>4.707.728</b>	<b>5.799.726</b>
Operações de crédito — financiamentos e repasses — moeda nacional e estrangeira	4.452.620	5.511.719
Resultado de aplicações em títulos e valores mobiliários	133.570	138.254
Rendas de operações vinculadas ao Tesouro Nacional	45.504	55.275
Rendas com administração de fundos e programas	48.109	63.731
Créditos vinculados ao Banco Central	27.925	30.747
<b>DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>( 4.502.889)</b>	<b>( 5.334.809)</b>
Captação no mercado — financiamentos e repasses — moeda nacional e estrangeira	( 4.310.264)	( 5.117.596)
Despesas de operações vinculadas ao Tesouro Nacional	( 156.420)	( 181.008)
Despesas de títulos e valores mobiliários	( 36.205)	( 36.205)
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>204.839</b>	<b>464.917</b>
<b>OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>( 218.203)</b>	<b>( 415.416)</b>
Despesas com depósitos	( 22.440)	( 25.765)
Provisão para contingências trabalhistas	( 100.082)	( 113.468)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	( 184.345)	( 363.272)
Despesas tributárias		( 11.662)
Pessoal	( 23.503)	( 30.634)
Resultado com participação societária permanente	4.938	960
Resultado carteira de câmbio	894	1.401
Outras receitas operacionais	143.275	175.321
Outras despesas administrativas	( 36.940)	( 48.297)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>( 13.364)</b>	<b>49.501</b>
<b>RESULTADO NÃO-OPERACIONAL</b>	<b>24.884</b>	<b>33.375</b>
Receitas não-operacionais	54.575	67.191
Despesas não-operacionais	( 29.691)	( 33.816)
<b>RESULTADO DA CORREÇÃO MONETÁRIA DE BALANÇO</b>	<b>( 99.554)</b>	<b>( 256.724)</b>
<b>PREJUÍZO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO</b>	<b>( 88.034)</b>	<b>( 173.848)</b>
Número de Ações	3.508.935.500	3.508.935.500
Prejuízo líquido por lote de 1.000 ações (Cr\$)	( 25.088,49)	( 49.544,36)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## BNDES

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Cr\$ milhões

	CAPITAL REALIZADO E ATUALIZADO		RESERVAS DE CAPITAL	RESERVA DE REAVALIAÇÃO EM CONTROLADAS E COLIGADAS	RESERVA DE LUCROS		LUCROS ACUMULADOS	TOTAL
	CAPITAL REALIZADO	CORREÇÃO MONETÁRIA DO CAPITAL REALIZADO			LEGAL	LUCROS A REALIZAR		
<b>EM 1º DE JANEIRO DE 1990</b>	<b>2.218</b>	<b>32.871</b>	<b>11.498</b>	<b>5.511</b>	<b>405</b>	<b>7.704</b>		<b>60.207</b>
Aumento de capital								
• Por incorporação de reserva	32.871	( 32.871)						
Outros eventos:								
Reavaliação de bens em empresas investidas								
• Constituição				12.445				12.445
• Reversão				( 20.215)				( 20.215)
• Realização				( 3.541)			3.541	
• Outros ajustes				1.399				1.399
Reserva especial de controlada			42.369					42.369
Correção monetária do exercício		296.548	97.169	46.578	3.426	65.103		508.824
Lucro líquido do exercício							9.432	9.432
Constituição de reserva legal					472		( 472)	
<b>EM 31 DE DEZEMBRO DE 1990 (conforme reportado)</b>	<b>35.089</b>	<b>296.548</b>	<b>151.036</b>	<b>42.177</b>	<b>4.303</b>	<b>72.807</b>	<b>12.501</b>	<b>614.461</b>
Ajuste de correção monetária — Lei nº 8.200/91		333.248	151.769	37.357	3.851	73.160	( 108.929)	490.456
<b>EM 31 DE DEZEMBRO DE 1990 (ajustado)</b>	<b>35.089</b>	<b>629.796</b>	<b>302.805</b>	<b>79.534</b>	<b>8.154</b>	<b>145.967</b>	<b>( 96.428)</b>	<b>1.104.917</b>
Aumento de capital								
• Por incorporação de reserva	296.548	( 296.548)						
Reavaliação de bens em empresas investidas								
• Constituição				409.384				409.384
• Realização				( 9.327)			9.327	
• Outros ajustes				( 68.313)			32.995	( 35.318)
Dividendos distribuídos							( 3.637)	( 3.637)
Realização de reserva de reavaliação						( 839.856)	839.856	
Correção monetária		3.170.335	1.443.846	364.984	38.881	693.889	( 440.393)	5.271.542
Prejuízo líquido do exercício							( 173.848)	( 173.848)
<b>EM 31 DE DEZEMBRO DE 1991</b>	<b>331.637</b>	<b>3.503.583</b>	<b>1.746.651</b>	<b>776.262</b>	<b>47.035</b>		<b>167.872</b>	<b>6.573.040</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BNDES

**DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS**

Cr\$ milhões

	SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 1991	EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 1991
<b>ORIGENS DE RECURSOS</b>	<b>11.196.289</b>	<b>13.777.069</b>
DAS OPERAÇÕES		
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	( 88.034)	( 173.848)
DESPESAS (RECEITAS) QUE NÃO AFETAM AS DISPONIBILIDADES	<b>871.993</b>	<b>1.226.107</b>
• Lei nº 8.200/91	490.455	490.455
• Correção monetária de balanço	99.554	256.724
• Provisão para créditos de liquidação duvidosa	184.345	363.272
• Provisão para contingências trabalhistas	100.082	113.468
• Resultado de participação em coligadas e controladas	( 4.942)	( 960)
• Provisão para perdas permanentes		
• Depreciação e outras	2.499	3.148
DE TERCEIROS:	<b>10.412.330</b>	<b>12.724.810</b>
Aumento líquido nos recursos repassados para aplicação	6.550.472	8.142.717
Aumento líquido nas obrigações por empréstimos	3.182.590	4.001.077
Aumento líquido nas demais contas de passivo	679.268	581.016
<b>APLICAÇÕES DE RECURSOS</b>	<b>11.189.916</b>	<b>13.767.274</b>
Aumento líquido em créditos por financiamentos	9.532.414	11.665.908
Aumento líquido nos créditos perante o Tesouro Nacional	280.782	438.961
Aumento (diminuição) líquido em aplicações interfinanceiras de liquidez	( 63.994)	90.591
Aumento líquido nas demais contas de ativo	1.155.653	1.231.468
Aumento do ativo permanente	281.424	336.709
Dividendos distribuídos	3.637	3.637
<b>AUMENTO DAS DISPONIBILIDADES</b>	<b>6.373</b>	<b>9.795</b>
<b>MODIFICAÇÃO NA POSIÇÃO FINANCEIRA</b>		
Início do exercício	4.581	1.159
Fim do exercício	10.954	10.954
Aumento das disponibilidades	<b>6.373</b>	<b>9.795</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 1991

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

#### 1.1. Histórico

O BNDES foi criado, em 20.06.52, pela Lei nº 1.628, como Autarquia Federal, em decorrência da decisão do governo de executar plano orgânico de reaparelhamento de serviços básicos de infra-estrutura (transportes ferroviários, energia e portos), que representavam fatores de inibição do desenvolvimento da economia nacional, impedindo a utilização adequada dos meios de produção e dos recursos naturais.

Posteriormente, com a Lei nº 5.662, de 21.06.71, e o Decreto nº 68.786, de 21.06.71, foi transformado em empresa pública, dotada de personalidade jurídica de direito privado e patrimônio próprio, sujeita às normas gerais orçamentárias e contábeis e à disciplina normativa do Conselho Monetário Nacional.

#### 1.2. Objetivos e Atuação

Cabe ao BNDES a execução da política governamental relativa ao crédito de longo prazo, que tem por finalidade apoiar programas e projetos relacionados com o desenvolvimento da economia nacional (ampliação da capacidade produtiva, melhoria da qualidade e produtividade, ordenação setorial e outras formas de iniciativa). Suas atividades estimuladoras da iniciativa privada são exercidas em harmonia com o apoio a empreendimentos de interesse nacional.

O BNDES teve participação decisiva na modernização da economia brasileira nos últimos 30 anos, com a implementação do modelo de substituição de importações. A partir de 1986/87, define estratégia de adequação à nova realidade da economia mundial, buscando a integração competitiva do Brasil com outros países e priorizando projetos que busquem como resultados maior eficiência e produtividade na produção de bens e serviços pelo parque industrial existente, bem como a diversificação e verticalização de nosso perfil industrial.

A partir de janeiro de 1984, passou a exercer as funções de Agente Financeiro do Fundo da Marinha Mercante, cujo objetivo consiste em apoiar financeiramente as atividades de fomento à renovação, ampliação e recuperação da frota da marinha mercante nacional.

Em 03.10.88, com o Decreto nº 96.905, assumiu as atribuições da Secretaria Executiva do Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND), prestando apoio técnico, administrativo e de pessoal.

Foi designado Gestor do Fundo Nacional de Desestatização, pelo Decreto nº 99.464, de 16.08.90, desempenhando as atribuições definidas na Lei nº 8.031, de 12.04.90, que instituiu o Programa Nacional de Desestatização

#### 1.3. Meios Operacionais

O BNDES opera diretamente ou através de agentes financeiros — como bancos ou agências estaduais de desenvolvimento —, instituições financeiras privadas e de suas Subsidiárias Integrais: Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME), que se destina a financiar máquinas e equipamentos fabricados no País, atendendo às crescentes exigências financeiras de comercialização, concorrendo para a expansão da produção nacional por meio da facilidade de crédito aos respectivos produtores e usuários e fomentando a exportação desses produtos; e BNDES Participações S.A. (BNDESPAR), voltada para o apoio à dinamização e ao fortalecimento de empresas nacionais, sob a forma de participação societária.

#### 1.4. Fontes de Recursos

Além dos recursos próprios, o Banco opera com as seguintes fontes:

a) Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)

Na proporção de, no mínimo, 40% (quarenta por cento) de sua arrecadação.

#### b) Fundo de Participação PIS/Pasep

A partir da promulgação da Constituição Federal, em 05.10.88, não há mais arrecadação e entrada de recursos novos para o Fundo. Em consequência, o Banco tem operado com o retorno e os rendimentos resultantes de: a) aplicações em investimentos; b) carteira de ações do Fundo de Participação Social (FPS); e c) outros valores mobiliários negociados em Bolsa de Valores.

#### c) Captação de Recursos no Mercado Externo

Representado pela contratação de linhas de crédito junto a organismos financeiros internacionais, bem como lançamento de títulos.

## 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis do Banco foram elaboradas de conformidade com as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas do Banco Central do Brasil (Bacen).

O balanço patrimonial e a demonstração das mutações do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 1990 encontram-se ajustadas para fins de comparabilidade, de forma a refletirem os efeitos dos artigos 3º e 5º da Lei nº 8.200/91, atendendo às disposições do Comunicado Bacen nº 2.688/92.

A demonstração do resultado observa os critérios estabelecidos pela Circular Bacen nº 1.992/91.

O Banco adotou o permissivo do parágrafo único, artigo 10 da Circular Bacen nº 2.104/91, quanto à dispensa da publicação, de forma comparativa, das demonstrações do resultado e das origens e aplicações de recursos do exercício findo em 31 de dezembro de 1990.

## 3. SUMÁRIO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

### a) Regime de Apuração do Resultado

O Banco utiliza o regime de competência para registro de suas operações.

### b) Correção Monetária

Os efeitos inflacionários sobre o ativo permanente, o patrimônio líquido e os contratos de mútuo são baseados na variação de índices oficiais, sendo utilizada a variação do Índice de Preços ao Consumidor (IPC) para o exercício de 1990, a variação do Bônus do Tesouro Nacional Fiscal (BTNF) para o mês findo em 31 de janeiro de 1991 (Cr\$ 126,8621) e o Fator de Atualização Patrimonial (FAP) a partir desta data até 31 de dezembro de 1991.

Em decorrência da Lei nº 8.200, de 28.06.91, regulamentada pelo Decreto nº 332, de 04.11.91, o Banco procedeu à correção monetária complementar referente ao exercício de 1990, de forma a refletir a diferença entre a variação do IPC e do BTNF para o mesmo período. Os efeitos correspondentes acham-se comentados na Nota 4.

### c) Ativos/Passivos Circulantes e a Longo Prazo

**Títulos Vinculados ao Mercado Aberto** — Registrados ao custo acrescido dos rendimentos incorridos até a data do balanço, que não supera o valor de mercado.

**Créditos e Obrigações por Empréstimos, Financiamentos e Repasses** — Esses ativos e passivos incorporam seus respectivos encargos financeiros acumulados, assim como as correções monetárias e variações cambiais a que estão sujeitos, em conformidade com índices, taxas cambiais e condições contratuais.

Em decorrência das características operacionais do Banco, comentadas no item 1.2, não foram segregados os ativos e passivos circulantes e de longo prazo. Entretanto, a Nota 6 apresenta a decomposição dessa carteira por vencimento.

**Provisão para Perdas** — Quando aplicável, são constituídas provisões para redução dos ativos ao valor de mercado ou de provável realização.

**Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa** — O Banco considerou para determinação do montante desta provisão os seguintes aspectos: análise das operações de crédito em aberto; riscos específicos e globais apresentados em cada carteira; operações vencidas em fase final de renegociação; experiência anterior do Banco; e a atual conjuntura econômica.

Assim sendo, a Administração entende que o valor consignado no Balanço é suficiente para cobrir todas as perdas esperadas na realização dos créditos por empréstimos e financiamentos.

A Nota 5 demonstra a movimentação da referida provisão, neste exercício.

#### **d) Carteira de Câmbio**

Câmbios comprado e vendido a liquidar são demonstrados pelo seu valor histórico em conta de compensação. O resultado líquido da atualização cambial dos contratos de compra e venda a liquidar (câmbio futuro) é registrado como "Variações de Taxas — Câmbio Futuro", integrante do grupo "Outros Créditos — Carteira de Câmbio".

As receitas de bônus e as despesas com prêmios são registradas respectivamente em "Outros Créditos" e em "Outras Obrigações — Carteira de Câmbio".

#### **e) Permanente**

Demonstrado ao custo corrigido monetariamente, combinado com os seguintes aspectos:

##### **Investimentos**

- Avaliação dos investimentos relevantes em sociedades controladas, pelo método de equivalência patrimonial, ajustando-o na proporção da participação do Banco no valor do patrimônio líquido das sociedades investidas.

##### **Outros investimentos**

- Quando aplicável, os investimentos avaliados ao custo corrigido estão reduzidos de provisão para perdas.

#### **Imobilizado**

- Depreciado pelo método linear, com base em taxas que contemplam a vida econômica útil dos bens (imóveis de uso - 4%; veículos e sistema de processamento de dados - 20%; outros bens - 10%).

#### **f) Fundos Administrados**

Os valores constantes do balanço relativamente ao Fundo da Marinha Mercante, Fundo Nacional de Desenvolvimento e Fundo de Participação PIS/Pasep referem-se às suas disponibilidades, remuneradas, pelo BNDES, segundo a rentabilidade obtida pelas correspondentes aplicações junto ao Banco Central do Brasil.

#### **4. LEI N° 8.200/91**

##### **a) Correção Monetária Especial — Artigo 2°**

Em face da irrelevância dos efeitos decorrentes, o BNDES deixou de proceder à correção monetária especial, conforme faculta a lei.

##### **b) Correção Monetária Complementar — Artigos 3° e 5°**

Os efeitos líquidos são demonstrados a seguir:

	Cr\$ milhões
Investimentos	462.838
Imobilizado	7.258
Ajustes de ano anterior	20.360
	<u>490.456</u>
Patrimônio líquido	( 625.259)
Valor líquido levado a lucros acumulados	<u>( 134.803)</u>

## 5. OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

Abaixo segue resumo dos eventos relativos a provisão para créditos de liquidação duvidosa:

Cr\$ milhões	
Saldo em 31 de dezembro de 1990	193.736
Transferência para créditos em liquidação	408.873
Varição monetária e cambial	1.377.991
Recuperação de créditos	( 552.085)
Saldo em 31 de dezembro de 1991	<u>1.428.515</u>

## 6. CRÉDITOS A RECEBER E OBRIGAÇÕES A PAGAR POR EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E REPASSES

Créditos a receber — Os financiamentos a receber por ano de vencimento estão demonstrados a seguir:

Cr\$ milhões — Em 31 de dezembro de 1991	
Vencido	3.110.551
A vencer:	
1992	1.534.558
1993	1.738.355
1994	1.627.774
1995	1.396.951
Após 1995	<u>6.137.691</u>
	<u>15.545.880</u>

Obrigações por empréstimos e repasses — Os empréstimos e repasses, por ano de vencimento, estão discriminados a seguir:

Cr\$ milhões — Em 31 de dezembro de 1991			
	Contraídas no País	Contraídas no Exterior	Total
Vencido			
A vencer:			
1992	91.241	397.635	488.876
1993	75.982	377.881	453.863
1994	62.536	274.476	337.012
1995	55.542	146.071	201.613
Após 1995:			
PIS/Pasep	8.435.285		8.435.285
FAT	3.623.612		3.623.612
Outros	<u>368.894</u>	<u>665.172</u>	<u>1.034.066</u>
	<u>12.427.791</u>	<u>665.172</u>	<u>13.092.963</u>
	<u>12.713.092</u>	<u>1.861.235</u>	<u>14.574.327</u>

A devolução dos recursos do Fundo PIS/Pasep, que montam em 31 de dezembro de 1991 a Cr\$ 8.435.285 milhões, obedece a um cronograma que é fixado anualmente pelo Conselho Diretor do Fundo.

Os recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), cujo montante em 31 de dezembro de 1991 é de Cr\$ 3.623.612 milhões, são repassados ao BNDES sob a forma de empréstimo, cuja exigibilidade está vinculada às eventuais insuficiências de recursos para pagamento do abono salarial e do seguro-desemprego. A remuneração creditada pelo Banco corresponde à variação da taxa referencial, acrescida de juros de 6% ao ano, por decisão do Codefat. A forma de liquidação desse empréstimo encontra-se definida no Artigo 7º da Lei nº 8.019/90.

As demais obrigações a pagar estão sujeitas à correção monetária ou variação cambial e juros que variam de 1 a 11,6% ao ano. O prazo máximo de vencimento está estipulado para o ano de 2012.

## 7. INVESTIMENTOS

Cr\$ milhões — Em 31 de dezembro de 1991		
	1991	1990 (Ajustado)
Em controladas e coligadas relevantes	5.471.046	909.840
• Valor patrimonial	4.764.829	780.709
• Ágio na subscrição de capital	10.371	
• Adiantamentos concedidos para futuros aumentos de investimentos	695.846	129.131
Outras empresas	161.565	16.778
• Custo corrigido	386.948	55.874
• Provisão para perdas	( 225.383)	(39.096)
Outros investimentos	88.232	6.751
<b>TOTAL</b>	<b>5.720.843</b>	<b>933.369</b>

As principais informações dos investimentos avaliados pela equivalência patrimonial e ao custo corrigido para 31 de dezembro de 1991 estão demonstradas abaixo:

Empresas investidas	Data-base	Cr\$ milhões			Quantidades mil de ações possuídas		% de participação total	Equivalência patrimonial			
		Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Lucro (prejuízo) líquido do exercício	ON	PN		Cr\$ milhões			
								Apropriação			
							Valor contábil do investimento	Resultado	Reavaliação de bens	Total	
<b>Avaliadas pela equivalência patrimonial:</b>											
FINAME (a)	31/12/91	55.723	411.618	22.088	589.580.236	309	100,00	411.618	21.841		21.841
BNDESPAR (a)	31/12/91	75.112	4.308.218	( 52.011)		53.298	100,00	4.308.218	( 52.011)	376.136	324.125
Cia. Florestal Monte Dourado	31/10/91	88.863	239.159	( 17398)			315.017	18,81	44.993	2.869	2.869
								<u>4.764.829</u>	<u>( 27.301)</u>	<u>376.136</u>	<u>348.835</u>
<b>Avaliadas ao custo corrigido:</b>											
Diversas empresas não destacadas											<u>161.565</u>

(a) Demonstrações contábeis auditadas pela Trevisan Auditores Independentes.

As ações ou cotas representativas das participações societárias do Sistema BNDES nas empresas a seguir relacionadas encontram-se depositadas no Fundo Nacional de Desestatização em 31 de dezembro de 1991, de acordo com a Lei nº 8.031, de 12.04.90, e em consonância com o Programa Nacional de Desestatização (PND):

Companhia Siderúrgica do Nordeste (Cosinor)  
Mafersa S.A.  
Mineração Caraíba Ltda.

## 8. CONTINGÊNCIAS

a) O Banco está comprometido a liberar recursos financeiros na modalidade de financiamentos aos empreendimentos contratados diretamente ou através de agentes financeiros.

b) O Banco obriga-se a garantir aos recursos do Fundo de Participação PIS/Pasep taxa mínima de juros de 3,5% ao ano, acima da Taxa Referencial (TR).

c) O Banco concede garantias, em nome próprio ou como agente do Tesouro Nacional, a empresas nacionais, inclusive aquelas investidas, em conexão com operações de crédito contratadas com instituições financeiras ou fornecedores estrangeiros. Tais garantias são amparadas por contragarantias reais e/ou pessoais.

## 9. IMPOSTO E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE RENDA

O Banco não constituiu provisão para imposto de renda (federal e estadual) e contribuição social em 31 de dezembro de 1991 e 1990, por apresentar prejuízos fiscais e base tributável negativa.

## 10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social subscrito está representado por 3.508.935,500 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, de propriedade da União.

## 11. REMUNERAÇÃO DE DIRIGENTES E EMPREGADOS

A maior remuneração, incluindo benefícios pagos pelo Banco (base dezembro de 1991), a seus diretores foi Cr\$ 5.537 mil, enquanto que a maior e a menor remuneração paga aos seus empregados foi Cr\$ 4.614 mil e Cr\$ 258 mil, respectivamente, e a remuneração média foi Cr\$ 1.606 mil.

## 12. FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA SOCIAL DO BNDES (FAPES)

A FAPES é uma entidade fechada de previdência privada. Seu principal objetivo é complementar os benefícios previdenciários, concedidos pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), para os funcionários de suas patrocinadoras: BNDES, FINAME, BNDESPAR e a própria FAPES.

A FAPES tem plano de benefício definido e regime atuarial de capitalização para financiamento dos benefícios.

A FAPES, que desde sua criação até 1985 manteve uma situação superavitária, vem apresentando, a partir de 1986, insuficiência técnica.

As patrocinadoras devem assegurar à FAPES, quando necessário, recursos destinados à cobertura de eventuais insuficiências técnicas reveladas pelo plano de custeio, conforme o estabelecido no Estatuto da Fundação.

A insuficiência apurada em dezembro de 1991 foi de Cr\$ 136.625 milhões, equivalentes a 29,13% do total das reservas matemáticas da FAPES. O atual nível de insuficiência pode, em princípio, ser absorvido ao longo do tempo, não justificando, no momento, provisões por parte das empresas patrocinadoras.

As razões básicas do surgimento da insuficiência são: redução da rentabilidade patrimonial em consequência de algumas aplicações compulsórias; e redução do teto do salário-de-benefício, por parte da previdência oficial, o que elevou a complementação previdenciária por parte da Fundação, sem a correspondente elevação da taxa de contribuição das patrocinadoras.

Desde 1980 a taxa de contribuição das patrocinadoras para a FAPES manteve-se em 12,057% sobre a folha do salário-de-participação. A partir de 1992 a taxa passará para 22,502%.

As contribuições das patrocinadoras do Sistema BNDES, durante o ano de 1991, atingiram os seguintes valores: BNDES — Cr\$ 1.906 milhões; BNDESPAR — Cr\$ 434 milhões; e FINAME — Cr\$ 137 milhões.

A redução do teto do salário-de-benefício, ocorrida nos últimos anos, além de ter contribuído para a geração da insuficiência técnica, acarretou um considerável aumento da taxa média de contribuição dos participantes. A relação entre a contribuição das patrocinadoras e dos participantes passou de 3,43:1 em 1979 para 1,18:1 em 1991.



# TREVISAN

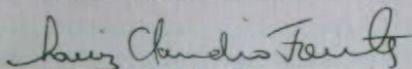
## PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES

1. Examinamos o Balanço patrimonial do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES levantado em 31 de dezembro de 1991, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes ao exercício findo naquela data, elaboradas sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da entidade; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgadas; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da entidade, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
3. As demonstrações contábeis da BNDESPAR (Empresa Controlada) contemplam a equivalência patrimonial no investimento mantido na Eletrobrás com base nas demonstrações contábeis não auditadas de 30 de novembro de 1991. Esse fato trouxe reflexo na avaliação patrimonial feita pelo Banco na BNDESPAR, de vez que o investimento da BNDESPAR na Eletrobrás representa 14% e 46%, respectivamente do total dos ativos e patrimônio líquido do Banco; os quais, conseqüentemente, não encontravam-se auditados em 31 de dezembro de 1991.
4. Em nossa opinião, exceto quanto ao mencionado no parágrafo número três, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente em todos os aspectos, a posição patrimonial e financeira do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES em 31 de dezembro de 1991, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações. Essas práticas, diferem em alguns aspectos dos Princípios Fundamentais de Contabilidade, especificamente no tocante à aplicação do princípio do denominador comum monetário nas demonstrações do resultado das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos.
5. As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 1990, apresentadas para fins de comparabilidade, foram examinadas por outros auditores independentes e no parecer de auditoria datado de 8 de abril de 1991, expressam uma opinião sem ressalvas.

Rio de Janeiro, 1 de abril de 1992.

TREVISAN  
Auditores Independentes  
CRC-SP 13.439 "S" RJ

  
Luiz Claudio Fontes  
Diretor  
CRC-RJ 32.470-3

## BALANÇO DAS SUBSIDIÁRIAS

	Cr\$ milhões			
	FINAME		BNDESPAR	
	1991	1990 <sup>1</sup>	1991	1990 <sup>1</sup>
<b>I - BALANÇOS - EM 31.12.91 E 31.12.90</b>				
<b>ATIVO</b>				
<b>Circulante e Realizável a Longo Prazo</b>	<b>2.953.868</b>	<b>554.626</b>	<b>722.777</b>	<b>124.068</b>
• Caixa e Bancos	2.872	1.706	1.200	1.385
• Empréstimos e Financiamentos	2.943.766	552.508	381.040	81.005
• Títulos Mobiliários	—	398	198.482	20.596
• Outros	7.230	14	142.055	21.082
<b>Permanente</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>6.138.701</b>	<b>1.022.357</b>
• Investimentos	—	—	6.138.701	1.022.357
• Imobilizado	—	—	—	—
• Diferido	—	—	—	—
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>2.953.868</b>	<b>554.626</b>	<b>6.861.478</b>	<b>1.146.425</b>
<b>PASSIVO</b>				
<b>Circulante e Exigível a Longo Prazo</b>	<b>2.540.647</b>	<b>487.053</b>	<b>1.857.414</b>	<b>339.302</b>
• Financiamentos	—	—	—	—
• Créditos de Controladora - BNDES	2.504.901	479.397	1.485.988	279.668
• Outros	35.746	7.656	371.126	59.634
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>413.221</b>	<b>67.573</b>	<b>5.004.064</b>	<b>807.123</b>
• Capital	55.723	5.896	75.112	7.947
• Reservas	357.498	61.677	4.928.952	799.176
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>2.953.868</b>	<b>554.626</b>	<b>6.861.478</b>	<b>1.146.425</b>
<b>II - DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO — 1991/1990</b>				
<b>Receitas</b>	<b>2.324.482</b>	<b>559.465</b>	<b>567.651</b>	<b>141.589</b>
• Das Participações Societárias	—	—	24.828	38.192
• Receitas Financeiras	2.324.165	543.167	527.529	103.397
• Outras Receitas	317	16.298	15.294	—
<b>Despesas</b>	<b>(1.527.577)</b>	<b>(493.691)</b>	<b>(1.382.420)</b>	<b>( 283.272)</b>
• Das Participações Societárias	—	—	( 153.924)	( 21.355)
• Despesas Financeiras	(1.474.829)	(482.953)	(1.185.001)	( 254.492)
• Despesas Administrativas	( 14.517)	( 6.118)	( 43.212)	( 954)
• Outras Despesas	( 38.231)	( 4.620)	( 283)	( 6.471)
<b>Resultados Não-Operacionais</b>	<b>( 7.558)</b>	<b>( 439)</b>	<b>—</b>	<b>( 2.314)</b>
<b>Correção Monetária do Balanço</b>	<b>( 750.014)</b>	<b>( 55.732)</b>	<b>762.758</b>	<b>119.159</b>
<b>Imposto de Renda</b>	<b>( 17.245)</b>	<b>( 4.039)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício</b>	<b>22.088</b>	<b>5.564</b>	<b>( 52.011)</b>	<b>( 124.838)</b>

1) Ajustado Lei n.º 8.200/91.

# A N E X O S

1

Sistema BNDES  
Aprovações segundo os Ramos  
e Gêneros de Atividade

2

Sistema BNDES  
Aprovações segundo Grandes Regiões  
e Unidades da Federação

3

Sistema BNDES  
Desembolsos segundo os Ramos  
e Gêneros de Atividade

4

Sistema BNDES  
Desembolsos segundo Grandes Regiões  
e Unidades da Federação

5

Sistema BNDES  
Pessoal em Exercício - 31.12.91

6

Sistema BNDES  
Principais Operações Aprovadas - 1991

7

Sistema BNDES  
Operações Aprovadas - Prestação  
de Garantia - 1991

8

BNDES  
Carteira de Participações Societárias -  
31.12.91

9

BNDESPAR  
Carteira de Investimentos - 31.12.91

## ANEXO 1 — SISTEMA BNDES

## APROVAÇÕES SEGUNDO OS RAMOS E GÊNEROS DE ATIVIDADE

Cr\$ milhões constantes

RAMOS E GÊNEROS DE ATIVIDADE	BNDES A		SUBSIDIÁRIAS B		TOTAL 1991	TOTAL 1990	VARIAÇÃO (%)
	DIRETAS	INDIRETAS	FINAME	BNDESPAR	C=A+B	D	C/D
<b>Extração de Minerais</b>	<b>13.116</b>	<b>4.084</b>	<b>18.652</b>	<b>7.493</b>	<b>43.345</b>	<b>21.560</b>	<b>101</b>
<b>Agropecuária</b>	<b>66.074</b>	<b>32.900</b>	<b>225.517</b>	<b>0</b>	<b>324.490</b>	<b>80.263</b>	<b>304</b>
<b>Indústria de Transformação</b>	<b>835.904</b>	<b>401.063</b>	<b>671.261</b>	<b>167.869</b>	<b>2.076.096</b>	<b>1.733.558</b>	<b>20</b>
Transf. Prods. Min. Não-Metálicos	24.986	24.074	29.131	0	78.191	47.376	65
Metalúrgica	46.395	46.861	48.978	20.419	162.653	176.696	-8
Mecânica	3.890	16.331	79.737	19.602	119.560	75.296	59
Material Elétrico e de Comunicação	53.497	10.922	18.934	3.286	86.639	75.032	15
Material de Transporte	75.371	11.465	22.841	40.178	149.854	36.053	316
Madeira	2.766	4.822	12.071	0	19.659	29.406	-33
Mobiliário	0	5.878	4.132	0	10.010	10.999	-9
Papel e Papelão	384.134	26.303	110.628	23.148	544.212	406.195	34
Borracha	0	1.857	6.695	0	8.553	15.423	-45
Couros, Peles e Artef. para Viagem	0	1.851	3.499	0	5.350	5.915	-10
Química	174.749	27.425	68.406	46.160	316.739	358.759	-12
Prods. Farmacêuticos e Veterinários	0	3.165	3.075	0	6.240	5.523	13
Perfumaria, Sabões e Velas	0	251	1.472	0	1.723	4.223	-59
Produtos de Matérias Plásticas	14.413	17.050	49.556	0	81.019	72.028	12
Textil	31.237	32.293	51.015	9.389	123.934	101.867	22
Vest., Calç. e Artefatos de Tecidos	1.719	12.506	6.890	3.096	24.213	25.793	-6
Produtos Alimentares	22.748	94.316	90.037	1.814	208.915	222.247	-6
Bebidas	0	11.598	48.173	776	60.547	42.868	41
Fumo	0	39.786	3.368	0	43.154	522	8.166
Editorial e Gráfica	0	8.618	9.417	0	18.036	13.711	32
Diversas	0	3.689	3.204	0	6.893	7.626	-10
<b>Serviços</b>	<b>268.487</b>	<b>89.014</b>	<b>576.267</b>	<b>2.523</b>	<b>936.291</b>	<b>604.804</b>	<b>55</b>
Ativ. Apoio (Util.) e Serv. Car. Indl.	0	29.854	205	0	30.059	4.026	647
Atividades Administrativas	0	27	42	0	69	5	1.359
Construção	54.923	1.329	21.355	0	77.606	43.106	80
Serv. Industriais de Utilidade Pública	22.428	0	290.983	0	313.411	83.785	274
Comércio Varejista	4.631	15.264	8.658	2.017	30.570	15.960	92
Comércio Atacadista	0	405	5.310	0	5.715	3.177	80
Inst. Créd. Seguros e Capitalização	0	472	32	0	504	123	309
Com. Inc. Adm. Imóv. Tit. Val. Mob.	0	0	750	0	750	192	290
Transportes	183.837	7.184	223.179	0	414.199	390.854	6
Comunicações	0	0	214	0	214	3.732	-94
Alojamento e Alimentação	0	19.321	1.078	0	20.399	13.803	48
Repar. Manut. e Confecção	0	1.481	509	0	1.991	1.673	19
Hig. Pess., Saunas, Termas e Fisioterapia	0	0	10	0	10	4	144
Diversões, Radiodifusão e Televisão	2.328	0	1.178	0	3.506	619	466
Diversos	340	5.205	19.676	507	25.727	35.803	-28
Serviços Profissionais	0	8.471	3.022	0	11.494	5.550	107
Adm. Púb. Direta e Autarquia	0	0	67	0	67	2.390	-97
Entidade de Desenvolvimento	0	0	0	0	0	-	-
<b>Outros</b>	<b>2.763</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2.763</b>	<b>1.432</b>	<b>93</b>
<b>Total</b>	<b>1.186.343</b>	<b>527.061</b>	<b>1.491.696</b>	<b>177.885</b>	<b>3.382.985</b>	<b>2.441.617</b>	<b>39</b>

Nota: Valores atualizados para preços de dezembro/91, com base no IGP-DI.

Obs.: As diferenças verificadas em alguns somatórios decorrem dos arredondamentos realizados mecanicamente.

## ANEXO 2 — SISTEMA BNDES

## APROVAÇÕES SEGUNDO GRANDES REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO

Cr\$ milhões constantes

GRANDES REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO <sup>1</sup>	BNDES A		SUBSIDIÁRIAS B		TOTAL 1991	TOTAL 1990	VARIAÇÃO (%)
	DIRETAS	INDIRETAS	FINAME	BNDESPAR	C=A+B	D	C/D
<b>Norte</b>	<b>199.307</b>	<b>10.794</b>	<b>38.026</b>	<b>0</b>	<b>248.127</b>	<b>74.707</b>	<b>232</b>
Rondônia	0	501	722	0	1.224	675	81
Acre	0	0	75	0	75	409	-82
Amazonas	39.589	8.996	23.319	0	71.903	41.293	74
Roraima	0	0	13	0	13	179	-93
Pará	159.169	1.297	10.697	0	171.164	14.874	1.051
Amapá	549	0	466	0	1.015	1.547	-34
Tocantins	0	0	2.733	0	2.733	15.730	-83
<b>Nordeste</b>	<b>300.086</b>	<b>74.742</b>	<b>406.330</b>	<b>44.394</b>	<b>825.552</b>	<b>504.471</b>	<b>64</b>
Maranhão	3.186	5.650	3.254	0	12.090	22.332	-46
Piauí	0	6	2.502	0	2.508	777	223
Ceará	4.517	4.256	14.407	0	23.180	30.684	-24
Rio Grande do Norte	0	1.335	4.452	0	5.787	11.877	-51
Paraíba	0	2.103	3.937	0	6.039	4.786	26
Pernambuco	4.007	5.547	234.252	0	243.805	49.346	394
Alagoas	18.403	3.894	25.460	695	48.452	106.242	-54
Sergipe	0	3.554	4.675	0	8.228	8.793	-6
Bahia	269.974	48.398	113.392	43.699	475.462	269.633	76
<b>Sudeste</b>	<b>548.504</b>	<b>227.628</b>	<b>548.059</b>	<b>80.364</b>	<b>1.404.555</b>	<b>1.139.153</b>	<b>23</b>
Minas Gerais	18.571	48.567	65.487	4.105	136.731	133.707	2
Espírito Santo	10.661	14.483	28.420	1.420	54.984	127.260	-57
Rio de Janeiro	253.166	20.579	49.784	1.358	324.888	298.864	9
São Paulo	266.106	143.999	404.367	73.480	887.952	579.322	53
<b>Sul</b>	<b>125.387</b>	<b>185.939</b>	<b>392.802</b>	<b>53.127</b>	<b>757.256</b>	<b>627.429</b>	<b>21</b>
Paraná	82.836	55.540	182.820	3.306	324.502	252.689	28
Santa Catarina	12.844	66.497	87.951	30.896	198.188	200.879	-1
Rio Grande do Sul	29.707	63.902	122.031	18.925	234.566	173.862	35
<b>Centro-Oeste</b>	<b>13.059</b>	<b>27.957</b>	<b>106.480</b>	<b>0</b>	<b>147.496</b>	<b>95.857</b>	<b>54</b>
Mato Grosso	1.200	15.777	35.431	0	52.408	18.474	184
Mato Grosso do Sul	8.283	2.726	29.284	0	40.293	7.377	446
Goiás	2.822	8.734	34.941	0	46.497	51.349	-9
Distrito Federal	754	721	6.824	0	8.299	18.657	-56
<b>Total</b>	<b>1.186.343</b>	<b>527.061</b>	<b>1.491.696</b>	<b>177.885</b>	<b>3.382.985</b>	<b>2.441.617</b>	<b>39</b>

Nota: Valores atualizados para preços de dezembro/91, com base no IGP-DI.

1) As operações inter-regionais e interestaduais foram rateadas entre as Unidades da Federação, beneficiadas segundo critérios do BNDES.

Obs.: As diferenças verificadas em alguns somatórios decorrem dos arredondamentos realizados mecanicamente.

## ANEXO 3 — SISTEMA BNDES

## DESEMBOLSOS SEGUNDO OS RAMOS E GÊNEROS DE ATIVIDADE

Cr\$ milhões constantes

RAMOS E GÊNEROS DE ATIVIDADE	BNDES A		SUBSIDIÁRIAS B		TOTAL 1991	TOTAL 1990	VARIAÇÃO (%)
	DIRETAS	INDIRETAS	FINAME	BNDESPAR	C=A+B	D	C/D
<b>Extração de Minerais</b>	<b>9.806</b>	<b>641</b>	<b>10.607</b>	<b>2.788</b>	<b>23.842</b>	<b>36.051</b>	<b>- 34</b>
<b>Agropecuária</b>	<b>26.172</b>	<b>24.789</b>	<b>144.385</b>	<b>0</b>	<b>195.346</b>	<b>92.544</b>	<b>111</b>
<b>Indústria de Transformação</b>	<b>850.870</b>	<b>256.063</b>	<b>503.656</b>	<b>179.511</b>	<b>1.790.100</b>	<b>1.791.759</b>	<b>0</b>
Transf. Prods. Min. Não-Metálicos	917	13.073	18.631	0	32.621	45.244	- 28
Metalúrgica	81.813	26.841	38.254	17.654	164.562	255.196	- 36
Mecânica	2.394	7.214	49.744	7.607	66.960	61.932	8
Material Elétrico e de Comunicação	13.317	6.410	16.211	710	36.647	54.463	- 33
Material de Transporte	80.530	9.781	15.977	2.521	108.809	118.776	- 8
Madeira	2.524	2.968	9.123	0	14.614	27.991	- 48
Mobiliário	0	4.090	3.088	0	7.178	10.707	- 33
Papel e Papelão	346.210	19.694	105.730	75.643	547.277	587.395	- 7
Borracha	5.524	1.589	5.130	0	12.244	6.160	99
Couros e Peles e Artef. para Viagem	0	2.416	1.871	0	4.287	4.867	- 12
Química	265.819	14.002	65.842	31.070	376.734	263.575	43
Prods. Farmacêuticos e Veterinários	517	1.299	1.485	0	3.302	5.756	- 43
Perfumaria, Sabões e Velas	0	239	616	0	855	2.323	- 63
Produtos de Matérias Plásticas	9.687	10.691	38.401	0	58.780	61.205	- 4
Têxtil	16.857	24.936	37.298	1.941	81.033	82.395	- 2
Vest., Calç. e Artefatos de Tecidos	5.991	7.936	4.543	3.362	21.831	17.081	28
Produtos Alimentares	18.711	53.126	53.747	38.970	164.554	140.736	17
Bebidas	57	6.872	26.176	32	33.137	30.629	8
Fumo	0	36.881	1.400	0	38.281	390	9.708
Editorial e Gráfica	0	3.060	6.878	0	9.938	8.646	15
Diversas	0	2.945	3.509	0	6.454	6.292	3
<b>Serviços</b>	<b>354.058</b>	<b>58.122</b>	<b>275.467</b>	<b>0</b>	<b>687.648</b>	<b>498.645</b>	<b>38</b>
Ativ. Apoio (Util.) e Serv. Car. Indl.	3.709	21.431	224	0	25.365	1.376	1.744
Atividades Administrativas	0	7	0	0	7	5	49
Construção	41.971	769	13.221	0	55.961	25.227	122
Serv. Industriais de Utilidade Pública	13.378	0	83.914	0	97.292	87.989	11
Comércio Varejista	9.450	7.776	6.497	0	23.722	10.580	124
Comércio Atacadista	0	645	2.509	0	3.154	2.487	27
Inst. Créd. Seguros e Capitalização	0	308	47	0	355	33	974
Com. Inc. Adm. Imóv. Tit. Val. Mob.	0	0	359	0	359	497	- 28
Transportes	278.056	6.182	157.047	0	441.285	295.187	49
Comunicações	0	0	59	0	59	16.382	- 100
Alojamento e Alimentação	0	10.662	553	0	11.215	15.454	- 27
Repar. Manut. e Confecção	0	1.426	331	0	1.757	532	230
Hig. Pess., Saunas, Termas e Fisioterapia	0	0	0	0	0	3	-
Diversões, Radiodifusão e Televisão	1.666	0	402	0	2.068	1.784	16
Diversos	5.659	4.212	7.526	0	17.397	29.212	- 40
Serviços Profissionais	0	4.705	1.972	0	6.676	4.163	60
Adm. Púb. Direta e Autarquia	0	0	807	0	807	2.648	- 70
Entidade de Desenvolvimento	169	0	0	0	169	5.087	- 97
<b>Outros</b>	<b>2.465</b>	<b>1.602</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>4.067</b>	<b>8.099</b>	<b>- 50</b>
<b>Total</b>	<b>1.243.371</b>	<b>341.216</b>	<b>934.115</b>	<b>182.300</b>	<b>2.701.003</b>	<b>2.427.098</b>	<b>11</b>

Nota: Valores atualizados para preços de dezembro/91, com base no IGP-DI.

Obs.: As diferenças verificadas em alguns somatórios decorrem dos arredondamentos realizados mecanicamente.

## ANEXO 4 — SISTEMA BNDES

## DESEMBOLSOS SEGUNDO GRANDES REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO

Cr\$ milhões constantes

GRANDES REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO <sup>1</sup>	BNDES A		SUBSIDIÁRIAS B		TOTAL 1991	TOTAL 1990	VARIAÇÃO (%)
	DIRETAS	INDIRETAS	FINAME	BNDESPAR	C=A+B	D	C/D
<b>Norte</b>	<b>126.597</b>	<b>7.456</b>	<b>36.312</b>	<b>0</b>	<b>170.365</b>	<b>202.218</b>	<b>- 16</b>
Rondônia	0	59	327	0	387	1.586	-76
Acre	85	0	30	0	115	844	-86
Amazonas	41.184	6.298	25.984	0	73.466	48.336	52
Roraima	0	0	0	0	0	158	-
Pará	85.328	585	7.455	0	93.368	132.789	-30
Amapá	0	433	784	0	1.217	5.703	-79
Tocantins	0	81	1.731	0	1.812	12.803	-86
<b>Nordeste</b>	<b>353.771</b>	<b>52.479</b>	<b>194.803</b>	<b>79.258</b>	<b>680.312</b>	<b>556.125</b>	<b>22</b>
Maranhão	5.742	3.966	5.088	0	14.797	15.315	-3
Piauí	0	6	660	0	666	1.866	-64
Ceará	1.198	2.598	7.109	0	10.906	21.325	-49
Rio Grande do Norte	1.055	1.121	2.619	0	4.794	2.005	139
Paraíba	25	1.511	2.577	0	4.113	5.424	-24
Pernambuco	7.630	4.480	65.035	334	77.480	36.614	112
Alagoas	9.230	1.685	4.783	3.159	18.858	4.587	311
Sergipe	169	2.941	4.203	0	7.312	6.004	22
Bahia	328.722	34.170	102.728	75.766	541.386	462.985	17
<b>Sudeste</b>	<b>634.184</b>	<b>132.491</b>	<b>372.699</b>	<b>52.063</b>	<b>1.191.436</b>	<b>1.024.165</b>	<b>16</b>
Minas Gerais	28.153	21.583	44.835	1.664	96.235	122.065	-21
Espírito Santo	60.649	13.887	23.062	1.349	98.948	134.906	-27
Rio de Janeiro	355.665	8.175	36.372	139	400.350	272.362	47
São Paulo	189.717	88.846	268.430	48.911	595.903	494.831	20
<b>Sul</b>	<b>111.634</b>	<b>129.234</b>	<b>262.506</b>	<b>50.978</b>	<b>554.352</b>	<b>537.654</b>	<b>3</b>
Paraná	61.600	29.048	121.550	647	212.844	284.155	-25
Santa Catarina	14.414	42.891	57.726	47.341	162.372	129.040	26
Rio Grande do Sul	35.620	57.296	83.230	2.990	179.135	124.459	44
<b>Centro-Oeste</b>	<b>17.186</b>	<b>19.557</b>	<b>67.795</b>	<b>0</b>	<b>104.537</b>	<b>106.937</b>	<b>- 2</b>
Mato Grosso	3.571	12.956	20.483	0	37.010	42.526	-13
Mato Grosso do Sul	3.204	2.345	20.899	0	26.448	5.517	379
Goiás	5.468	3.883	21.958	0	31.309	40.132	-22
Distrito Federal	4.943	373	4.454	0	9.769	18.762	-48
<b>Total</b>	<b>1.243.371</b>	<b>341.216</b>	<b>934.115</b>	<b>182.300</b>	<b>2.701.003</b>	<b>2.427.098</b>	<b>11</b>

Nota: Valores atualizados para preços de dezembro/91, com base no IGP-DI.

1) As operações inter-regionais e interestaduais foram rateadas entre as Unidades da Federação, beneficiadas segundo critérios do BNDES.

## ANEXO 5 — SISTEMA BNDES

**PESSOAL EM EXERCÍCIO — 31.12.91**

UNIDADE ADMINISTRATIVA	CHEFIA E ASSESSORAMENTO	TÉCNICOS	APOIO	TOTAL
<b>BNDES</b>	<b>320</b>	<b>412</b>	<b>705</b>	<b>1.437</b>
Presidência (PRESI)	53	30	74	157
Auditoria (AT)	10	15	12	37
Consultoria Jurídica (CJ)	10	3	12	25
Área de Operações (AO)	15	35	23	73
Área de Projetos de Infra-Estrutura (AI)	24	56	45	125
Área de Projetos Empresariais (AE)	18	67	29	114
Área de Crédito (AC)	33	65	60	158
Área de Planejamento (AP)	21	32	36	89
Área de Administração (AA)	77	44	261	382
Área Financeira e Internacional (AF)	52	51	140	243
Departamento de Operações de Processamento Automático (DEPOC)	7	14	13	34
<b>Subsidiárias</b>	<b>81</b>	<b>86</b>	<b>130</b>	<b>297</b>
Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME)	17	24	60	101
BNDES Participações S.A. (BNDESPAR)	64	62	70	196
<b>Total</b>	<b>401</b>	<b>498</b>	<b>835</b>	<b>1.734</b>

## ANEXO 6 — SISTEMA BNDES

## PRINCIPAIS OPERAÇÕES APROVADAS — 1991

Cr\$ milhões constantes

EMPRESA	UF	VALOR	SETOR/PRODUTO
<b>1. BNDES</b>			
<b>A. Diretas</b>			
Bahia Sul Celulose S.A.	BA	124.154	Papel e Papelão
Companhia de Cimento Portland Paraíso	SP	10.320	Transf. Prod. Mineral
Companhia Ferro e Aço de Vitória	ES	10.661	Metalurgia
Companhia Florestal Monte Dourado	PA	113.862	Papel e Papelão
Companhia Votorantim de Celulose e Papel - Celpav	SP	50.845	Papel e Papelão
Copene - Petroquímica do Nordeste S.A.	BA	110.790	Química
Edisa Informática S.A.	SP	10.608	Mat. Elét. e de Comunicação
Estado do Rio de Janeiro	RJ	53.559	Construção
Fibra S.A.	SP	29.033	Têxtil
Indústria de Papel e Celulose Arapoti S.A.	PR	72.216	Papel e Papelão
Indústrias de Papel Simão S.A.	SP	50.146	Papel e Papelão
Itautec Informática S.A.	SP	18.217	Mat. Elét. e de Comunicação
Klabin Fabricadora de Papel e Celulose S.A.	BA	15.135	Papel e Papelão
Mangels Industrial S.A.	SP	17.032	Metalurgia
Nadir Figueiredo Indústria e Comércio S.A.	RJ	13.809	Transf. Prod. Mineral
Norclor S.A.	AL	18.019	Química
Philco da Amazônia S.A.	AM	11.310	Mat. Elét. e de Comunicação
Poliolefinas do Nordeste S.A.	BA	14.970	Química
Ripasa S.A. Celulose e Papel	SP	17.100	Papel e Papelão
Outros (158 operações com valor inferior a Cr\$ 9.000 milhões)		175.503	
<b>Subtotal</b>		<b>937.290</b>	
<b>B. Indiretas (Repasso Específico)</b>			
Açopart Trading S.A.	ES	10.442	Metalurgia
Banco Bamerindus do Brasil S.A.	RS	11.833	Fumo
Banco Bradesco de Investimento S.A.	RS	13.092	Fumo
Banco Credibanco S.A.	RS	14.646	Fumo
Celbrás Química e Têxtil S.A.	MG	4.388	Química
Cervejaria Kaiser Goiás Ltda.	GO	4.348	Bebida
Companhia Siderúrgica da Guanabara	MG	4.505	Agropecuária
Cooperativa Agropecuária Holambra	SP	5.841	Agropecuária
Cooperativa Central de Laticínios do Paraná Ltda.	PR	10.002	Alimento
Cooperativa Central dos Produtores Rurais de Minas Gerais Ltda.	MG	6.878	Alimento
Cooperativa Central Oeste Catarinense Ltda.	SC	7.538	Alimento
Copene - Petroquímica do Nordeste S.A.	BA	13.057	Apoio à Indústria
Indústrias Villares S.A.	SP	5.851	Metalurgia
Klabin do Paraná Agroflorestal S.A.	PR	4.013	Agropecuária
Klabin Fabricadora de Papel e Celulose S.A.	SP	19.841	Papel e Papelão
Lojas Americanas S.A.	RJ	4.860	Comércio Varejista
Refrigeração Paraná S.A. - Refripar	PR	5.796	Mecânica
Sadia Agroavícola S.A. Indústria e Comércio	MT	8.452	Alimento
Teka - Tecelagem Kuehnrich S.A.	SC	5.712	Têxtil
Transportadora Itapemirim S.A.	SP	3.902	Transporte
Tupy S.A.	SC	6.995	Metalurgia
Outros (108 operações com valor inferior a Cr\$ 3.600 milhões)		96.002	
<b>Subtotal</b>		<b>267.994</b>	
<b>C. Indiretas (DEPOC)</b>			
Agência Siciliano de Livros, Jornais e Revistas Ltda.	SP	953	Editorial/Gráfica
Agropel - Agroindustrial Perazzoli Ltda.	SC	1.020	Alimento
Cervejaria Antarctica Niger S.A.	SP	934	Bebida
Ceval Alimento S.A.	IE	994	Alimento
Cimento Tupi S.A.	RJ	1.021	Transf. Prod. Mineral

continua

## ANEXO 6 — SISTEMA BNDES

## PRINCIPAIS OPERAÇÕES APROVADAS — 1991

Cr\$ milhões constantes

EMPRESA	UF	VALOR	SETOR/PRODUTO
Cooperativa Agrária Mista Entre Rios Ltda.	PR	933	Alimento
Cooperativa Nacional Agroindustrial Ltda.	SP	1.078	Alimento
Destilaria Miriri S.A.	PB	928	Química
Diplomata Companhia Empreendimentos Turísticos	MG	934	Alojamento/Alimentação
Editora Scipione Ltda.	SP	934	Editorial/Gráfica
Filobel Indústrias Têxteis do Brasil Ltda.	SP	1.043	Têxtil
Freios Varga S.A.	SP	1.388	Material de Transporte
Itaipava - Industrial de Papéis Ltda.	SP	969	Papel e Papelão
Labogen S.A. Química Fina e Biotecnologia	SP	1.437	Farmácia/Veterinária
Malharia Diana S.A.	SC	1.236	Têxtil
Monytel Eletrônica e Telecomunicações Ltda.	SP	1.111	Mat. Elét. e de Comunicação
Nostrana Alimentos Seleccionados Ltda.	SP	933	Alimento
Pettenati S.A. - Indústria de Malhas e Confecções	RS	1.010	Têxtil
Ripasa S.A. Celulose e Papel	SP	1.104	Papel e Papelão
Sobral Invicta S.A.	MG	931	Transf. Prod. Mineral
Suprarroz S.A. Indústria e Comércio	RS	1.072	Alimento
Usina São Martinho S.A. Açúcar e Álcool	SP	937	Alimento
Outros (1.238 operações com valor inferior a Cr\$ 900 milhões)		236.169	
<b>Subtotal</b>		<b>259.067</b>	
<b>D. FMM</b>			
Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro	RJ	58.050	Transportes
Di Gregorio Navegação Ltda.	AM	17.806	Transportes
Frota Amazônica S.A. - Frotama	PA	41.804	Transportes
Ishikawajima do Brasil Estaleiros S.A. - Ishibrás	RJ	75.371	Material de Transporte
Petróleo Brasileiro S.A.	RJ	21.914	Transportes
Transroll Navegação S.A.	RJ	17.039	Transportes
Outros (15 operações com valor inferior a Cr\$ 9.000 milhões)		17.069	
<b>Subtotal</b>		<b>249.053</b>	
<b>Total BNDES</b>		<b>1.713.404</b>	
<b>2. FINAME</b>			
<b>A. Programa Especial</b>			
Bahia Sul Celulose S.A.	BA	9.324	Papel e Papelão
Cia. Hidroelétrica do São Francisco - Chesf	IE	216.846	Serv. Ind. de Util. Pública
Companhia Paranaense de Energia - Copel	PR	62.755	Serv. Ind. de Util. Pública
Companhia Votorantim de Celulose e Papel - Celpav	SP	10.799	Papel e Papelão
Copene - Petroquímica do Nordeste S.A.	BA	31.379	Química
Indústria de Papel e Celulose Arapoti S.A. - Inpacel	PR	19.281	Papel e Papelão
Marquise Transportes Ltda.	BA	9.570	Transportes
Papel e Celulose Catarinense S.A.	SC	20.021	Papel e Papelão
Outros (787 operações com valor inferior a Cr\$ 9.000 milhões)		162.074	
<b>Subtotal</b>		<b>542.050</b>	
<b>B. Programa Automático</b>		<b>678.518</b>	
<b>Programa BNDESMAQ</b>		<b>10.098</b>	
<b>Programa Agrícola</b>		<b>216.370</b>	
<b>Programa Finamex</b>		<b>44.660</b>	
<b>Total FINAME</b>		<b>1.491.695</b>	
<b>3. BNDESPAR</b>			
Aços Villares S.A.	SP	7.110	Mecânica
Bahia Sul Celulose S.A.	BA	8.599	Papel e Papelão
Celbrás Química e Têxtil S.A.	BA	13.611	Química

continua

## ANEXO 6 — SISTEMA BNDES

## PRINCIPAIS OPERAÇÕES APROVADAS — 1991

Cr\$ milhões constantes

EMPRESA	UF	VALOR	SETOR/PRODUTO
Companhia Votorantim de Celulose e Papel - Celpav	SP	6.485	Papel e Papelão
CPC - Companhia Petroquímica de Camaçari	BA	17.356	Química
Dixie Lalekla S.A.	SP	8.064	Papel e Papelão
Embraco - Empresa Brasileira de Compressores S.A.	SC	2.996	Mecânica
Indústria de Refrigeração Consul	SC	4.614	Mecânica
Ligas de Alumínio S.A. - Liasa	MG	3.599	Metalurgia
Mafersa S.A.	SP	29.589	Material de Transporte
Metal Leve S.A. Indústria e Comércio	SP	6.892	Material de Transporte
Pedreiras Valeria S.A. - Peval	BA	7.467	Mineração
Renner Herrmann S.A. Indústria de Tintas e Óleos	RS	14.498	Química
Teka - Tecelagem Kuehnrich S.A.	SC	6.901	Têxtil
Tupy S.A.	SC	14.662	Metalurgia
Outros (35 operações com valor inferior a Cr\$ 2.700 milhões)		25.446	
<b>Total BNDESPAR</b>		<b>177.885</b>	
<b>Total Sistema</b>		<b>3.382.984</b>	

IE = Interestadual.

## ANEXO 7 — SISTEMA BNDES

## OPERAÇÕES APROVADAS — PRESTAÇÃO DE GARANTIA — 1991

EMPRESA	UF	VALOR	SETOR/PRODUTO
<b>Em Subscrição de Ações ou Debêntures</b>			
Aços Villares S.A.	SP	5.688	Mecânica
Bahia Sul Celulose S.A.	BA	16.128	Papel e Papelão
Casa Anglo Brasileira S.A.	SP	4.413	Comércio Varejista
Celbrás Química e Têxtil S.A.	BA	10.889	Química
CPC - Companhia Petroquímica de Camaçari	BA	13.885	Química
Dixie Lalekla S.A.	SP	3.414	Papel e Papelão
Embraco - Empresa Brasileira de Compressores S.A.	SC	2.996	Mecânica
Indústria de Refrigeração Consul	SC	3.691	Mecânica
Indústrias Villares S.A.	SP	5.309	Metalurgia
Ligas de Alumínio S.A. - Liasa	MG	2.879	Metalurgia
Metal Leve S.A. Indústria e Comércio	SP	6.892	Material de Transporte
Renner Herrmann S.A. Indústria de Tintas e Óleos	RS	11.598	Química
Teka - Tecelagem Kuehnrich S.A.	SC	2.760	Têxtil
Tupy S.A.	SC	11.729	Metalurgia
Outros (50 operações com valor inferior a Cr\$ 2.700 milhões)		19.934	
<b>Total</b>		<b>122.205</b>	

## ANEXO 8 — BNDES

## CARTEIRA DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS EM 31.12.91

EMPRESAS	PARTICIPAÇÃO DO BNDES (MILHARES DE AÇÕES)	PARTICIPAÇÃO %	
		S/CAPITAL VOTANTE	S/CAPITAL TOTAL
<b>Controladas</b>			
Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME	589.580.236.309	100,00	100,00
BNDES Participações S.A. - BNDESPAR	53.298	100,00	100,00
<b>Coligadas</b>			
Abico - Cia. de Investimentos Árabe e Brasileira	789.342	35,00	35,00
Cimetal Siderúrgica S.A.	1.833	20,51	20,51
Cia. Florestal Monte Dourado <sup>1</sup>	162.001	0,00	16,20
<b>Outras</b>			
Acumuladores Moura S.A.	—	0,00	3,93
Alcoolquímica	5	0,00	0,07
Binac S.A.	150	0,00	0,22
Biobrás - Bioquímica do Brasil S.A.	15	0,00	0,01
Brasilinterpart Intern. Participações S.A.	—	1,04	0,50
Brasilinvest S.A. - Invest. Part. e Negócios	36.396	0,38	0,19
Cadam - Caulim da Amazônia	3.712	0,00	0,00
Caima - Cia. Agroindustrial de Monte Alegre	2	0,00	0,04
Cia. Carioca Industrial <sup>2</sup>	4.166	0,00	0,00
Cia. de Cimento Atol	—	0,00	0,11
Cia. Nacional de Álcalis	906.835	7,46	0,00
Cia. Siderúrgica do Nordeste - Cosinor	1.136	6,18	5,40
Cia. Tropical de Hotéis da Amazônia	100	0,00	0,49
Cosipa - Cia. Siderúrgica Paulista	1.487.760	0,01	0,05
Cotenor S.A. Indústria Têxtil	1	0,00	0,01
Deten Química S.A.	300.563	0,00	1,32
Dovan Indústria e Comércio S.A.	55	0,00	0,03
Embraer - Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A.	10	0,00	0,00
Embratel - Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A.	8.633	0,18	0,18
Fiat Diesel do Brasil S.A.	35	0,00	0,02
Formiplac do Nordeste S.A.	1.250	0,00	0,50
Guararapes Têxtil S.A.	8	0,00	0,56
Inca - Indústria Cerâmica da Amazônia S.A.	1.077	0,00	0,28
Iplac S.A. - Plásticos e Embalagens	4	0,00	0,05
Italmagnésio Nordeste S.A.	2.244	0,00	0,67
Itautinga Agro Industrial S.A.	—	0,00	0,03
Mafersa	14.218.559.711	6,72	0,01
Master S.A. Tecidos Plásticos	1	0,00	0,02
Master - Indústria Plástica de Camaçari S.A.	1	0,00	0,18
Metalmazon - Metalgráfica da Amazônia S.A.	36.481	0,00	0,00
Nitrocolor Produtos Químicos S.A.	7	0,00	0,02
Politeno - Indústria e Comércio S.A. <sup>3</sup>	2.014.547	0,00	0,61
Rede Ferroviária Federal S.A.	3.956.987	0,00	2,10
Refrima S.A. - Equipamentos Industriais	150	0,00	1,00
Siderurgia Brasileira S.A. - Siderbrás	51.530	0,63	0,63
Sisa - Sergipe Industrial S.A.	1.504	0,00	1,06
Sulfabril Nordeste S.A.	5	0,00	0,50
Telebrás - Telecomunicações Brasileiras S.A.	672.564	0,00	0,00
Telpe - Telecomunicações de Pernambuco S.A.	342	0,00	0,01

continua

## ANEXO 8 — BNDES

## CARTEIRA DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS EM 31.12.91

EMPRESAS	PARTICIPAÇÃO DO BNDES (MILHARES DE AÇÕES)	PARTICIPAÇÃO %	
		S/CAPITAL VOTANTE	S/CAPITAL TOTAL
Têxtil Bezerra de Menezes	9	0,00	0,34
Têxtil Dunas S.A.	67	0,00	0,16
Vallée Nordeste S.A.	1.785	0,00	3,82
Vicunha Nordeste S.A. - Indústria Têxtil	2	0,00	0,49
Villejack Indústria S.A.	14	0,00	0,00
<b>Certificados de Investimentos</b>			
FINAM <sup>4</sup>	1.001	0,00	0,00
FRHB - Fundo Rotativo Habitacional de Brasília <sup>4</sup>	282.021	0,00	0,00
Mineração Caraíba Ltda. <sup>4</sup>	—	0,00	0,00
<b>Circulante - Participações Societárias</b>			
Engesa - Engenheiros Especializados S.A.	366.964	0,00	13,69

1) Preferencial com direito a voto.

2) Empresa em regime falimentar e sendo executada pelo BNDES.

3) Inclui bonificação de 1.884.117.706 ações, suspensa.

4) Cotas.

## ANEXO 9 — BNDESPAR

## CARTEIRA DE INVESTIMENTOS EM 31.12.91

EMPRESA	CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO - Cr\$	PERCENTUAL	
		TOTAL	VOTANTE
ABC Xtal Microeletrônica S.A.	2.189.380.669,21	19,43	0,00
Aços Ipanema S.A.	4.310.000.000,00	66,78	10,91
Aços Villares S.A.	29.258.000.000,00	15,18	0,00
Adiboard S.A.	2.059.599.000,00	19,34	0,00
Agro Industrial Fazendas Unidas S.A.	627.172,26	26,79	0,00
Agro Ind. do Vale do São Francisco S.A. - Agrovale	2.174.685.122,00	25,58	0,00
AKZ Turbinas S.A.	353.400.000,00	9,22	9,22
Alfatest Ind. e Com. de Prod. Elet. S.A.	12.739.682,55	20,00	0,00
Alpina do Brasil S.A. Máq. e Impl. Agrícolas	17.000,00	21,08	0,00
Aracruz Celulose S.A.	32.295.389.123,82	13,14	12,47
Autel S.A. Telecomunicações	97.600.000,00	21,76	0,00
Bahia Sul Celulose S.A.	82.891.205.588,78	27,73	0,00
Banco do Brasil S.A.	673.745.347.044,12	3,77	0,00
Banco do Nordeste do Brasil S.A.	31.870.000.000,00	29,13	10,96
Barueri Indústrias Químicas S.A.	273.712,26	48,03	20,62
Barzenski S.A. Indústria de Móveis	4.742,94	33,33	0,00
Batik Equipamentos S.A.	4.243.982,50	22,98	0,00
Belprato S.A. Produtos Alimentícios	896.900.000,00	14,83	0,00
Bese - Bio Engenharia de Sist. e Equipamentos S.A.	173.055.225,00	6,38	0,00
Bio Fill Produtos Biotecnológicos S.A.	26.601.104,16	25,00	0,00
Biobrás - Bioquímica do Brasil S.A.	997.811.838,30	11,18	0,00
Braskap Indústria e Comércio S.A.	21.497.234,01	18,81	0,00
Braspêrola Indústria e Comércio S.A.	4.835.466.704,83	20,00	0,00
Caraíba Metais S.A.	11.511.422.087,53	31,97	32,99
Carbomil S.A. - Mineração e Indústria	1.072.204.398,34	30,00	0,00
Carbonífera Criciúma S.A.	2.964.506.950,00	4,60	0,00
Celuzorzi S.A.	8.592.205,26	21,53	0,00
Cemag - Ceará Máq. Agrícolas	907.000.000,00	6,35	0,00
Centrais Elétricas Bras. S.A. - Eletrobrás	1.524.318.112.079,88	21,30	25,14
Ceval Agro Industrial S.A.	15.483.000.000,00	0,61	0,00
Chocolate Vitória S.A.	675.050.226,82	14,37	0,00
Cia. Agro Industrial Nossa Senhora do Carmo	11.371.828,00	14,78	0,00
Cia. Alagoas Industrial - Cinal	6.941.833.510,56	8,04	0,00
Cia. Brasileira de Antibióticos - Cibran	1.940.000.000,00	13,14	0,00
Cia. Brasileira de Rações - CBR	25.996.891,00	18,97	0,00
Cia. Brasileira Eng. e Industrial - CBEI	183,13	40,11	0,00
Cia. Bras. de Particip. Agroindustrial - Brasagro	2.052.441,00	9,07	9,07
Cia. Catarinense de Álcool	1.893,33	6,02	0,00
Cia. de Particip. Barreto de Araújo - CPBA	164.028,19	33,33	0,00
Cia. De Zorzi de Papéis	275.933.021,62	45,41	22,13
Cia. de Tecidos Norte de Minas - Coteminas	650.000.000,00	1,41	0,00
Cia. do Jari	6.474.733,00	1,24	1,24
Cia. Fabril Mascarenhas	440.000.000,00	15,57	0,00
Cia. Nacional de Tecidos Nova América	6.399.662.501,18	37,76	0,00
Cia. Paranaprint de Empreendimentos Florestais	315.204.018,08	66,82	20,86
Cia. Paulista de Ferro-Ligas	2.208.000.000,00	0,80	0,00
Cia. Petroquímica de Camaçari - CPC	60.242.462.633,42	11,30	0,00
Cia. Química Metacril	3.307.934.328,25	35,07	35,07
Cia. Riograndense de Nitrogenados - CRN	1.482.165.984,29	45,32	45,32
Cia. Vale do Rio Doce	222.288.521.196,28	2,35	3,51
Cia. Votorantim de Celulose e Papel - Celpav	72.518.095.265,67	33,33	2,98
Cimetal Siderurgia S.A.	9.476.601,55	4,05	1,21
Clímax Indústria e Comércio S.A.	7.212.532.069,63	13,91	0,00
Cobra - Computadores e Sist. Brasileiros S.A.	720.675.243,00	8,92	6,43

continua

## ANEXO 9 — BNDESPAR

## CARTEIRA DE INVESTIMENTOS EM 31.12.91

EMPRESA	CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO - Cr\$	PERCENTUAL	
		TOTAL	VOTANTE
Cocelpa - Cia. de Celulose e Papel do Paraná	4.975.941.426,00	19,82	0,00
Cofap - Cia. Fabricadora de Peças	881.354.729,00	7,62	0,00
Comicro - Informática e Tecnologia S.A.	91.874.570,67	26,41	0,00
Conpart - Indústria Eletrônica S.A.	781.000.000,00	26,93	0,00
Conepar - Cia. Nordeste de Participações	12.000.000.000,00	11,76	0,00
Contrap - Controle e Apl. S.A.	69.165.000,00	33,00	0,00
Copene - Petroquímica do Nordeste S.A.	50.177.849.519,60	0,02	0,00
Copesul - Cia. Petroquímica do Sul	26.438.019.272,27	30,72	32,86
Coteminas do Nordeste S.A. - Cotene	850.000.000,00	48,31	0,00
Dedini S.A. Administração e Participações	698.996.000,00	31,73	0,00
Delp Engenharia Mecânica S.A.	2.224.484.000,00	4,45	0,00
Destilaria Água Limpa	34.870.000,00	7,93	0,00
Destilaria Tocantins Indústria S.A.	26.638,32	5,00	0,00
Dixie Lalekla S.A.	1.992.664.075,63	25,85	0,00
Dona Isabel S.A.	279.553.000,00	1,81	0,00
Ecil S.A. Produtos e Sist. de Medição e Controle	1.200.000.000,00	10,00	0,00
Edisa Informática S.A.	275.977.000,00	1,17	0,00
Elebra S.A. - Eletrônica Brasileira	5.290.483.000,00	18,84	0,00
Elekeiroz do Nordeste Indústria Química S.A.	3.172.479.987,44	18,13	0,00
Embraer - Empresas Brasileiras de Aeronáutica S.A.	3.661.265.769,70	0,00	0,00
Engemaq - Equipamentos, Máq. e Eletrônica S.A.	218.651.784,36	22,00	0,00
Enxuta S.A.	5.495.000.000,00	13,96	0,00
Equipamentos Villares S.A.	1.609.825.000,00	4,17	0,00
Ferragens e Laminação Brasil S.A. - Fechabra	27.120.000,00	3,45	0,00
Fertilizantes Fosfatados S.A. - Fosfértil	22.745.185.939,92	12,94	12,31
Francisco Stedile S.A.	6.318.871.277,72	0,51	0,00
Goiás Fertilizantes S.A. - Goiasfértil	21.943.159.640,52	17,34	17,34
Gradiente Eletrônica S.A.	420.962.963,00	14,91	0,00
Heliodinâmica S.A.	61.553.000,00	24,69	0,00
Hércules S.A. - Fábrica de Talheres	34.500.000,00	15,95	0,00
Inbrac S.A. Condutores Elétricos	2.575.219.761,61	12,10	0,00
Indústria de Confeções Vila Romana	4.373.917.000,00	27,00	27,00
Indústria de Papéis Santo Amaro S.A.	27.386.241,00	14,05	0,00
Indústria de Máq. Agrícolas Fuchs S.A.	34.781.700,00	23,20	0,00
Indústria Del Rio S.A.	163.133.099,49	4,62	0,00
Inepar S.A. - Indústria e Construções	4.103.657.694,56	6,81	0,00
Lacesa S.A. - Indústria de Alimentos	206.903.948,39	13,25	0,00
Ligas de Alumínio S.A. - Liasa	27.356.406.569,00	5,52	10,00
Light - Serviços de Eletricidade S.A.	81.344.248.000,00	2,66	2,66
Macife S.A. Materiais de Construção	126.768,52	35,05	25,27
Madal S.A.	63.830.959,07	27,18	0,00
Madef S.A. Indústria e Comércio	723.248.482,00	20,29	0,00
Madeira Sintética S.A. - Madetec	28.255,27	5,99	0,00
Madezorzi S.A.	10.779.160,00	21,53	0,00
Mangels Industrial S.A.	5.237.745.000,00	7,08	0,00
Master S.A. Tecidos Plásticos	5.607.421.512,00	0,03	0,00
Mecânica Bonfanti S.A.	650.000.000,00	13,25	0,00
Menegaz S.A. Indústria e Comércio	43.550.200,00	12,92	0,00
Metal Leve S.A. Indústria e Comércio	10.900.000.000,00	0,35	0,00
Metalúrgica Matarazzo S.A.	2.671.716.502,32	33,33	0,00
Metanor S.A. - Metanol do Nordeste	148.111.513,60	11,24	0,00
Minasplac S.A. Indústria e Reflorestamento	71.962.023,00	1,64	0,68
Mineração Caraíba	13.514.304,00	99,99	99,99

continua

## ANEXO 9 — BNDESPAR

## CARTEIRA DE INVESTIMENTOS EM 31.12.91

EMPRESA	CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO - Cr\$	PERCENTUAL	
		TOTAL	VOTANTE
Monor - Micro Motores do Nordeste S.A.	239,01	5,70	0,00
Motorádio S.A. Comercial e Industrial	83.703.600,00	11,99	0,00
Multifábrica Nordeste S.A.	11.876.339,00	25,70	0,00
Mundial Artefatos de Couro S.A.	16.640.000,00	17,57	0,00
Multitel Tecnologia S.A.	15.285.846,06	5,54	0,00
Nadir Figueiredo Indústria e Comércio S.A.	1.937.500.000,00	12,58	0,00
Nativa Transformadores S.A.	65.959.480,42	2,82	0,00
Nesber Bergamo S.A.	405.059,63	20,00	20,00
Norclor S.A.	3.107.642.132,47	25,77	0,00
Nordeste Química S.A. - Norquisa	4.075.644.810,86	10,06	0,00
Orion S.A.	785.461.478,33	6,42	0,00
Oxiteno Nordeste S.A. - Indústria e Comércio	982.392.296,98	0,13	0,00
Pena Branca Agro-Industrial S.A.	5.101.664.634,00	23,90	0,00
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobrás	503.178.598.500,00	14,56	2,48
Petroquímica do Rio de Janeiro S.A. - Petro-Rio	3.842.689.703,33	5,60	0,00
Petroquímica da Bahia S.A. - PQB	212.258.687,65	54,24	0,00
Peval - Pedreiras Valéria S.A.	1.239.692.839,10	8,62	8,62
Pisa - Papel de Imprensa S.A.	1.815.567.365,76	19,66	0,00
Polimetal - Cia. de Particip. e Empreend. Industriais	82,00	40,00	40,00
Polimetal Indústria e Comércio S.A.	494,46	39,50	39,50
Ponderosa - Adm., Indústria e Comércio S.A.	166.353.186,06	14,01	0,00
Porcelana Schimidt S.A.	1.318.210.978,68	13,76	0,00
Pronor Petroquímica S.A.	17.101.624.351,11	27,86	0,00
Quimisinós S.A. Indústrias Químicas	153.600.000,00	18,77	0,00
Renk Zanini S.A. Equipamentos Industriais	2.616.349.274,00	0,79	0,79
Riocell S.A.	11.272.157.512,00	29,44	0,00
RL Cavalcanti Comércio e Indústria S.A. - Rusa	2.852,88	10,73	10,73
Sade - Sul Americana de Engenharia S.A.	8.119.170.000,00	1,65	0,00
Salgema Indústrias Químicas S.A.	19.133.791.918,27	15,60	0,00
Saronord S.A. Roupas do Nordeste	354,69	12,29	0,00
Scopus Tecnologia S.A.	4.310.000.000,00	4,27	0,00
Semeato S.A. - Indústria e Comércio	60.000.000,00	29,91	0,00
Sementes Agroceres S.A.	5.381.350.000,00	0,10	0,00
Sharp S.A. Equipamentos Eletrônicos	20.537.000.000,00	0,92	2,57
Sibra - Eletrosiderúrgica Brasileira S.A.	8.451.106.224,00	25,85	0,97
SID Informática	11.639.000.000,00	8,70	0,00
SID Microeletrônica S.A.	4.944.000.000,00	5,00	3,32
Sistema Automação Industrial S.A.	1.400.000.000,00	17,50	0,00
Soel - Soma Eletromecânica S.A.	1.738.440,51	11,72	4,46
Solorrício S.A. Indústria e Comércio	191.780.870,68	13,85	0,00
Staroup S.A. Indústria de Roupas	173.972.000,00	48,49	0,00
Trafo Equipamentos Elétricos S.A.	2.511.475.200,00	10,89	0,00
Trol S.A. Indústria e Comércio	173.286.821,99	0,08	0,23
Trombini S.A. Adm. e Participação	473.361.749,57	3,19	0,00
Tupy S.A.	19.538.500.000,00	8,38	0,00
Ughini S.A. - Indústria e Comércio	675.000.000,00	22,42	0,00
Usina Costa Pinto S.A. Açúcar e Alcool	27.822.600,00	0,27	0,00
Villares Indústrias de Base S.A. - Vibasa	8.286.000.000,00	45,31	0,00
Villejack Industrial S.A.	1.568.231.918,00	6,07	0,00
Vulcabrás S.A. Indústria e Comércio	2.187.098.846,00	19,04	0,00
Wetzel Fundação de Ferro S.A.	100.757.500,00	1,20	0,00
Zivi S.A. Cutelaria	68.200.000,00	16,61	0,00

## **SISTEMA BNDES**

### **BNDES — Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social**

Av. República do Chile, 100  
CEP 20139-900 - Rio de Janeiro - RJ  
Telex: (021) 34110 - Tel.: 277-7447  
Fax: (021) 262-8827

### **FINAME — Agência Especial de Financiamento Industrial**

Av. República do Chile, 100 - 17º andar  
CEP 20139-900 - Rio de Janeiro - RJ  
Telex: (021) 34110 - Tel.: 277-7447  
Fax: (021) 220-7909

### **BNDESPAR — BNDES Participações S.A.**

Av. República do Chile, 100 - 20º andar  
CEP 20139-900 - Rio de Janeiro - RJ  
Telex: (021) 34110 - Tel.: 277-7447  
Fax: (021) 220-5874

## **ESCRITÓRIOS**

### **Brasília**

Setor Bancário Sul - Conj. 1  
Bloco E - 13º andar  
CEP 70070 - Brasília - DF  
Telex: (061) 1190 - Tel.: 225-4350  
Fax: (061) 225-5179

### **São Paulo**

Av. Paulista, 460 - 13º andar  
CEP 01310 - São Paulo - SP  
Telex: (011) 35568 - Tel.: 251-5055  
Fax: (011) 251-5917

### **Recife**

Rua Riachuelo, 105 - 7º andar  
CEP 50000 - Recife - PE  
Telex: (081) 2016 - Tel.: 231-0200  
Fax: (081) 221-4983

**Editado pelo**  
GABINETE DA PRESIDÊNCIA  
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

**Projeto Gráfico**  
Visiva - Comunicação e Design Ltda.

**Fotocomposição**  
Newsgraph Artes Gráficas Ltda.

**Revisão**  
Nilson Souto Maior  
**Fotolito, Impressão e Acabamento**  
Serthel - Comunicação Gráfica Ltda.

*Rio de Janeiro/1992*

 **Papel 100% reciclado**

